

Uma publicação do

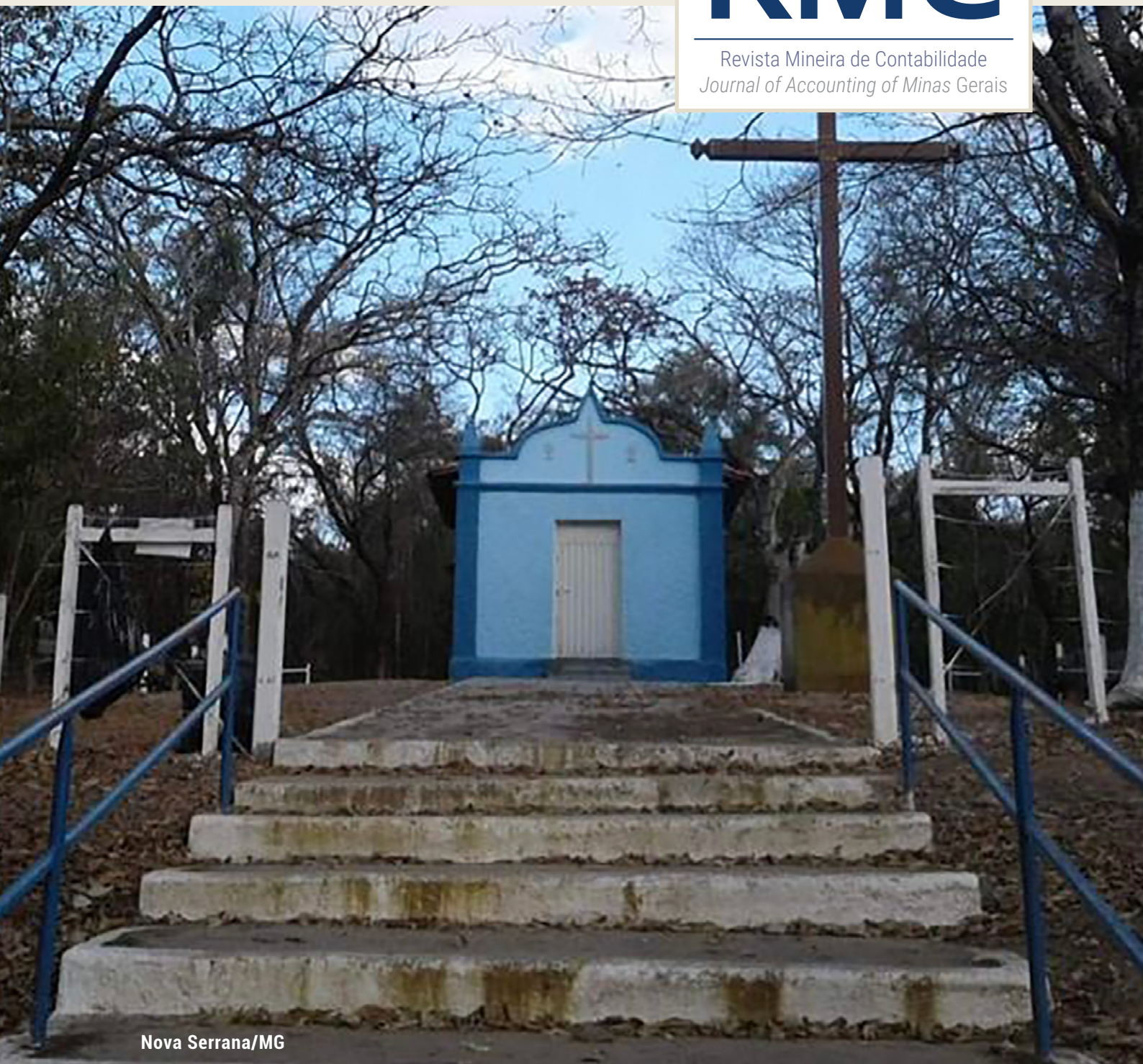


RMC, Revista Mineira de Contabilidade,
Belo Horizonte, v. 24, n. 1, janeiro/abril de 2023
<http://revista.crcmg.org.br>
ISSN: 2446-9114



RMC

Revista Mineira de Contabilidade
Journal of Accounting of Minas Gerais



Nova Serra/MS

| NOCLAR para auditores: desafios e caminhos promissores para a ciência contábil no Brasil

| Determinantes do IMRS-saúde: uma análise dos municípios mineiros

| (Des)Motivação e Desempenho Organizacional: Análise Empírica no Mercado de Capitais do Brasil

| Os efeitos das políticas monetárias sobre os investimentos corporativos: uma análise econômica construída por meio de informações contábeis

| A presença de mulheres no conselho de administração mitiga a suavização de resultados? Uma análise de empresas brasileiras

| Determinantes do IMRS-saúde: uma análise dos municípios mineiros

| Avaliação da aprendizagem, práticas e formação docente: perspectivas dos docentes em Contabilidade

| Caso de ensino "A DR da Financial Part"

REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE

Periodicidade quadrimestral
Volume 24, n.1, janeiro/abril de 2023
ISSN 2446-9114

CRCMG

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi - Cep 30140-105
BH/MG - Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: rcrcmg@crcmg.org.br
Edição: Fernanda Oliveira - MG 06296 JP

Redação: Déborah Arduini - MG 15468 JP

Assistente Editorial: Suélen Teixeira de Paula

Diagramação: Phábrica de Produções

Capa: Prefeitura de Nova Serrana

E-mail: revista@crcmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

CORPO DIRETIVO**Presidente do CRCMG**

Suely Maria Marques de Oliveira

Comitê de Política Editorial

Prof^ª. Dra. Virginia Granate Costa Sousa, ISCA/UA, Portugal;
Prof. Dr. Alexandre Bossi Queiroz, Brasil;
Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil;
Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil;
Prof. Dr. José Milton Alves Diniz, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil;
Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FIPECAFI, Brasil;
Prof^ª. Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil;
Prof^ª. Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil;
Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Saber e Saber - A Arte de Educar, Brasil

Editora

Prof^ª. Dra. Nálbia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Editores Adjuntos

Prof. Dr. Ewerton Alex Avelar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Luciana Holtz, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil;
Prof. Dr. João Estevão Barbosa Neto, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

Corpo Editorial Científico

Prof^ª. Dra. Márcia Athayde, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil;
Prof^ª. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;
Prof^ª. Dra. Patricia De Souza Costa, Universidade de Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil;
Prof. Dr. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Postdoctoral Research Associate in the Human Factors & Aging Laboratory at the University of Illinois Urbana-Champaign (UIUC), EUA;
Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;
Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCEPE Business School, Brasil;
Prof^ª. Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil;
Prof^ª. Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granada, UDG, Cuba, Cuba

CONSELHO DIRETOR 2022/2023**Presidente**

Suely Maria Marques de Oliveira

Vice-Presidente de**Administração e Planejamento**

Oscar Lopes da Silva

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Vice-Presidente de Registro

Renildo Dias de Oliveira

Vice-Presidente de Controle Interno

Maria da Conceição Barros de Rezende

Ladeira

Vice-Presidente de**Desenvolvimento Profissional**

Andreza Célia Moreira

Conselheiros Efetivos

Adelaide Maria da Cruz
Alacir Ribeiro Antonio Filho
Andreza Celia Moreira
Berenice Pereira Supupira
Celso Guimaraes da Costa
Cristiano Francisco Fonseca Neves
Cristina Lisboa Vaz de Mello
Daniel Lucas Cardoso
Denise de Oliveira Santos
Diogenes de Sousa Ferreira
Edenilson Duraes de Oliveira
Gideao Jose Pinto Oliveira
Helio Ricardo Teixeira de Moura
Janilton Marcel de Paiva
Lucas Carneiro Machado
Marcos de Sa Goulart
Maria da Conceicao Barros de Rezende
Ladeira
Mario Lucio Goncalves de Moura

Oscar Lopes da Silva
Otarcio Jose Dutra
Patricia Regina Teles
Renato Miguel da Cruz
Renildo Dias de Oliveira
Romeci Rodrigues dos Santos
Sandro Angelo de Andrade
Stella Maris Carvalho Cabral
Suely Maria Marques de Oliveira

Conselheiros Suplentes

Ana Carolina Braga de Moura
Ananelli Ramos da Silva
Aretuza De Pinho Tavares
Bruna Rauen Silva Pereira
Cleuton Assis dos Santos
Elias Wagner Silva
Emanuelly Melo Teixeira Dias Borges
Erick Junqueira de Almeida
Erico Souki Munayer
Evani Lucio de Melo
Fernanda Nogueira Gil
Gabriel Alfredo da Silva Torga
Jens Erik Hansen
Josmaria Lima Ribeiro de Oliveira
Leonardo Firmino dos Santos
Maique Maia Gomes
Marina Ribeiro Xavier Cunha
Marlucio Candido
Onofre Junqueira Junior
Raquel Angelo Araujo
Renildes Dantas De Almeida
Rogeria Marques Valente Libero
Ronaldo Maciel Dutra
Rosely Jesuina do Nascimento E Santos
Sandro Lobo Araujo

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 24, n.1, 1º Quadrimestre, 2023.
Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.
Quadrimestral
ISSN 1806-5988

2- Contabilidade - Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o SEER como meio de gerenciamento do periódico. O SEER foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação online e sua indexação. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>
© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - 2015

Palavra da Editora

Prezados (as) leitores (as),

Iniciamos o ciclo de publicação da Revista Mineira de Contabilidade (RMC) de 2023 com o seu volume 24, número 1, do 1^a quadrimestre, felizes e comemorando a conquista da equipe com a elevação na classificação no *qualis*-Capes para A4, no quadriênio de 2017-2020, resultado que foi divulgado no apagar das luzes de 2022. Além disso, a RMC informa uma mudança na equipe de editores, em particular na linha editorial de Contabilidade Societária. A Professora Dr^a. Bruna Camargos Avelino, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, nos deixa para iniciar um novo ciclo em sua vida. Aproveitamos a oportunidade para agradecer-lá imensamente pelas contribuições e envolvimento no processo de melhoria da qualidade da RMC. Por outro lado, damos boas-vindas à Professora Dr^a. Luciana Holtz, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil, que passa a compor a equipe, ficando responsável pela linha editorial de Contabilidade Societária da revista.

A partir de 2023, os desafios para divulgação de estudos de qualidade e desenvolvidos dentro dos parâmetros éticos tendem a aumentar, em especial diante da possibilidade de uso de ferramentas com inteligência artificial, do tipo *chatbot*, que sejam capazes de construir textos de natureza acadêmica e técnica. Nesse contexto, ressaltamos e agradecemos a dedicação e o compromisso dos editores de linha e dos avaliadores da RMC, que têm colaborado na realização de um trabalho prestimoso para que o seu processo de avaliação tenha qualidade.

Esta edição da RMC contém, além do Editorial, seis trabalhos com o foco nas áreas editoriais de contabilidade e um caso de ensino. Assim, para iniciar a leitura da edição, seus editores contaram com a colaboração de Tamira Alessandra Barbosa Leal e Sérgio Lemos Duarte, como autores do editorial “Reflexos da pandemia da Covid-19 na gestão do agronegócio: desafios e oportunidades”, que buscou identificar os possíveis desafios e oportunidades de pesquisa contábil no contexto do agronegócio no período pandêmico.

A questão que norteia o próximo artigo é “quais são os impactos das políticas monetárias sobre os investimentos produtivos das empresas dos diferentes setores listadas na B3 na última década?”. Esse estudo foi desenvolvido pelos autores Octávio Valente Campos, Wagner Moura Lamounier e Rafael Morais Souza, sendo intitulado de “Os efeitos das políticas monetárias sobre os investimentos corporativos: uma análise econômica construída por meio de informações contábeis”.

Em seguida, apresenta-se o artigo com o título de “A presença de mulheres no Conselho de Administração mitiga a suavização de resultados? Uma análise de empresas brasileiras”, com a autoria de Taise Feltes, Allison Manoel de Sousa, Suliani Rover e Alex Mussoi Ribeiro, que buscaram analisar a influência da presença de mulheres no Conselho de Administração, na suavização intencional de resultados.

O próximo artigo tem o título de “Determinantes do IMRS-saúde: uma análise dos municípios mineiros” e sua questão norteadora é “quais fatores de financiamento da saúde são determinantes para a qualidade de sua gestão nos municípios mineiros?”. Esse trabalho foi pesquisado por Cleonilda Almeida de Deus, Rodrigo Silva Diniz Leroy e Vagner Alves Arantes.

A pesquisa intitulada de “Noclar para Auditores: desafios e caminhos promissores para a Ciência Contábil no Brasil” foi desenvolvida pelas autoras Cecília Aparecida Knaut, Taynara Batista, Rosaly Machado e Franciele Machado de Souza. Elas questionaram “qual é a percepção que os auditores do Brasil têm em relação à norma *Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations*, ou seja, da Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos (Noclar)?”.

O foco do artigo intitulado de “(Des)motivação e desempenho organizacional: análise empírica no mercado de capitais do Brasil” foi verificar se empresas do mercado de capitais do Brasil que contêm mais empregados desmotivados são as que obtêm um menor desempenho de mercado. Os autores são Débora Pinto de Castro, Paulo Roberto Barbosa Lustosa e Mariana Guerra.

O próximo estudo publicado nesta edição foi desenvolvido por Keliane de Melo Ramalho, Sabrina Paulino de Oliveira, Levy Ruan-derson Ferreira da Silva e Aneide Oliveira Araujo. Seu título é “Avaliação da aprendizagem, práticas e formação docente: perspectivas dos docentes em Contabilidade” e tem como questão central “qual é a percepção dos docentes de Ciências Contábeis de IES públicas acerca de suas próprias práticas docentes na avaliação da aprendizagem?”.

Por fim, o caso para ensino intitulado de “A DR da Financial Part” foi construído por Sabrina Rafaela Pereira Borges, Bruna Cristina Silvério Diniz, Raquel da Silva Rodrigues e Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade; tem como norte principal contribuir para discussão sob aspectos éticos, no contexto de fraudes envolvendo as partes relacionadas, e para aprendizagem de estudantes de disciplinas como contabilidade intermediária, auditoria, legislação comercial, contabilidade avançada e no conteúdo de ética.

Para finalizarmos, felicitamos os autores que tiveram os artigos aprovados e a publicação de suas pesquisas na RMC. Pesquisas que trazem contribuições para o conhecimento da área de Ciências Contábeis. Agradecemos aos autores pelo voto de confiança, por submeterem seus artigos e acreditarem na qualidade do processo de avaliação, e aos avaliadores, pela dedicação na realização de um trabalho prestimoso. Desejamos a todos uma excelente leitura!

Profa. Dra. Nálbia de Araújo Santos

Editorial

Reflexos da pandemia da Covid-19 na gestão do agronegócio: desafios e oportunidades

Tamira Alessandra Barbosa Leal

Graduada em Ciências Contábeis e Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7107-6542>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8269360691872384>

Sérgio Lemos Duarte

Graduado em Ciências Contábeis e Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP).

Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Ciências Contábeis da UFU.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8725-1552>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9037560978700106>

O agronegócio representa para o Brasil muito além de uma atividade produtiva, sendo a própria história do país diretamente relacionada a agropecuária (de Miranda, 2020). Assim, desde a chegada dos colonizadores portugueses, todo o contexto econômico nacional vem ocorrendo em paralelo aos ciclos de culturas como o pau-brasil, açúcar, café, borracha, cacau e ouro, considerando os velhos tempos, e como o de grãos como a soja, frutas e derivados, carnes e couros, nos dias atuais (Costa, 2008).

Com a evolução do setor, acompanhada de altos níveis de mecanização e automação, conforme dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), no ano de 2021, a participação do agronegócio brasileiro no PIB do país cresceu 8,36%. Com esse crescimento, o agronegócio alcançou a marca histórica de 27,4% do PIB brasileiro, contribuindo com valores próximos a R\$2,4 trilhões, possibilitando o crescimento econômico e elevando a representatividade do país frente à comunidade internacional.

Neste contexto, segundo o MAPA, por meio da Nota nº 33-2022, levantamento realizado em parceria com outros órgãos, em 2022 Minas Gerais foi responsável por 11,4% do Valor Bruto da Produção agropecuária nacional, colaborando com valor recorde de R\$ 137,7 bilhões e ocupando o 4º lugar no ranking dos estados considerando esse indicador, que representa uma estimativa da geração de renda no meio rural. O valor bruto da produção agropecuária (VBP), que representa o faturamento bruto dentro dos estabelecimentos rurais, considera as produções agrícolas e pecuárias, com a média de preços recebidos pelos produtores de todo o País.

Segundo Zaluski et al. (2018), no passado, as famílias que trabalhavam no campo administravam suas atividades sem possuir conhecimento formal de gestão. No entanto, com o avanço do setor agrícola, o próprio mercado tem impulsionado os produtores a buscarem conhecimentos voltados para a gestão de seus negócios, sendo isso devido aos diversos benefícios que a contabilidade aplicada ao agronegócio pode trazer para as empresas do setor.

Nessa mesma linha, autores como Morozini et al. (2012) apontaram o controle e gestão de custos como melhor opção para gestores rurais em busca de rendimentos esperados, enquanto para Kaneko et al. (2010) informações acuradas sobre os custos de produção de uma cultura são de suma importância no processo de tomada de decisão dos gerentes de negócios agrícolas.

A análise de diversas fontes, como Kaneko et al (2010) e Morozini et al. (2012), sugere que ainda que as atividades do setor agrícola sejam prósperas e de suma importância nacional e internacionalmente, sua grande exposição a fatores externos a torna complexa do ponto de vista gerencial, vez que fatores como o clima e variações cambiais influenciam diretamente nas variáveis de preço e custo do setor.

Não somente isso, verificou-se junto a produtores rurais que o fato de os produtos agrícolas serem majoritariamente comercializados como commodities os torna apenas tomadores de preços, situação essa diferente de outros setores onde o preço a ser cobrado pelos produtos é decidido com base em políticas de precificação internas (MOROZINI et al., 2012).

É então nesse cenário que se percebe como é indispensável o bom uso da gestão de custos dentro das atividades agropecuárias, visto que se não há controle do produtor em relação ao preço que lhe será pago pelos seus produtos, estará na gestão de custos de produção a oportunidade de tornar sua atividade lucrativa e com margem dentro do esperado para o setor (CARVALHO; LIMA; THOMÉ, 2015).

Além das adversidades já naturalmente vivenciadas pelo produtor rural no curso de suas atividades, em um cenário de contingências foi decretada pela Organização Mundial de Saúde, a pandemia causada pelo SARS-CoV-2 (Wernerck & Carvalho, 2020), infecção respiratória com capacidade de causar graves quadros clínicos e que exigiu naquele momento a adoção de medidas restritivas como a quarentena e o lockdown em diversas regiões do país (Garcia, 2020). Rapidamente essas medidas restritivas passaram a afetar alguns setores a nível econômico, entre eles o agronegócio (Barros, 2020).

Desde o início da pandemia da Covid-19, vários países viveram situações de escassez alimentar, desabastecimentos, racionalizações e longas filas de espera nas lojas de produtos alimentares, criando incertezas e levantando sinais de alerta para uma possível crise agroalimentar (Sánchez, 2021).

Neste sentido, dados coletados junto à produtores e gestores rurais apontaram que uma das consequências da pandemia têm sido a inflação no setor agrícola, observada por meio do aumento dos custos de produção e consequente aumento dos preços de venda. Com essa movimentação, pode-se prever que o comércio dos produtos do setor agrícola sofreria consequências adversas, bem como que a segurança alimentar mundial poderia ser colocasse em risco (SÁNCHEZ, 2021).

A pandemia da Covid-19, apesar de trágica em muitos aspectos, pode ser vista como uma oportunidade de aprendizado, visto que ao estudar como as variáveis se comportam diante de fatores contingenciais, podemos aprender, melhorar e desenvolver nossos métodos e formas de realizar atividades. Isso inclui o gerenciamento de custos nas entidades, especialmente nas rurais, considerando que o setor agrícola é vital para a economia do país e para a segurança alimentar global e que o Brasil é o quarto maior produtor de alimentos agrícolas do mundo, com sua produção alimentando aproximadamente 1 bilhão de pessoas em todo o mundo em 2022, segundo dados da FAO.

Congruente a esse raciocínio, ao estudar o impacto da pandemia de Covid-19 na África Ocidental, Ojokoh et al. (2020) notaram que ainda que os efeitos desta situação tenham sido percebidos em todos os setores da economia, o impacto foi mais severo nos setores da saúde e agrícola, uma vez que produtos farmacêuticos e alimentos são vitais para a sobrevivência humana, especialmente em situações extremas como uma pandemia.

Ainda que diversas organizações tenham prospectado para o período da pandemia severa queda nos rendimentos dos setores produtivos, redução do crescimento econômico global, aumento na taxa de desemprego, assim como aumentos na taxa de pobreza e da pobreza extrema, o agronegócio no Brasil caminhou em sentido oposto, aproveitando as oportunidades de mercado que pouco a pouco surgiam dada a resignificação da sociedade diante de suas prioridades (Jordà et al., 2022). Com isso, o papel do Brasil como fornecedor mundial de alimentos foi relevado, permitindo sua consolidação como um dos sujeitos centrais na manutenção da segurança alimentar (Soendergaard et al., 2020).

Para todos os efeitos, a grande questão observada foi que ainda que prospero, agronegócio não deixou de ser passivo as influências externas, visto que com o cenário de insegurança nos mercados internacionais, diversos impactos negativos para o setor agrícola no país puderam ser vistos. A exemplo tem-se o aumento dos preços e a indisponibilidade de diversos insumos necessários à produção, assim como dificuldades para a obtenção de mão-de-obra qualificada para o trabalho no campo (Costa, 2021).

Pela falta de controle do produtor rural sobre as variáveis que envolvem suas atividades, como as questões climáticas, para atuar em um setor tão exposto a riscos a gestão deverá aplicar conhecimentos específicos do campo sobre as diversas ferramentas de gestão de custos. Para tanto, a inovação no campo se torna imprescindível considerando a busca do produtor rural por uma situação mais favorável e que lhe permita lidar com impactos e externalidades (Fromm, 2022).

Nesse sentido tanto como os estudos realizados internacionalmente, na Indonésia (Wulandari, Djufry e Villano, 2022), Gana (Ojokoh et al., 2020), Estados Unidos e Canadá (Weersink et al., 2021), quanto aqueles realizados no estado de Minas Gerais (Leal, Duarte e Duarte, 2022), concluíram que a pandemia da Covid-19 impactou significativamente o custo dos insumos agrícolas como fertilizantes e defensivos agrícolas. Essa alta foi atribuída tanto a causas internas, como a baixa na capacidade de financiamento do produtor e consequente incapacidade de compra dos insumos, quanto a causas externas, como a implementação de restrições à livre circulação de pessoas e cargas pelo governo, o que causou impacto na distribuição dos insumos agrícolas.

Além disso, a pesquisa indica que questões diversas como dificuldade em obter mão-de-obra qualificada e dificuldade de acesso a crédito, trouxeram ainda mais à tona para produtores rurais a necessidade de inovação, modernização, automação do trabalho do campo e dos métodos de gestão rural. Também, as evidências disponíveis apontam para o fato de que o agronegócio tem sido afetado pela pandemia de Covid-19, seja pelo aumento dos custos de produção devido à escassez de insumos e matérias-primas, seja pelo aumento dos preços de comercialização dos produtos agrícolas.

Assim, os resultados obtidos sugerem que em um setor onde os produtores são vulneráveis a fatores externos e até mesmo sujeitos à precificação de seus produtos pelo mercado, o uso do monitoramento e gestão de custos seria uma ferramenta para permitir a participação ativa dos produtores na busca por manter suas atividades lucrativas e eficientes.

Na prática, de acordo com resultados de pesquisa realizada junto à produtores atuantes na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, fertilizantes e defensivos agrícolas foram os insumos mais afetados pela Pandemia da Covid-19, o primeiro devido a sua grande participação nos custos totais de produção, e o segundo devido ao aumento absoluto do preço de compra do item. Além disso, devido a medidas de distanciamento social e a quarentena impostos pelos governos na busca pelo controle da disseminação do vírus, pode ser observada escassez de mão-de-obra qualificada ao campo, fazendo com que muitos agricultores encontrassem dificuldades em aplicar esses insumos de maneira eficiente.

Como solução para essa questão, muitos produtores buscaram mecanização e automação das lavouras, por meio do uso de equipamentos agrícolas automatizados, como tratores e plantadeiras, promovendo assim a aplicação inteligente dos insumos, além de reduzir a necessidade de mão-de-obra em campo. Também, a automação das lavouras tem permitido que os produtores aumentem a eficiência de suas atividades e aumentem sua lucratividade com a produção.

Sendo a pandemia da Covid-19 um assunto ainda recente e considerando que mesmo 40 anos após acontecimentos de alto impacto social e financeiro, ainda pode ser possível observar significativas consequências macroeconômicas (Jor-

dà et. al. 2022), as conclusões sobre o tema serão mutáveis, vez que a cada ano que passa, novas observações poderão ser feitas e com elas novas leituras da situação.

Contudo, a leitura que se pode fazer até então é de que a pandemia da Covid-19 além de apresentar desafios aos produtores, também pode ser uma oportunidade para que as atividades agrícolas se tornem mais justas e eficientes, graças às inovações aplicadas na produção. Apesar dos custos de produção mais elevados, a situação causada pela pandemia tem potencial benéfico aos produtores rurais e seus gestores, que foram tomados pela urgência de se tornarem mais orientados para o mercado e prontos para as potencialidades de um setor promissor como o agronegócio.

Ao avaliar o impacto da pandemia da Covid-19 no setor do agronegócio, é fundamental considerar a gestão de custos. Embora a crise sanitária tenha apresentado grandes desafios para os produtores, também é possível identificar oportunidades de otimização dos custos na produção. Com a necessidade da otimização dos custos para manter a competitividade no mercado, muitos produtores têm buscado inovações e melhorias nas práticas de gestão de custos. Além disso, a pandemia mostrou a importância da eficiência na produção, com a necessidade de produzir mais com menos recursos.

Dessa forma, é possível identificar oportunidades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que possam ajudar na gestão de custos e no aprimoramento da produção agrícola. Com isso, o agronegócio pode se tornar mais competitivo e resiliente diante dos desafios impostos pela pandemia e outros eventos contingenciais, assim como pela crescente demanda por alimentos.

REFERÊNCIAS

- Barros, G. (2020). O agronegócio e as crises internas e externas: desafios e oportunidades. CEPEA: ESALQ.
- Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2022). Valor da produção da agropecuária deve chegar a R\$ 1,220 trilhão em 2022. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/valor-da-producao-da-da-agropecuaria-deve-chegar-a-r-1-220-trilhao-em-2022/VBP202233.pdf>
- CEPEA, D. (2021). Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.
- Costa, A. B. N. D. (2021). O agronegócio durante pandemia do covid-19: um relato técnico na Empresa Agrícola Famosa.
- Costa, L. D. O. (2008). Agronegócio brasileiro: história, importância no cenário internacional e perspectivas.
- de Carvalho, T. M., de Lima, P. F., & Thomé, K. M. (2015). Análise econômica dos tributos no agronegócio: custo de produção ou custo de transação. CEP, 70, 550.
- de Miranda, R. A. (2020). Breve história da agropecuária brasileira. Embrapa Milho e Sorgo-Capítulo em livro científico (ALICE).
- Fromm, I. (2022). Building resilient value chains after the impact of the COVID-19 disruption: challenges for the coffee sector in Central America. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 5, 775716.
- Garcia, L. P., & Duarte, E. (2020). Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29.
- Jordà, Ò., Singh, S. R., & Taylor, A. M. (2022). Longer-run economic consequences of pandemics. *The Review of Economics and Statistics*, 104(1), 166-175.
- Kaneko, F. H., Arf, O., de Castilho Gitti, D., Tarsitano, M. A. A., Rapassi, R. M. A., & Vilela, R. G. (2010). Custos e rentabilidade do milho em função do manejo do solo e da adubação nitrogenada. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, 40(1), 102-109.
- Leal, T. A. B., Duarte, S. L., Duarte, D. L., & de Almeida Fehr, L. C. F. (2022). Reflexos da pandemia da Covid-19 no agronegócio do café. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.
- Morozini, J. F., Martin, D. M. L., & Cardoso, C. E. (2012). Teoria de opções reais para análise de risco e determinação dos preços de entrada e saída em uma lavoura de café no Brasil. *CEP*, 85(100), 970.
- Ojokoh, B. A., Makinde, O. S., Fayeun, L. S., Babalola, O. T., Salako, K. V., & Adzitey, F. (2022). Impact of COVID-19 and lockdown policies on farming, food security, and agribusiness in West Africa. In *Data Science for COVID-19* (pp. 209-223). Academic Press.
- Ojokoh, B. A., Makinde, O. S., Fayeun, L. S., Babalola, O. T., Salako, K. V., & Adzitey, F. (2022). Impact of COVID-19 and lockdown policies on farming, food security, and agribusiness in West Africa. In *Data Science for COVID-19* (pp. 209-223). Academic Press.
- Sánchez, C. (2021) O mundo pandêmico e pós-pandêmico do agronegócio. Alimentos Y Poder. 2021. Disponível: <https://alimentosypoder.com/2021/01/15/el-mundo-pandemia-y-postpandemia-del-agronegoci/>. Acesso em: 12/06/2022.
- Soendergaard, N., Gilio, L., de Sá, C. D., & Jank, M. S. (2020). Impactos da covid-19 no agronegócio e o papel do Brasil. *Inspere-Centro do Agronegócio Global. Texto para discussão*, 2.
- Weersink, A., von Massow, M., Bannon, N., Ifft, J., Maples, J., McEwan, K., ... & Wood, K. (2021). COVID-19 and the agri-food system in the United States and Canada. *Agricultural Systems*, 188, 103039.
- Werneck, G. L., & Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00068820.
- Wulandari, S., Djufry, F., & Villano, R. (2022). Coping Strategies of Smallholder Coffee Farmers under the COVID-19 Impact in Indonesia. *Agriculture*, 12(5), 690.
- Zaluski, F. C., Hedlund, P. R., Sausen, J. O., & de Oliveira, T. D. (2018). O diagnóstico organizacional em agroindústrias familiares: um estudo em uma agroindústria familiar rural. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 9(2), 62-75.

Sumário

Os efeitos das políticas monetárias sobre os investimentos corporativos: uma análise econômica construída por meio de informações contábeis	8
A presença de mulheres no conselho de administração mitiga a suavização de resultados? Uma análise de empresas brasileiras	24
Determinantes do IMRS-saúde: uma análise dos municípios mineiros	36
NOCLAR para auditores: desafios e caminhos promissores para a ciência contábil no Brasil	51
(Des)Motivação e Desempenho Organizacional: Análise Empírica no Mercado de Capitais do Brasil	62
Avaliação da aprendizagem, práticas e formação docente: perspectivas dos docentes em Contabilidade	74
Caso de ensino “A DR da Financial Part”	87



Nova Serrana/MG

O lugarejo que viria a ser Nova Serrana, chamado de Cercado e subordinado ao município de Pitangui, surgiu durante o século XVIII, nos primeiros tempos da colonização das Minas Gerais, época em que aventureiros buscavam novas minas de metais preciosos. O distrito foi elevado à categoria de município em 1954, agora com o nome de Nova Serrana. O nome é uma homenagem à cidade de Pitangui, que era conhecida na região como Velha Serrana.

De tradicional polo produtor de artefatos de couro, Nova Serrana se tornaria um dos principais polos produtores de calçados do Brasil. Na segunda metade do século XX, a cidade passou a ser a “Capital Nacional do Calçado Esportivo”, título defendido até os dias de hoje. Em 2004, era responsável por 55% da produção do item no Brasil, firmando-se como o terceiro polo calçadista do país, atrás de Franca (SP) e do Rio Grande do Sul. Uma das consequências desse fato foi o rápido crescimento econômico e demográfico, que ocasionou transformações urbanísticas, políticas, sociais e culturais.

Nova Serrana está localizada na região do alto São Francisco, Centro Oeste de Minas Gerais e sua população em 2021 era de 108.241 habitantes, segundo o IBGE. A cidade faz parte da Associação do Circuito Turístico Verde - Trilha dos Bandeirantes, o que a faz ser reconhecida não só pelo turismo de negócio, mas também pela sua grande diversidade cultural, gastronômica e pelos seus pontos turísticos, como casarões, igrejas e a Serra da Capelinha (foto), considerada um dos pontos mais altos dentro da área urbana do município. No local, encontra-se a Capela de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1939.

Crédito da foto: SECOM - Prefeitura de Nova Serrana

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS SOBRE OS INVESTIMENTOS CORPORATIVOS: UMA ANÁLISE ECONÔMICA CONSTRUÍDA POR MEIO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

THE EFFECTS OF MONETARY POLICIES ON CORPORATE INVESTMENTS: AN ECONOMIC ANALYSIS BUILT ON ACCOUNTING INFORMATION.

RESUMO

Por meio do arcabouço teórico de dois campos distintos da economia, este artigo tem como objetivo analisar a influência que as políticas monetárias exercem sobre as decisões de investimento das corporações brasileiras. A amostra é composta por 220 empresas: 84 de bens de consumo, 89 de bens de capital e 47 de utilidade pública. Os dados contábeis e monetários coletados referem-se aos anos de 2009 a 2019. A metodologia empregada se dá por meio dos modelos de dados em painel, pela abordagem GMM (*Generalized Method of Moments*). Como resultados, observou-se que os investimentos produtivos das firmas podem ser determinados pelas políticas monetárias, tanto em termos agregados quanto em análises setoriais. Observou-se também que tal influência é distinta a depender do setor ao qual as empresas se situam na cadeia produtiva. Para a amostra estudada, as firmas de bens de consumo foram mais influenciadas pelas políticas monetárias do que as firmas de bens de capital. Estes resultados complementam a literatura que estuda os impactos das políticas monetárias e de variáveis macroeconômicas sobre as finanças corporativas, principalmente por meio de modelagem econométrica estruturada em dados contábeis.

Palavras-Chaves: Investimento Produtivo; Modelos Nekeynesianas; Teoria austríaca dos ciclos econômicos.

ABSTRACT

Through the theoretical framework of two distinct fields of economics, this article aims to analyze the influence that monetary policies exert on the investment decisions of Brazilian corporations. The sample is composed of 220 companies: 84 of consumer goods, 89 of capital goods and 47 of public utility. The accounting and monetary data collected refer to the years 2009 to 2019. The methodology used is through panel data models, using the GMM (*Generalized Method of Moments*) approach. As a result, it was observed that the productive investments of firms can be determined by monetary policies, both in aggregate terms and in sectoral analyses. It was also observed that such influence is different depending on the sector to which the companies are located in the production chain. For the sample studied, consumer goods firms were more influenced by monetary policies than capital goods firms. These results complement the literature that studies the impacts of monetary policies and macroeconomic variables on corporate finance, mainly through econometric modeling based on accounting data.

Key words: Productive Investment; Neo-Keynesian Models; Austrian business cycle theory.

Octávio Valente Campos

Professor Adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). e-mail: octaviovc@ufmg.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7339615789738648> orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0354-0796>

Wagner Moura Lamounier

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. É Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e do programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais - PPGC/UFMG. e-mail: wagner@face.ufmg.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5408615900930130> orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7154-6877>

Rafael Morais Souza

Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em Ciências Econômicas e mestrado em Economia Aplicada, ambos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. É doutor em Engenharia Elétrica (Métodos de Apoio à Decisão) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. e-mail: rafael.morais.souza@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1176395684123466> orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8798-867X>

1 INTRODUÇÃO

Entender os fatores que influenciam os investimentos produtivos das empresas é um assunto tratado em profundidade por pesquisas acadêmicas (Yang et al. (2017), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017), Fu e Liu (2015) e Xue et al. (2020)), sendo tema de interesse também de proprietários, gestores e credores, uma vez que tais investimentos irão determinar a continuidade das firmas. De acordo Richardson (2006), o gasto total com investimento pode ser obtido a partir da interação entre os gastos necessários para manter os ativos em vigor e os investimentos em novos projetos. Fu e Liu (2015) e Yang et al. (2017) definem o investimento produtivo por meio do somatório entre ativos fixos (como os ativo imobilizados) e ativos intangíveis.

No tocante às políticas monetárias e seus impactos na economia, discute-se a neutralidade da moeda, decorrente da teoria quantitativa da moeda, de Fisher (1922). Essa neutralidade implica que os aumentos nos agregados monetários deveriam afetar apenas o nível de preços na economia e não o nível de seu produto real. Segundo Mollo (2004), o fundamento da neutralidade da moeda baseia-se em um sistema de mercado eficiente, em que predominaria o seguinte princípio: quanto maior sua eficiência – concorrência perfeita, preços flexíveis e informação perfeita –, mais facilmente essa neutralidade é verificada.

Deste modo, a neutralidade da moeda e seus efeitos sobre a economia real, quando ocorrem, são transitórios e se devem a divergências entre as variáveis esperadas e as efetivas (Lucas, 1972; Friedman, 1989). Como os efeitos sobre a economia real ocorrem por meio de variações dos preços relativos, quanto mais eles forem eficientes e flexíveis, maior será a facilidade para que os ajustes ocorram, e, portanto, mais rapidamente o nível geral de preços sobe e a moeda se torna neutra. Assim, a moeda torna-se neutra no longo prazo, sendo a economia real afetada de forma permanente apenas por fatores reais.

Todavia, existem imperfeições de mercado que conduzem à rigidez de preços e salários, e essas dificuldades de ajuste levam à não neutralidade da moeda, como defendido pelos modelos nekeynesianos – Christoffel e Linzert (2010), Christiano, Eichenbaum e Evans (2005), Del Negro et al. (2007), Smets e Wouters (2007), Altig et al. (2011), Gali (2015), Farhi e Werning (2016), Özcan (2020). Deste modo, a rigidez de preços faz com que choques monetários não afetem diretamente os preços, aumentando, em contrapartida, o produto real de uma economia. Assim, para os nekeynesianos, as políticas monetárias impactariam de forma agregada o sistema e o investimento produtivo.

Em complemento a isso, uma outra explicação para estas relações pode ser encontrada na teoria dos ciclos econômicos da escola austríaca – conforme apresentado por Mises e Batson (1953), Mises (1998), Garrison (2001), Hayek (2008), Soto (2009). Segundo os autores, a manipulação das bases monetárias pelos Bancos Centrais tem como consequência um maior nível de investimentos em firmas cujos projetos produtivos demandam maior tempo para a sua realização (como exemplo as firmas de bens de capital), frente a empresas cujos projetos demandam menor prazo (como exemplo as firmas de bens de consumo). Empiricamente, Fu e Liu (2015), ao investigarem os efeitos da política monetária sobre o ajuste do investimento corporativo de empresas cotadas na Bolsa chinesa entre os anos de 2005 e 2012, constataram que os agregados monetários M1 (papel-moeda em poder do público, mais os depósitos à vista) e M2 (depósitos especiais remunerados, mais depósitos de poupança, mais títulos emitidos por instituições depositárias, mais o M1) têm um efeito significativo no investimento corporativo. Esse efeito é assimétrico em diferentes estados de política monetária. Yang et al. (2017) também investigaram os efeitos da política monetária sobre o investimento corporativo. Como resultados, os autores identificaram que a menor expansão da base monetária reduz o investimento corporativo, o que se alinha com os modelos nekeynesianos de rigidez de preços.

Segundo Aguinis et al. (2011), as políticas monetárias influenciam também as decisões de investimento corporativo, sendo a base monetária uma importante variável macroeconômica que afeta as decisões de investimento das empresas. Nesse contexto, Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017) observaram as relações entre a política monetária dos Bancos Centrais e o comportamento do investimento de empresas da Alemanha, Suíça e Tailândia. Os resultados demonstraram que a política monetária na Alemanha e na Tailândia influencia a taxa de juros dos empréstimos realizados pelos bancos comerciais, impactando assim os investimentos produtivos das firmas desses países.

No mesmo sentido, Xue, Yilmazkuday e Taylor (2020) exploraram os efeitos das políticas monetárias sobre a produção e os investimentos das firmas chinesas. Os autores concluíram que o aumento da base monetária contribuiu para o crescimento da produção e do investimento nas firmas analisadas. Os resultados também indicaram que a política monetária teve maiores impactos no investimento das grandes empresas, em comparação às menores, o que pode ser uma sinalização em favor da teoria dos ciclos econômicos da escola austríaca.

No Brasil, em 1999, com o estabelecimento do regime de metas de inflação, sob administração do Conselho Monetário Nacional, o BACEN assumiu a função de, por meio de sua atividade no mercado aberto, trabalhar pela manutenção da taxa de juros próxima à meta definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Os pontos gerais desse regime monetário consistem na publicação periódica de: i) metas numéricas para a inflação; ii) intervalos para sua variação; iii) espaço de tempo para alcançá-las, visando ao conhecimento do público; iv) transparência das ações dos formuladores de política; e v) comprometimento com a estabilidade de preços e o cumprimento das metas.

Desta forma, por meio da manipulação dos agregados monetários, o BACEN persegue as metas de inflação e taxa de juros anteriormente definidas. Compete-lhe também a emissão de papel-moeda e moeda metálica, assim como o controle dos meios de pagamento e do sistema financeiro brasileiro. O BACEN faz tal expansão monetária principalmente

por meio das operações de mercado aberto (*Open Market*). O mercado aberto é operado principalmente por meio da compra e venda de títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. Assim, quando as autoridades monetárias desejam expandir a oferta monetária, realizam operações de resgate de títulos em circulação, injetando, assim, moeda no mercado.

Na economia brasileira, entre 2009 e 2019, os agregados monetários M1 e M2 aumentaram aproximadamente e respectivamente 80% e 158%. Durante o mesmo período, a taxa Selic teve como valor mínimo 5% e como valor máximo 14,25%. Esses percentuais demonstram um cenário expansionista das políticas monetárias e os seus efeitos sobre as taxas de juros na economia brasileira. Isto posto, à luz das teorias mencionadas, dos resultados empíricos apresentados pela literatura e do cenário monetário brasileiro, tem-se o presente problema de pesquisa: **Quais são os impactos das políticas monetárias sobre os investimentos produtivos das empresas dos diferentes setores listadas na B3 na última década?**

Destarte, o objetivo deste estudo é analisar a influência que as políticas monetárias exercem sobre as decisões de investimento das corporações brasileiras. Justifica-se, portanto, o intuito desta pesquisa de sanar uma lacuna importante na literatura em finanças ao verificar o comportamento da manipulação da oferta monetária nos níveis de investimentos produtivos das entidades, tanto em termos agregados quanto por setores. E esta análise é feita com robustez metodológica e teórica, pelo somatório de teorias de campos distintos da economia, estimados em modelos econométricos estruturados em informações contábeis e testados em outros mercados de relevância mundial. Desta forma, a presente pesquisa complementar a literatura que estuda os impactos das políticas monetárias e de variáveis macroeconômicas sobre as finanças corporativas, particularmente no que tange aos investimentos produtivos das firmas de capital aberto no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO.

2.1 Não neutralidade da moeda e os modelos neokeynesianos de rigidez de preços.

A neutralidade da moeda expressa uma decorrência da proposição básica da teoria quantitativa da moeda (Fisher, 1922): , em que é a base monetária, é a velocidade de circulação, é o nível de preços e é o produto. Segundo Mollo (2004), como é considerada estável e previsível, e não há efeito permanente de variações de sobre , então os aumentos de refletem na mesma medida em aumentos em . Desta forma, para a moeda ser neutra, apenas o nível de preços em uma economia, e não o nível de seu produto real, é afetado pela quantidade de moeda.

Partindo do princípio de que o fundamento da neutralidade da moeda baseia-se em um sistema de mercado eficiente, tem-se que quanto maior sua eficiência – concorrência perfeita, preços flexíveis e informação perfeita –, mais facilmente essa neutralidade é obtida. Desta forma, são esses mecanismos eficientes que garantem que as variações de preços relativos na economia vão ser compensados de forma a garantir que o nível geral de preços cresça proporcionalmente à quantidade de moeda, de modo a não impactar a produção real nesse processo (Lopes, Mollo e Colbano, 2012).

Nas diferentes concepções sobre a neutralidade da moeda, seus efeitos sobre a economia real, quando ocorrem, são transitórios e se devem a divergências entre as variáveis esperadas e as efetivas (Lucas, 1972; Barro e Gordon, 1983; Friedman, 1989). Como os efeitos sobre a economia real ocorrem por meio de variações dos preços relativos, quanto mais eles forem eficientes e flexíveis, maior será a facilidade de que os ajustes ocorram e, portanto, mais rapidamente o nível geral de preços sobe e a moeda se torna neutra. Assim, a moeda torna-se neutra no longo prazo, sendo a economia real afetada de forma permanente apenas por fatores reais.

Todavia, existem imperfeições de mercado que conduzem à rigidez de preços e salários. Essas dificuldades de ajuste levam à não neutralidade da moeda. Trabalhos como o de Drèze (1975) apresentaram rigidezes de preços nominais e relativos, assim como rigidez nominal e real, demonstrando que existe um equilíbrio para cada uma de suas especificações e que eles são ótimos no sentido de Pareto.

Trabalhos como o de Christoffel e Linzert (2010) introduzem em seu modelo diferentes formas de rigidezes salariais (nominais e reais). Nesta seara, outro aspecto analisado se dá sobre questões mais normativas, como as consequências da introdução das fricções do mercado de trabalho no desempenho da política monetária ótima, a depender do tipo de rigidez considerada. Como exemplos, o trabalho de Blanchard e Galí (2010) utiliza-se de rigidez do salário real, e o trabalho de Thomas (2008) faz uso da hipótese de rigidez no salário nominal.

Colaborando para a explicação de que políticas monetárias têm efeitos reais sobre o produto (não neutralidade da moeda), Christiano, Eichenbaum e Evans (2005) apresentaram um modelo que incorpora quantidades moderadas de rigidez nominal, responsáveis pela inércia observada na inflação e na persistência do produto. O modelo proposto se caracteriza por impedir um aumento acentuado dos custos marginais após um choque expansionista da política monetária. Dentre essas características, as mais importantes são o tempo de rigidez dos contratos de salários e a utilização variável de capital, incluindo informações de adaptação das preferências de consumo e de custos de ajuste no investimento.

Nesse sentido, os trabalhos de Smets e Wouters (2003) e Smets e Wouters (2007) – para a zona do euro e para os Estados Unidos – propuseram modelos com rigidezes nominais e reais capazes de obter previsões mais precisas do que aquelas alcançadas com base em modelos VAR, mesmo no que diz respeito a previsões “fora da amostra”. No caso em que os modelos DSGE apresentam melhor aderência aos dados (ou, em termos bayesianos, caso os modelos DSGE apresentem, *a posteriori*, uma probabilidade superior à dos modelos VAR), não haveria sentido em “forçar” os parâmetros do modelo a se espelharem nos Vetores Autorregressivos, tendo em vista o menor apelo em utilizar tais modelos como *benchmark*.

Já o trabalho de Altig et al. (2011), com base no trabalho de Christiano et al. (2005), formulam e estimam um modelo que explica os mecanismos pelos quais os choques de políticas monetárias têm efeitos na atividade econômica real, de modo a durarem mais do que a frequência com que as empresas renegociam os preços. Esse modelo evidencia a inércia na inflação, mesmo que as empresas renegociem os preços, em média, uma vez a cada 162 dias. A inércia reflete que, quando as empresas renegociam os preços, elas mudam os preços em uma pequena quantidade devido à sua própria curva de custo marginal.

A contribuição de Reiter, Sveen e Weinke (2013) mostra, no entanto, que uma vez que a escolha de modelagem é incorporada a um modelo convencional de rigidez de preços, investimentos suavizados geram impactos relevantes no produto, mas de curta duração, tanto no produto quanto na inflação. Assim, para demonstrar que as políticas monetárias impactam o produto de forma relevante e em vários períodos, Sveen e Weinke (2017) apresentam modelos com investimentos irregulares e suavizados dependentes do tempo. Os resultados mostram que as regras de taxa de juros otimizadas são semelhantes em ambos os modelos, demonstrando que a política monetária ideal é aquela delimitada por regras simples e otimizadas da taxa de juros. Para esses autores, já está bem estabelecido que a teoria padrão de investimento gera implicações contratuais no contexto da teoria neokeynesiana.

Após a crise financeira de 2008, a regulamentação macroprudencial foi promovida como uma abordagem de regulamentação financeira que visa mitigar os riscos do sistema financeiro como um todo (risco sistêmico). Nesse sentido, o trabalho de Farhi e Werning (2016) busca fornecer um modelo teórico abrangente que inclua políticas monetárias e macroprudenciais para formular um sistema de intervenção adequada. O modelo é focado na política monetária e na rigidez nominal, sendo essa rigidez fundamental para o estudo em conjunto das políticas monetária e macroprudencial.

Com agentes heterogêneos, tal modelo caracteriza conjuntamente a política monetária e macroprudencial ideal – como também apresentado por Gali (2015) –, generalizando a regra padrão de direcionamento de política monetária ideal e com a inserção de cenários restritivos à política monetária e à política macroprudencial. Essas regras de metas padrão formam o núcleo da doutrina de metas de inflação e suas elaborações. A política monetária visa estabelecer um conjunto de médias ponderadas. As variáveis utilizadas capturam o fato de que a rigidez e as restrições nominais na política monetária impedem o alcance dessas metas ideais.

Em um trabalho mais recente, Özcan (2020) discute se e como a incerteza do modelo afeta o mecanismo de amplificação dos modelos de rigidez de preços com diferentes características. Assim, por meio de um modelo DSGE, o trabalho busca entender se e como as extensões do modelo de rigidez de preços afetam o desenho da política monetária ideal. O autor apresenta duas extensões a um modelo de *benchmark* com preços escalonados, com formação de hábitos no consumo e com persistência intrínseca ao preço.

Um choque de oferta traz um comportamento cauteloso para formuladores robustos de políticas monetárias no modelo de *benchmark*. A adição de indexação à inflação passada não altera a dinâmica nem a magnitude do modelo aproximado. Em todas as outras especificações consideradas no estudo de Özcan (2020), uma postura agressiva de política monetária é uma característica geral dos modelos neokeynesianos, quando se analisa a robustez ao formar políticas monetárias.

Isto posto, observa-se uma relevante literatura que retrata a não neutralidade da moeda, explicando como as políticas monetárias têm efeitos reais sobre a economia, de forma que choques nos agregados monetários e nas taxas de juros podem impactar de forma relevante os investimentos produtivos das firmas.

2.2 Teoria austríaca sobre os ciclos econômicos.

Há outras teorias econômicas que também analisam os ciclos econômicos. Uma que se destaca é a *Real Business Cycles*. No entanto, esta faz suas análises predominantemente em termos agregados, enquanto os austríacos focam seus estudos nas diferenças entre os setores, justificando assim, sua utilização como arcabouço teórico.

A descrição dos ciclos econômicos se inicia pela explicação da taxa de juros de uma sociedade, sendo definida pela preferência temporal das pessoas que compõem essa sociedade. Ou seja, as pessoas tendem a preferir o dinheiro (ou qualquer outro ativo) no momento presente à perspectiva de receber a mesma quantia em algum momento futuro, o que resulta em um prêmio de mercado em relação ao bem futuro para se abrir mão dele no presente. Esse prêmio é a taxa de juros, e o seu valor varia de acordo com o grau de preferência de consumo das pessoas em relação ao futuro, ou seja, o grau de suas preferências temporais. Assim, quanto menos capital uma pessoa tem, mais predisposta ela está a não abrir mão de um consumo presente por um consumo futuro, aumentando o valor do prêmio (Mises, 1998).

Uma alta taxa de juros estaria indicando que as pessoas não têm dinheiro poupado e, conseqüentemente, não poderão consumir muito no futuro. Já uma baixa taxa de juros estaria indicando que as pessoas têm dinheiro poupado e, conseqüentemente, poderão consumir mais no futuro, tornando viáveis investimentos de longo prazo. Por isso, em um livre mercado, os juros sinalizam o poder de consumo da população (Mises e Batson, 1953). Hayek (2008) complementa afirmando que a preferência temporal determina principalmente o quanto as pessoas vão poupar, já que a taxa de juros de mercado pode sofrer interferência de outras variáveis, como produtividade marginal, risco, oferta monetária, demanda por dinheiro e demanda por empréstimos.

Em sociedades com baixa poupança, *ceteris paribus*, os juros tendem a ser elevados, o que afasta investimentos e seus conseqüentes desenvolvimentos para a economia e a sociedade. Uma forma encontrada pelos Bancos Centrais

para mudar essa realidade é por meio das políticas de expansão monetária. Sem essa dilatação monetária, a oferta e a demanda tendem ao equilíbrio, sem expansões econômicas bruscas, seguidas de recessões exasperadas. No entanto, o Banco Central estimula a expansão do crédito bancário, o que aumenta as reservas dos bancos comerciais, expandindo o crédito e a oferta monetária, conseqüentemente. Assim, esse mecanismo derruba “artificialmente” a taxa de juros da economia para baixo do seu nível de livre mercado. Mises (1998) utiliza o termo “artificial” de forma técnica para definir o que seria uma taxa de juros manipulada pelas políticas monetárias.

A depender do setor de atuação relacionado à atividade operacional desempenhada pela firma, o tempo dos ciclos produtivos pode variar, de modo que as políticas monetárias vão impactar os setores de formas distintas. Para exemplificar essa realidade, autores como Mises (1998) e Hayek (2008) se utilizam de indústrias de bens de capital para representar as firmas que se situam no início da cadeia produtiva (bens de última ordem), cujos projetos de investimento tendem a demandar maior prazo de realização. Utilizam-se ainda de empresas de bens de consumo para representar as firmas que se situam no fim da cadeia produtiva (bens de primeira ordem), cujos projetos de investimentos tendem a demandar menor prazo de realização.

Uma queda genuína da taxa de juros ocorreria por meio do aumento da poupança. No entanto, essa intervenção monetária faz com que os empresários reajam como se a queda da taxa de juros ocorresse de forma genuína, investindo mais em bens de capital. Projetos longos e demorados que antes pareciam financeiramente inviáveis parecem agora lucrativos por causa da artificial queda dos juros. Assim, os investidores reagem conforme agiriam se a poupança tivesse aumentado genuinamente: eles expandem seus investimentos e a produção de bens de capital, aumentando sua oferta em detrimento da produção de bens de consumo (Hayek, 2008).

No início, a expectativa é de prosperidade. Mas o aumento da base monetária não faz com que surja mais interesse de consumo dos bens de capital. Ou seja, a demanda não é aumentada. O aumento do volume de dinheiro apenas faz com que os juros caiam sem que tenha havido um simultâneo aumento na poupança. O desequilíbrio econômico passa a ser inevitável (Rothbard, 2000).

Desconsiderando-se outras possíveis mudanças estruturais, pelo fato de a sociedade ter mantido seu comportamento cultural dada a adulteração artificial dos juros, as preferências temporais não diminuiriam, já que os indivíduos tendem a não poupar efetivamente mais do que já vinham poupando. Em tendência, as pessoas começarão a gastar a maior parte da sua nova renda artificialmente criada para restabelecer a antiga proporção entre consumo e poupança. Assim, os gastos serão novamente direcionados para os setores de bens de consumo, sendo que estes não poupam e investem o suficiente para comprar as matérias-primas industriais e máquinas e equipamentos recém-produzidos, o que gerará uma depressão nas indústrias de bens de capital (Greaves, 2010).

Disso se conclui que os investimentos foram excessivamente feitos em bens de capital e insuficientemente em bens de consumo. Por meio do aumento da oferta monetária, os empresários atuam como se houvesse mais poupança disponível do que realmente havia, investindo em setores que só aparentavam viabilidade devido à artificial queda na taxa de juros, levando a distorções na produção e no sistema de preços como um todo. A fonte do problema é que o investidor começou um empreendimento voltado para o longo prazo na crença de que havia capital suficiente para finalizá-lo. Os juros artificialmente baixos levaram-no a crer que havia poupança disponível para que os consumidores futuramente pudessem consumir o produto final. Mas não havia, como se observa pela iliquidez do setor bancário e o excesso de oferta nas grandes crises (Soto, 2009).

Deste modo, a expansão da base monetária fomenta a produção no início do ciclo econômico. Entretanto, essa diminuição dos juros distorce a alocação dos recursos em virtude das diferenças temporais dos setores produtivos. Já quando a economia entra em depuração, no final do ciclo econômico, uma maior expansão da base monetária atrasa a recuperação produtiva devido ao contínuo desacordo temporal dos investimentos na cadeia produtiva.

Deve-se destacar a presença de políticas monetárias direcionadas ao consumo na economia brasileira durante a janela temporal analisada. Isso indica que os setores da economia brasileira serão influenciados de formas distintas, a depender dos anos em que tais políticas monetárias foram realizadas. Destarte, os austríacos também abordam a não neutralidade da moeda, de modo que a expansão da base monetária afeta as firmas de formas distintas, a depender do setor e da fase do ciclo econômico em que se encontra a economia.

2.3 Evidências empíricas

Tabela 1 - Resumo de trabalhos empíricos sobre o tema

AUTORIA	OBJETIVO	METODOLOGIA	AMOSTRA	PRINCIPAIS RESULTADOS
Lima, Assaf Neto, Perera e Silva. (2011)	Buscar evidências de relação entre os indicadores macroeconômicos e os índices de endividamento das sociedades de capital aberto.	Regressão linear	83 empresas da B3, entre 1995 e 2007	Forte relação entre estrutura de capital e taxa de câmbio e juros; com menor significância em relação à inflação.
Fu e Liu (2015)	Investigar os efeitos da política monetária no investimento corporativo.	Regressão com dados em painel	1.157 empresas cotadas na Bolsa chinesa entre 2005 e 2012	As políticas monetárias influenciam os investimentos corporativos.
Vithessonth, Schwinger e Müller (2017)	Observar as relações entre a política monetária dos Bancos Centrais e o comportamento de investimento das empresas.	Regressão com dados em painel	Mercados alemão, suíço e tailandês	Políticas monetárias influenciam os investimentos na Alemanha e Tailândia, mas não na Suíça.
Yang et al. (2017)	Investigar os efeitos da política monetária sobre o investimento corporativo.	Regressão com dados em painel	Mercado chinês, entre 2003 e 2013.	O aperto da política monetária reduz o investimento corporativo.
Xue, Yilmazkuda e Taylor (2020)	Averiguar o impacto das políticas monetárias sobre firmas durante a crise de 2008.	Vetores autorregressivos (VAR)	Mercado chinês, entre 2008 e 2014.	O aumento do crédito colabora significativamente para o crescimento da produção e do investimento corporativo.
Alter e Elekdag (2020)	Investigar a relação da política monetária dos EUA com o crescimento da alavancagem em empresas de países emergentes.	Regressão com dados em painel	800.000 empresas de 28 países emergentes	Relação significativa entre a política monetária e a alavancagem corporativa.

Fonte: elaboração própria.

2.4 Hipóteses da pesquisa

Dado o arcabouço teórico apresentado pelo somatório das teorias neokeynesianas e da teoria dos ciclos econômicos da escola austríaca, em conjunto com as evidências empíricas relatadas, estabelecem-se duas hipóteses de pesquisa. A primeira hipótese testada foi:

As políticas monetárias são relevantes para explicar o investimento corporativo do agregado das firmas brasileiras listadas na B3.

Ainda de acordo com os economistas austríacos, as políticas monetárias exercem influências distintas nas empresas, a depender do seu setor na cadeia produtiva. Por isso, a segunda hipótese testada foi:

As políticas monetárias impactam mais o investimento corporativo a depender do setor de produção.

3 MÉTODOS

3.1 Amostra

A amostra foi composta pelas empresas listadas na B3, com dados anuais disponíveis durante o período de 2009 a 2019, conforme classificações apresentadas pelo Economática®, e que apresentaram os dados necessários para esta pesquisa. A base de dados inicial (675 empresas não financeiras) foi constituída por todas as firmas de todos os setores que já tiveram negociações realizadas no período analisado. O setor financeiro foi excluído devido às suas diferenças contábeis nos planos de contas em relação aos demais setores, além de ser o setor correspondente aos canais de transmissão das políticas monetárias entre o BACEN e o setor produtivo.

Após a exclusão das empresas dos demais setores que não continham a série histórica das variáveis necessárias para atender aos objetivos traçados, a amostra final totalizou 220 firmas, representando 32,59% do universo inicial.

Tabela 2 - Setores econômicos da B3.

Bens de Consumo	Quantidade	Total
Consumo Cíclico	66	
Consumo não Cíclico	18	
Total		84
Bens de Capital	Quantidade	
Bens Industriais	51	
Materiais Básicos	30	
Petróleo e Gás	8	
Total		89
Utilidade Pública	Quantidade	
Outros	8	
Utilidade Pública	39	
Total		47
Total		220

Fonte: Economática®.

Esse período se justifica pelo recorte pós-crise mundial de 2009, durante a qual o BACEN adotou políticas monetárias expansionistas como medidas anticrise. Além disso, no referido período, houve o processo de convergência das normas contábeis. Isso proporciona maior padronização das informações contábeis no recorte temporal utilizado.

Como no mercado brasileiro há a presença de uma quantidade significativa de empresas do setor público (predominantemente do setor elétrico), optou-se por analisar os dados além do descrito pela escola austríaca. Logo, somam-se aos setores de bens de consumo e bens de capital as firmas de utilidade pública, que são utilizadas como um grupo de controle na construção das *dummies* setoriais.

3.2 Variáveis do estudo

De acordo com os trabalhos de Richardson (2006), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017), Fu e Liu (2015), Yang et al. (2017), além de Xue et al. (2020), apresenta-se a Tabela 3 que descreve a relação entre as variáveis pesquisadas para testar as hipóteses.

Tabela 3 - Descrição das variáveis.

Atributo	Sigla	Proxy	Sinal Esperado
Variáveis Dependentes			
Investimento Produtivo 1	IP_1	$(ATI+AI)/AT$	
Investimento Produtivo 2	IP_2	$(ATI+AI)/AC$	
Variáveis de Interesse			
Taxa de variação do M1	$M1$	$(M1_{t+1}-M1_t)/M1_t$	Positivo
Taxa de variação do M2	$M2$	$(M2_{t+1}-M2_t)/M2_t$	Positivo

Atributo	Sigla	Proxy	Sinal Esperado
Variáveis de Controle			
Tamanho	<i>Tam</i>	<i>Ln</i> (Ativo Total)	Positivo
Lucratividade	<i>LO</i>	Varição do Lucro Operacional	Positivo
Rentabilidade	<i>ROA</i>	Retorno sobre o Ativo	Positivo
<i>Market-to-Book</i>	<i>M/B</i>	PL a Valor de Mercado / PL a Valor Contábil	Positivo/ Negativo
Alavancagem	<i>AL</i>	Dívida Total / Ativo Total	Negativo
Liquidez	<i>Liq₂</i>	Disponíveis / Ativo Total	Positivo
Fluxo de Caixa Operacional	<i>FCO</i>	FCO/Ativo Total	Positivo
Câmbio	<i>Dol</i>	$(Dolar_{t+1} - Dolar_t) / Dolar_t$	Positivo/ negativo

Fonte: elaboração própria

Notas: i) M1 (Meios de Pagamento Restritos) = papel-moeda em poder do público, mais os depósitos à vista; ii) M2 (Meios de Pagamento Ampliados) = M1, mais os depósitos especiais remunerados, mais depósitos de poupança, mais títulos emitidos por instituições depositárias; iii) ATI = Ativo Imobilizado; iv) AI = Ativo Intangível; v) AT = Ativo Total; vi) AC = Ativo Circulante

As variáveis de controle foram utilizadas pois: i) o tamanho total da firma se relaciona com o investimento produtivo; ii) quanto maior a lucratividade das atividades operacionais, maior a tendência do reinvestimento nas operações; iii) quanto maior o retorno do ativo, maior a tendência do reinvestimento nas operações; iv) o indicador *Market-to-Book* pode exercer influência na estrutura de financiamento da firma e conseqüentemente em seus investimentos produtivos; v) o nível de alavancagem da firma pode determinar os direcionamentos dos recursos para os investimento produtivos; vi) o nível de liquidez pode determinar se o consumo do caixa será feito em ativos produtivos; vii) quanto maior o fluxo de caixa das atividades operacionais, maior a tendência do reinvestimento nas operações; e viii) como as empresas da amostras são importadoras ou exportadoras, os investimentos produtivos podem ser sensíveis à variação do câmbio. De forma geral, tais variáveis também foram utilizadas por Richardson (2006), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017), Fu e Liu (2015), Yang et al. (2017) e Xue et al. (2020); com exceção da variável sobre o câmbio.

Para as informações contábeis e financeiras, os dados anuais foram coletados no sítio eletrônico da B3 e na plataforma Economática®; para as variáveis monetárias, foram coletados no Banco Central do Brasil (BACEN).

O tratamento de *outliers*, em dados referentes a series temporais, pode ser feito por meio da *winsorização*. Esse tratamento de dados discrepantes corresponde a uma técnica de interpolação de dados na qual o *outlier* é substituído pelo valor anterior da distribuição, tornando o dado destoante mais próximo do conjunto de dados que integram a amostra estudada (Osborne e Overbay, 2004). Neste artigo, para o tratamento de *outliers* das variáveis dependente e de controle utilizou-se a *winsorização* ao nível de 1%, assim como realizado por Fu e Liu (2015), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017) e Yang et al. (2017).

3.3 Método dos Momentos Generalizados (Generalized Method of Moments - GMM)

Para Barros et al. (2020), a solução genérica para qualquer problema de endogeneidade é o uso de variáveis instrumentais externas ao modelo. Nos casos em que o pesquisador não disponha de tais variáveis, os métodos de estimação para painel fundamentados no Método dos Momentos Generalizados (*Generalized Method of Moments* – GMM) apresentam-se como alternativas eficazes e viáveis para mitigar ou até mesmo eliminar os problemas de endogeneidade. Isso se dá porque esse modelo parte da suposição de exogeneidade sequencial dos regressores.

Assim, de acordo com as variáveis já especificadas – e considerando-se, de forma geral, os trabalhos de Richardson (2006), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017) e Xue et al. (2020), e, de forma específica, os trabalhos de Fu e Liu (2015) e Yang et al. (2017), foram estimados os resultados por meio da regressão com dados em painel pelo Método dos Momentos Generalizados (GMM), tal como formalizado nas seguintes equações:

$$\begin{aligned}
 IP_{it} = & \beta_0 i + \lambda IP_{i,t-1} + \beta_1 Mn_{t-1} + \beta_2 Tam_{i,t-1} + \beta_3 LO_{i,t-1} \\
 & + \beta_4 ROA_{i,t-1} + \beta_5 \frac{M}{B}_{i,t-1} + \beta_6 AL_{i,t-1} + \beta_6 Liq_{i,t-1} + \beta_7 FCO_{i,t-1} + \beta_8 Dummy1_{i,t} \\
 & + \beta_9 Dummy2_{i,t} + \beta_{10} Dummy1I_{i,t} + \beta_{11} Dummy2I_{i,t} + \beta_{12} Dol_{i,t-1} + u_{it}
 \end{aligned} \tag{1}$$

Em que:

IP = indicadores de investimento produtivo (IP_1 e IP_2);

$\beta_0 i$ = intercepto de cada empresa i ;

Mn = variação dos agregados monetários com o passar do tempo (M1 e M2);

λ = coeficiente de persistência estimada para a variável dependente defasada usada como regressor;

Tam = logaritmo natural do Ativo Total;

Lo_i = taxa de variação anual do Lucro Operacional;

ROA_i = retorno sobre o ativo;

M/B = indicador do *market-to-book*;

AL = indicador de Alavancagem – Dívida total sobre Ativo Total;

Liq = indicador de liquidez - Disponíveis sobre o Ativo Total;

FCO = Fluxo de caixa operacional sobre o Ativo Total;

$Dummy$ = variáveis *dummies* referentes aos setores de bens de consumo ($Dummy1$) e de capital ($Dummy2$);

$DummyI$ = interação entre as variáveis *dummies* de setores e as *proxies* de política monetária ($Mn_i * Dummy1_{i,t}$);

Dol = variação cambial do dólar.

$u_{it} = a_i + \varepsilon_{it}$; a_i é o efeito individual e ε_{it} é o termo erro aleatório;

i = i -ésima empresa;

t = t -ésimo período de tempo.

As variáveis *dummy* ($Dummy_{i,t}$) representam os setores nos quais cada empresa está inserida, de acordo as classificações apresentadas pelo Economática®. A quantificação e a qualificação da heterogeneidade das respostas a diferentes setores são relevantes para aprimorar o entendimento de como as políticas monetárias podem afetar os investimentos corporativos. Assim, buscando maior robustez nesta análise, as variáveis *dummies* também serão usadas em interação com as variáveis da política monetária. Tal interação é representada pela expressão $Mn_i * Dummy1_{i,t}$. Essas variáveis são responsáveis por demonstrar se as políticas monetárias impactam de formas distintas os setores, conforme defende a escola austríaca, e assim definido na hipótese 2.

3.3.1 Testes de validação dos modelos

Em termos de modelagem, um problema do painel dinâmico se deve à inclusão da variável dependente defasada. Dado que IP_{it} é uma função de a_i , tem-se que $\lambda IP_{i,t-1}$ é também uma função de a_i . Portanto, $\lambda IP_{i,t-1}$ está correlacionado com o termo de erro ε_{it} . Desse modo, estimar um modelo dinâmico por MQO torna as estimativas enviesadas e inconsistentes, mesmo se ε_{it} não apresentar correlação serial. Por isso, indica-se a utilização de métodos como o GMM (Baltagi, 2008)

O GMM sistêmico pressupõe, de acordo com Roodman (2009), que as primeiras diferenças das variáveis instrumentais não são correlacionadas com os efeitos fixos. Tal procedimento permite a introdução de mais instrumentos e pode aumentar a eficiência da estimação. Assim, constrói-se um sistema de duas equações (a equação original e a equação transformada). Também no GMM sistêmico, os regressores invariantes no tempo podem ser incluídos, o que não afeta as estimativas, já que todos os instrumentos para as equações em níveis são ortogonais para efeitos fixos.

Para a validade do modelo, o GMM tem como pressuposto fundamental a presença de instrumentos exógenos. Uma vez que o modelo é sobreidentificado (mais instrumentos do que regressores endógenos), aplica-se o teste apresentado por Hansen (1982) para verificar a validade conjunta das condições de momentos e identificação de restrições. A hipótese nula do teste é de validade conjunta dos instrumentos, ou seja, as variáveis instrumentais e os resíduos não são correlacionados. A estatística do teste de Hansen tem distribuição qui-quadrado com k graus de liberdade, sendo k obtido por meio da diferença entre os números de variáveis instrumentais e variáveis endógenas presentes no modelo. Portanto, ao não rejeitar a hipótese nula, não há problemas de endogeneidade no modelo, inferindo-se que os instrumentos são válidos e podem ser utilizados.

Para complementar o teste anterior, também foi testada a validade do subconjunto de instrumentos via teste de diferença de Hansen (DIF-Hansen). Esse teste se baseia na diferença entre as estatísticas dos testes de Hansen para um mesmo modelo, estimado tanto pelo GMM sistêmico quanto pelo GMM em diferenças, cuja hipótese nula, segundo Roodman (2009), é que os subconjuntos de instrumentos são exógenos. Não se rejeitando a hipótese nula, conclui-se que o modelo GMM sistêmico é válido.

Já o teste desenvolvido por Arellano e Bond (1991) observa o fenômeno que poderia tornar algumas defasagens inválidas como instrumentos, ou seja, verifica a autocorrelação no termo e erro idiossincrático (ε_{it}). Para testar a autocorrelação para além dos efeitos fixos, o teste de Arellano e Bond (1991) é aplicado aos resíduos em diferenças. Segundo Roodman (2009), em razão de $\Delta\varepsilon_{it}$ ser matematicamente relacionado com $\Delta\varepsilon_{it-1}$, já que compartilham o mesmo termo de erro ε_{it-1} , uma correlação serial de primeira ordem negativa é esperada em diferenças e demonstra que ela é pouco informativa. Assim, para verificar a correlação serial nos níveis, deve-se observar a correlação serial de segunda ordem nas diferenças. Isto é, espera-se uma autocorrelação de primeira ordem negativa e significativa, mas que não seja encontrada autocorrelação de segunda ordem.

4 RESULTADOS

Conforme a Tabela 4, buscando averiguar a relação linear entre as variáveis, encontra-se a correlação positiva entre os agregados monetários (M1 e M2) e os investimentos produtivos (IP1 e IP2). Observa-se também baixos valores para estas correlações, o que pode estar vinculado ao caráter heterogêneo da amostra, que é constituída por empresas de diferentes portes e setores.

Tabela 4 – Matriz de correlação

	IP1	IP2	M1	M2	TAM	LO	ROA	AL	LS	FCO	DOL
IP1	1										
IP2	0,8838	1									
M1	0,0173	0,025	1								
M2	0,0111	0,007	0,1469	1							
TAM	0,012	0,01	-0,051	-0,047	1						
LO	-0,004	-0,005	-0,009	-0,04	-0,005	1					
ROA	-0,001	0,0247	0,0132	-0,014	-0,170	0,0013	1				
AL	-0,001	0,0235	0,0103	-0,016	-0,134	-0,006	0,9541	1			
LS	-0,003	-0,006	0,037	0,0412	0,08	-0,005	-0,034	-0,032	1		
FCO	-0,003	-0,007	0,0095	0,002	-0,124	-0,012	0,278	0,1946	0,0236	1	
DOL	0,0063	0,0006	-0,645	0,0178	0,0581	0,0301	-0,03	-0,026	-0,022	-0,029	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste sentido, conforme a Tabela 5, verificam-se valores elevados do desvio padrão, o que permite inferir a acentuada variabilidade dos dados em relação ao valor médio, principalmente para as variáveis dependentes e de controle. Nota-se também uma diferença significativa entre as médias e as medianas, o que pode indicar a presença de valores atípicos na série de dados. Em complemento a isso, quando se observam os máximos e os mínimos, constata-se a presença de valores anormais no banco de dados, os quais podem ser derivados, em certa parte, de imprecisões na fonte dos dados. Mesmo sendo uma base confiável e completa, a plataforma Economática® pode apresentar alguns dados alimentados com inconsistências na reprodução.

Tabela 5 - Estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa.

Dependentes	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
IP	4,2702	-0,7981	0,0333	-0,0118	0,3596
IP2	4,7316	-0,7873	0,0789	-0,0074	0,4924
Interesse	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
M1	0,1323	-0,0454	0,0591	0,0586	0,0517
M2	0,1888	0,048	0,1021	0,0962	0,0434
Controle	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
TAM	19,6606	8,7767	14,5639	14,7711	1,9012
LO	3,583	-0,2183	0,089	0,0069	0,3327
ROA	2,311	-0,6854	0,1036	0,0555	0,2006
AL	3,9574	0,0035	0,3671	0,3257	0,3358
LS	4,526	0,0014	0,1182	0,1082	0,3305
FCO	1,1775	0,0005	0,0899	0,0699	0,096
DOL	0,5018	-0,2701	0,0699	0,114	0,2028

Fonte: Dados da pesquisa.

Destarte, pode-se perceber que as variáveis dependentes e de controle são heterogêneas, o que evidencia a necessidade de tratamento dos *outliers* por meio da *winsorização*, como descrito na metodologia. Sem tal tratamento, tais observações atípicas podem comprometer os resultados dos modelos econométricos estimados para responder aos objetivos propostos.

Já os dados dos testes de validação dos modelos são apresentados nas Tabelas 6 e 7. Por meio do teste de autocorrelação de Arellano e Bond (1991), verificou-se o atendimento ao pressuposto de inexistência de autocorrelação de segunda ordem para todas as variáveis. Em relação aos instrumentos propostos, a análise de sua viabilidade foi baseada no teste de Hansen, devido à sua maior robustez. Assim, o teste de Hansen evidenciou, para todos os modelos, a não rejeição de sua hipótese nula, assumindo-se assim a adequabilidade dos instrumentos utilizados no modelo proposto.

No que tange à escolha entre as abordagens GMM em diferenças e GMM-Sistêmico, verifica-se que o teste de Dif-Hansen evidenciou, para todos os modelos propostos, a não rejeição de sua hipótese nula, assumindo-se a adequabilidade do GMM-Sistêmico como abordagem para obtenção dos parâmetros estimados. Por fim, a significância global dos modelos evidenciados nesta pesquisa é verificada por meio do teste de Wald, que aponta a rejeição de sua hipótese nula, presumindo-se a existência de significância global do modelo proposto.

Tabela 6 - Resultados empíricos.

VARIÁVEL DEPENDENTE: IP1			
GMM Sistêmico		GMM Sistêmico	
$IP1_{i,t-1}$	-0,0416*** (0,004)	$IP1_{i,t-1}$	-0,0486*** (0,001)
M1	0,7146* (0,092)	M2	-0,2159 (0,715)
TAM	0,4530** (0,048)	TAM	0,4825** (0,042)
LO	-0,0028 (0,551)	LO	-0,0031 (0,467)
ROA	0,2653* (0,056)	ROA	0,2426* (0,081)

VARIÁVEL DEPENDENTE: IP1			
GMM Sistêmico		GMM Sistêmico	
MB	0,0131 (0,146)	MB	0,0171* (0,073)
AL	-0,0462 (0,417)	AL	-0,0308 (0,591)
LS	0,00001 (0,757)	LS	0,0000 (0,987)
FCO	-0,8031** (0,019)	FCO	-0,7301** (0,024)
DUMMY1	0,0345 (0,373)	DUMMY1	-0,0541 (0,447)
DUMMY2	0,0341 (0,431)	DUMMY2	-0,0420 (0,583)
DUMMY1I	-0,1664 (0,716)	DUMMY1I	0,8079 (0,209)
DUMMY2I	0,0236 (0,965)	DUMMY2I	0,8153 (0,249)
DOL	0,1444*** (0,006)	DOL	0,0381 0,265
CONSTANTE	-1,2374** (0,045)	CONSTANTE	-1,2520** (0,047)
AR(1)	-4,40***	AR(1)	-4,36***
AR(2)	-1,82*	AR(2)	-1,87*
Teste de Sargan	609,23***	Teste de Sargan	651,81***
Teste de Hansen	193,28	Teste de Hansen	190,03
Teste de Dif. Hansen	7,16	Teste de Dif. Hansen	1,58
Teste de Wald	30,26***	Teste de Wald	33,72**
Nº de observações	1653	Nº de observações	1653
Nº de Grupos	202	Nº de Grupos	202
Nº de Instrumentos	349	Nº de Instrumentos	365

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: AR(1) e AR(2) – verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros (considerou-se 5% de significância estatística para a validade dos modelos); testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM-Sistêmico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 6, pode-se verificar a significância da defasagem da variável IP1, o que evidencia a importância da utilização do painel dinâmico para tratamento dos dados que integram a amostra deste estudo. Já a *proxy* de política monetária M2 não evidenciou significância estatística no modelo estimado. A ausência de significância é também observada em relação às variáveis *dummies* referentes aos setores de bens de consumo e de capital em suas interações com as *proxies* de política monetária M1 e M2.

Não obstante, a *proxy* de política monetária M1 apresentou parâmetro positivo e significativo, podendo-se inferir que aumentos nesse agregado monetário geram aumentos nos níveis de investimento produtivo das empresas que compõem a amostra. Deve-se apontar que esses resultados são análogos aos apresentados por Fu e Liu (2015) e Yang et al. (2017), trabalhos nos quais esse agregado monetário se mostra relevante para a explicação dos investimentos produtivos das firmas no mercado chinês.

Desta forma, tais resultados contribuem para as teorias neokeynesianas sobre a não neutralidade da moeda (Christoffel e Linzert, 2010; Christiano, Eichenbaum e Evans, 2005; Del Negro et al., 2007; Gali, 2015; Farhi e Werning, 2016; Özcan, 2020), uma vez que as políticas monetárias realizadas por meio dos agregados monetários durante o período analisado tiveram significância estatística para explicar o nível de investimentos produtivos para as firmas brasileiras. Em relação às variáveis de controle, é possível verificar que as *proxies* para o tamanho (LOGTAM), para a rentabilidade (ROA), para o fluxo de caixa (FCO) e para o câmbio (DOL) apresentaram influência significativa sobre a variável IP1.

De acordo com autores como Garrison (2001), Mises (1998) e Soto (2009), as políticas monetárias tendem a influenciar os investimentos de longo prazo de forma mais acentuada do que os de curto prazo, pois as variações nas taxas de juros exercem mais poder de desconto em fluxos de caixa com maior série temporal. Desta forma, outro indicador analisado é o Investimento Produtivo 2 (IP2), que pondera a relação dos ativos produtivos de longo prazo (ativos imobilizados e intangíveis) pelos ativos circulantes.

Tabela 7 - Resultados empíricos.

VARIÁVEL DEPENDENTE: IP2			
GMM Sistêmico		GMM Sistêmico	
$IP2_{i,t-1}$	-0,1116* (0,090)	$IP2_{i,t-1}$	-0,1154* (0,089)
M1	-2,0136 (0,174)	M2	0,1394 (0,945)
TAM	0,3138 (0,661)	TAM	0,4022 (0,559)
LO	-0,0008 (0,921)	LO	0,0012 (0,884)
ROA	0,4448 (0,198)	ROA	0,4291 (0,184)
MB	0,0746** (0,027)	MB	0,0733** (0,022)
AL	0,1486 (0,354)	AL	0,1603 (0,311)
LS	0,0000 (0,930)	LS	0,0000 (0,955)
FCO	-2,1426** (0,013)	FCO	-2,0239*** (0,009)
DUMMY1	-0,2007 (0,129)	DUMMY1	-0,0374 (0,886)
DUMMY2	-0,1067 (0,429)	DUMMY2	-0,0739 (0,793)
DUMMY11	2,9922* (0,060)	DUMMY11	0,1069 (0,958)

VARIÁVEL DEPENDENTE: IP2			
GMM Sistêmico		GMM Sistêmico	
DUMMY2I	2,7273 (0,137)	DUMMY2I	1,1401 (0,623)
DOL	0,1184 (0,378)	DOL	0,0630 0,557
CONSTANTE	-0,6875 (0,720)	CONSTANTE	-1,0532 (0,580)
AR (1)	-3,69***	AR (1)	-3,58***
AR (2)	-2,29**	AR (2)	-2,36**
Teste de Sargan	503,44***	Teste de Sargan	510,31***
Teste de Hansen	191,78	Teste de Hansen	194,23
Teste de Dif. Hansen	5,69	Teste de Dif. Hansen	6,92
Teste de Wald	21,55*	Teste de Wald	26,48**
Nº de observações	1653	Nº de observações	1653
Nº de Grupos	202	Nº de Grupos	202
Nº de Instrumentos	233	Nº de Instrumentos	233

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: AR(1) e AR(2) – verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM-Sistêmico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Nesse sentido, conforme dados apresentados na Tabela 7, a significância da defasagem da variável IP2 evidencia a correta utilização da abordagem GMM para a estimação dos parâmetros do modelo proposto, demonstrando o caráter dinâmico da variável resposta IP2. Por outro lado, os resultados também apontam a ausência de significância estatística das *proxies* de política monetária M1 e M2 em relação à variável dependente IP2.

Não obstante, a interação da DUMMY1 (bens de consumo) com a *proxy* de política monetária M1 apresentou relevância estatística sobre a variável IP2. Tal comportamento pode ser explicado devido a presença de políticas monetárias direcionadas ao consumo na economia brasileira durante a janela temporal estudada. Isso sinaliza como os setores presentes na amostra são influenciados de forma distinta em relação aos investimentos produtivos, a depender das políticas monetárias. Desta forma, esse resultado pode contribuir empiricamente para a teoria dos ciclos econômicos da escola austríaca (Hayek, 2008; Garrison, 2001; Mises, 1998; Soto, 2009).

Deve-se apontar que a variável IP2 não foi contemplada nos trabalhos de Fu e Liu (2015), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017), Yang et al. (2017) e Xue et al. (2020). Por isso, a inserção dessa variável nos modelos, em interação com as *dummies* setoriais, apresentou relevante resultado aos estudos da influência das políticas monetárias sobre os investimentos produtivos das empresas. Quanto às variáveis de controle, os indicadores MB e FCO impactaram o IP2 de forma significativa.

É importante destacar a existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros. Para que não haja autocorrelação no modelo, espera-se uma autocorrelação de primeira ordem negativa (significativa), mas que não seja encontrada autocorrelação de segunda ordem (não significativa). No entanto, conforme Tabela 7, há autocorrelação de segunda ordem ao nível de 5% de significância estatística. Não obstante, o teste de Arellano e Bond é uma condição suficiente, mas não necessária para as estimações pela abordagem GMM-Sistêmico.

Isto posto, com base nos resultados apresentados, pode-se perceber a relevância estatística das *proxies* M1 (agregado monetário 1) para a explicação do nível de investimento das empresas. Deste modo, contribuindo empiricamente para as teorias neokeynesianas, não se rejeita a hipótese 1, evidenciando-a relevância das políticas monetárias sobre os investimentos produtivos do agregado das firmas da amostra.

Observou-se também a relevância estatística das *dummies* setoriais (bens de consumo), em interação com as variáveis M1 para a explicação do nível de investimento das empresas ponderados pelos ativos circulantes. Portanto, como contribuição empírica para a teoria dos ciclos econômicos da escola austríaca, não se rejeitou a hipótese 2, o que demonstra que as políticas monetárias tendem a influenciar os investimentos produtivos das firmas de formas distintas, a depender de seu setor na cadeia produtiva.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de analisar a influência que as políticas monetárias exercem sobre as decisões de investimento das corporações brasileiras. Assim, primeiramente, é importante destacar a relevância das *proxies* testadas. Somando-se aos modelos econométricos apresentados por Fu e Liu (2015), Vithessonth, Schwaninger e Müller (2017), Yang et al. (2017) e Xue et al. (2020), verificou-se a relevância do agregado monetário M1, tanto no agregado da amostra como na interação com as *dummies* setoriais.

Devido a estes resultados, pode-se concluir, para a Hipótese 1, que as políticas monetárias tiveram influência significativa sobre o investimento produtivo do agregado das empresas estudadas, o que soma empiricamente para as teorias nekeynesianas. Pode-se concluir também, para a Hipótese 2, que as políticas monetárias influenciam o investimento das empresas de formas distintas, a depender do seu setor de produção, somando-se empiricamente para a teoria austríaca dos ciclos econômicos.

Por isso, como resposta ao problema de pesquisa, após os resultados das hipóteses testadas, esta pesquisa defende que: os investimentos produtivos das firmas podem ser determinados pelas políticas monetárias, de modo que tal influência é distinta, a depender do setor da cadeia produtiva no qual as empresas se situam. Para a amostra estudada, as empresas de bens de consumo foram mais influenciadas pelas políticas monetárias do que as empresas de bens de capital.

No que tange às limitações do presente estudo, observa-se o tamanho da amostra. O mercado brasileiro de ações é ainda incipiente, gerando uma limitação na quantidade de empresas que apresentam os dados necessários para as estimações. Essa limitação impediu que a série temporal fosse dividida para melhor descrever os ciclos, conforme descrito pela escola austríaca, uma vez que modelos regressivos GMM sistêmicos necessitam de alto número de graus de liberdade para a estimação dos modelos. Além disso, a amostra se constitui de um grupo de empresas que não representa estatisticamente a totalidade das firmas brasileiras. Portanto, os resultados obtidos e as conclusões apresentadas limitam-se a essa amostra estudada.

Isto posto, sugere-se a ampliação da amostra, assim como a aplicação dos modelos em outros mercados. Ainda, um estudo com horizonte temporal que percorra as crises de 2001, de 2008 e de 2020 contribuirá sobremaneira para uma melhor identificação dos ciclos econômicos e um melhor entendimento de como os investimentos produtivos se comportam frente às políticas monetárias com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

- Alter, A., & Elekdag, S. (2020). Emerging market corporate leverage and global financial conditions. *Journal of Corporate Finance*, 101590.
- Arellano, M., & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *The review of economic studies*, 58(2), 277-297.
- Aguinis, H., Boyd, B. K., Pierce, C. A., & Short, J. C. (2011). Walking new avenues in management research methods and theories: *Bridging micro and macro domains*.
- Altig, D., Christiano, L. J., Eichenbaum, M., & Linde, J. (2011). Firm-specific capital, nominal rigidities and the business cycle. *Review of Economic dynamics*, 14(2), 225-247.
- Baltagi, B. (2008). *Econometric analysis of panel data*. John Wiley & Sons.
- Barro, R. J., & Gordon, D. B. (1983). A positive theory of monetary policy in a natural rate model. *Journal of political economy*, 91(4), 589-610.
- Barros, L. A., Bergmann, D. R., Castro, F. H., & Silveira, A. D. M. D. (2020). Endogeneidade em regressões com dados em painel: Um guia metodológico para pesquisa em finanças corporativas. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22(SPE), 437-461.
- Blanchard, O., & Galí, J. (2010). Labor markets and monetary policy: A New Keynesian model with unemployment. *American economic journal: macroeconomics*, 2(2), 1-30.
- Christiano, L. J., Eichenbaum, M., & Evans, C. L. (2005). Nominal rigidities and the dynamic effects of a shock to monetary policy. *Journal of political Economy*, 113(1), 1-45.
- Christoffel, K., & Linzert, T. (2010). The role of real wage rigidity and labor market frictions for inflation persistence. *Journal of Money, Credit and Banking*, 42(7), 1435-1446.
- Drèze, J. H. (1975). Existence of an exchange equilibrium under price rigidities. *International Economic Review*, 301-320.
- Farhi, E., & Werning, I. (2016). A theory of macroprudential policies in the presence of nominal rigidities. *Econometrica*, 84(5), 1645-1704.
- Fisher, I. (1922). *The purchasing power of money: its' determination and relation to credit interest and crises*. Cosimo, Inc.
- Friedman, M. (1989). Quantity theory of money. In *Money* (pp. 1-40). Palgrave Macmillan, London.
- Fu, Q., & Liu, X. (2015). Monetary policy and dynamic adjustment of corporate investment: A policy transmission channel perspective. *China Journal of Accounting Research*, 8(2), 91-109.
- Galí, J. (2015). *Monetary policy, inflation, and the business cycle: an introduction to the new Keynesian framework and its applications*.

Princeton University Press.

- Garrison, R. W. (2001). *Time and money: The macroeconomics of capital structure*. Routledge.
- Hansen, L. P. (1982). Large sample properties of generalized method of moments estimators. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 1029-1054.
- Hayek, F. A. (2008) *Monetary Theory and the Trade Cycle*. Auburn: Ludwig von Mises Institute.
- Lima, F. G.; Assaf Neto, A.; Perera, L. C. J.; da Silva, A. C. (2011) *The impacts in the capital structure of Brazilian companies during periods of crises*. *Journal of International Finance and Economics*.
- Lopes, M. D. L. M., Mollo, M. D. L. R., & Colbano, F. S. (2012). Metas de inflação, regra de Taylor e neutralidade da moeda: uma crítica pós-keynesiana. *Brazilian Journal of Political Economy*, 32(2), 282-304.
- Lucas Jr, R. E. (1972). Expectations and the Neutrality of Money. *Journal of economic theory*, 4(2), 103-124.
- Mises, L. V. (1998) *Human Action: A Treatise On Economics*. Auburn: Ludwig von Mises Institute.
- Mises, L. V., & Batson, H. E. (1953). *The theory of money and credit* (Vol. 2). New Haven: Yale University Press.
- Mollo, M. D. L. R. (2004). Ortodoxia e Heterodoxia Monetária: a Questão da Neutralidade da Moeda. *Brazilian Journal of Political Economy*, 24(3), 323-345.
- Osborne, J. W., & Overbay, A. (2004). The power of outliers (and why researchers should always check for them). *Practical Assessment, Research, and Evaluation*, 9(1), 6.
- Özcan, G. (2020). The amplification of the New Keynesian models and robust optimal monetary policy. *Quantitative Finance and Economics*, 4(1), 36.
- Reiter, M., Sveen, T., & Weinke, L. (2013). Lumpy investment and the monetary transmission mechanism. *Journal of Monetary Economics*, 60(7), 821-834.
- Richardson, S. (2006). Over-investment of free cash flow. *Review of accounting studies*, 11(2-3), 159-189.
- Roodman, D. (2009). How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. *The Stata Journal*, 9(1), 86-136.
- Rothbard, Murray. (2000). *America's great depression*. Ludwig von Mises Institute
- Smets, F., & Wouters, R. (2003). An estimated dynamic stochastic general equilibrium model of the euro area. *Journal of the European economic association*, 1(5), 1123-1175.
- Smets, F., & Wouters, R. (2007). Shocks and frictions in US business cycles: A Bayesian DSGE approach. *American economic review*, 97(3), 586-606.
- Soto, Jesús Huerta de. (2009). *Dinero, crédito bancario y ciclos económicos*. España: Unión Editorial.
- Sveen, T., & Weinke, L. (2017). Optimal monetary policy with nominal rigidities and lumpy investment. *International Journal of Central Banking*, 13(4), 35-62.
- Thomas, C. (2008). Search and matching frictions and optimal monetary policy. *Journal of Monetary Economics*, 55(5), 936-956.
- Vithessonthi, C., Schwaninger, M., & Müller, M. O. (2017). Monetary policy, bank lending and corporate investment. *International review of financial analysis*, 50, 129-142.
- Xue, W., Yilmazkuday, H., & Taylor, J. E. (2020). The impact of China's fiscal and monetary policy responses to the great recession: An analysis of firm-level Chinese data. *Journal of International Money and Finance*, 101, 102113.
- Yang, X., Han, L., Li, W., Yin, X., & Tian, L. (2017). Monetary policy, cash holding and corporate investment: Evidence from China. *China Economic Review*, 46, 110-122.

A PRESENÇA DE MULHERES NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MITIGA A SUAVIZAÇÃO DE RESULTADOS? UMA ANÁLISE DE EMPRESAS BRASILEIRAS

DOES THE PRESENCE OF WOMEN ON THE BOARD OF DIRECTORS MITIGATE INCOME SMOOTHING? AN ANALYSIS OF BRAZILIAN COMPANIES

O presente artigo foi aceito e apresentado no 20º USP International Conference in Accounting, realizado de 29 a 31 de julho de 2020 na cidade de São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a influência da presença de mulheres no conselho de administração na suavização intencional dos resultados. A amostra foi composta por 126 empresas que totalizaram 737 observações, ao considerar informações anuais de 2013 a 2018, que foram analisadas por meio da regressão de dados em painel. Foram utilizadas duas métricas de suavização de resultados que constam no trabalho de Lang, Lins e Maffett (2012). Os resultados indicaram que um terço das empresas analisadas não possuem nenhuma mulher como membro do conselho em nenhum dos períodos analisados. Além disso, a média da proporção de membros do gênero feminino foi de 9,52%. Encontrou-se que o aumento da proporção de membros do gênero feminino no conselho de administração não está relacionado com a suavização intencional dos resultados, mas reduz o uso intencional de reservas de compensação. Ou seja, apenas quando os gestores realizam a compensação de ações de manipulação dos resultados que foram praticadas em períodos passados para diminuir a oscilação do resultado do período atual. Assim, contribui-se com a prática contábil de que a diversidade de gênero pode ser um fator que aumenta a eficiência do conselho de administração no monitoramento dos gestores quanto a práticas oportunistas.

Palavras-chave: Gênero, Suavização intencional dos resultados, Uso intencional de reservas de compensação.

ABSTRACT

We analyzed the influence of the presence of women on the board of directors in the intentional smoothing of results. Our sample consisted of 126 companies that totaled 737 observations, when considering annual information from 2013 to 2018, which were analyzed using panel data regression. We used two income smoothing metrics that were improved by Lang, Lins and Maffett (2012). We found that a third of the analyzed companies do not have any women as a board member in any of the analyzed periods. Furthermore, the average proportion of female members is 9.52%. We also found that the increase in the proportion of female members on the board of directors is not related to intentional income smoothing, but reduces the intentional use of compensation reserves. That is, only when managers carry out the compensation of actions related to management practiced in past periods to reduce the fluctuation in the result of the current period. Our findings contribute to the accounting practice that gender diversity can be a factor that increases the efficiency of the board of directors in monitoring managers for opportunistic practices.

Keywords: Gender, Intentional smoothing of results, Intentional use of equalization reserves.

Taise Feltes

Mestra em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3039-2650> ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5200577260576352> E-mail: taisefeltes@gmail.com. Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado.

Allison Manoel de Sousa

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5959-6078> ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5391186543607099> E-mail: allison.msousa@gmail.com. Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado e doutorado.

Suliani Rover

Professora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8612-2938> ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6285577163747055> E-mail: sulianirover@gmail.com

Alex Mussoi Ribeiro

Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3389-9713> ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3019901891300844> E-mail: alex.mussoi@ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

Uma estratégia utilizada pelas empresas para se comunicar com o mercado consiste em disponibilizar informações de modo agrupado nos relatórios financeiros. Essas informações são utilizadas pelos usuários externos para compreender a saúde econômico-financeira da companhia (Ge, 2009). Apesar disso, as informações utilizadas para elaborar as demonstrações contábeis podem conter escolhas contábeis selecionadas pelos preparadores devido à pressão realizada pelos gestores para a promoção de ações escusas (Schipper, 1989; Watts & Zimmerman, 1990; Martins, Paulo e Monte, 2016).

Essa pressão faz com que as escolhas contábeis utilizadas não reflitam adequadamente os eventos econômicos que devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis (Scott, 2009, Cheng & Warfield, 2005), uma vez que são selecionadas determinadas escolhas contábeis para gerenciar os resultados do período (Cheng & Warfield, 2005). Os gestores podem manipular os resultados a partir de algumas modalidades, sendo que cada uma delas é utilizada a partir de uma motivação específica (Healy & Wahlen, 1999). Dentre as modalidades para a execução do gerenciamento, tem-se suavização dos resultados (Kajimoto, Nakao & Moraes, 2019).

A suavização de resultados compreende a uma estratégia de manipulação de resultados utilizada para minimizar as oscilações do lucro líquido e, por ser uma intervenção intencional, prejudica a qualidade dos relatórios financeiros (Gordon, 1966). Mesmo assim, a suavização de resultados não ocorre de forma integral em decorrência das vontades dos gestores. Eckel (1981) menciona que existe dois tipos de suavização, a natural e a intencional. O primeiro tipo decorre das atividades operacionais da companhia em busca da obtenção de lucro, enquanto a segunda forma decorre da intervenção proposital dos gestores em reduzir a oscilação do resultado líquido (Eckel, 1981).

Para diminuir as estratégias oportunistas dos gestores, existem mecanismos de monitoramento corporativo como o conselho de administração que, de acordo com Weisbach (1988), tem como essência a preservação dos interesses dos acionistas. Mesmo que o conselho de administração seja constituído com a finalidade de atenuar, ou até mesmo, solucionar um problema de agência (Jensen & Meckling, 1976), algumas características do conselho e dos membros que o compõem podem ser decisivas quanto ao combate de práticas oportunistas dos gestores.

Uma dessas características confere à diversidade de gênero dos membros do conselho. No que confere à diversidade de gênero, uma parte da literatura se debruçou a entender o impacto da participação feminina no conselho de administração. Estudos indicam que conselhos de administração com maior diversidade de gênero, devido à presença de mulheres neste mecanismo de governança, são mais independentes (Carter, Simkins & Simpson, 2003; Adams & Ferreira, 2009; Srinidhi, Gul & Tsui, 2011). Outro aspecto atrelado ao gênero feminino, por ser mais independente, confere ao benefício do monitoramento da empresa (Bebchuk & Weisbach, 2010), além de estarem mais avessas ao risco (Gul, Hutchinson & Lai, 2013; Levi, Li & Zhang, 2014). No entanto, vale destacar que estes benefícios proporcionados por membros do gênero feminino podem ser potencializados quando o conselho de administração é composto, ao mesmo tempo, por membros do gênero masculino e feminino de modo equilibrado. Isso porque a diversidade de características pessoais e ideias implicam em escolhas mais assertivas quanto ao processo decisório, o que interfere diretamente no aumento da eficácia da resolução de problemas (Westphal & Milton, 2000, Daily & Dalton, 2003).

Os benefícios proporcionados pela presença de membros do gênero feminino no conselho de administração podem mitigar o nível de manipulação de resultados. Algumas pesquisas se dedicaram na temática e encontraram resultados contraditórios. Estudos analisaram a influência das mulheres (pertencentes ao conselho de administração) no gerenciamento de resultados, mas não documentaram relação significativa (Sun, Liu & Lan, 2011; Lara, Osma, Mora & Scapin, 2017). Por outro lado, os resultados do trabalho de Fan, Jiang, Zhang e Zhou (2019) indicam que, quando há a presença de membros do gênero feminino no conselho de administração, há diminuição no gerenciamento de resultados. Dessa forma, observa-se que as pesquisas apresentam evidências divergentes sobre o tema, o que suscita novas investigações acerca dessa discussão. Além disso, Fan *et al.* (2019) discorrem que são necessárias mais investigações que abordem a temática, uma vez que existem poucas evidências sobre a importância de conselhos de administração compostos por mulheres em modalidades de gerenciamento de resultados.

Diante do exposto, entende-se que a participação de membros do gênero feminino no conselho de administração provoca benefícios à companhia, uma vez que há a mitigação de ações escusas praticadas pelos gestores, ver Fan *et al.* (2019). Dessa forma, a maior participação de membros do gênero feminino que tornem os conselhos de administração mais diversificados pode ser benéfica para a redução de diferentes modalidades de manipulação dos resultados utilizadas pelos gestores para propósitos escusos. Uma dessas modalidades é a suavização de resultados que, apesar de ser uma forma de alterar o resultado do período, ainda não foi contemplada pela literatura. Além disso, a suavização pode ser feita não apenas por meio de escolhas contábeis, mas também por decisões operacionais que podem ser questionadas pelo conselho de administração. A partir disso, **este trabalho busca analisar a influência da presença de mulheres no conselho de administração na suavização intencional de resultados.**

O presente estudo se justifica ao apresentar contribuições à literatura, como os trabalhos de Sun *et al.* (2011), Lara *et al.* (2017) e Fan *et al.* (2019), uma vez que se debruça em uma perspectiva distinta de manipulação de resultados. Ponto que avança a discussão no que diz respeito à temática, já que suavizar os resultados faz com que a companhia possa apresentar lucros mais previsíveis e com crescimento sustentável ao longo do tempo, ajudando os gestores a continuarem no cargo, mas ludibriando os acionistas. Além disso, contribui-se à Teoria da Agência, visto que é possível demonstrar as implicações da maior diversidade de gêneros nos conselhos de administração para atenuar os problemas de agência entre os gestores e investidores.

Para consecução deste estudo, selecionou-se empresas brasileiras que negociam ações na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A amostra contou com 126 companhias (totalizando 737 observações) que foram analisados por meio da regressão de dados em painel. Para o cálculo da suavização de resultados, utilizou-se duas medidas que estão presentes no trabalho de Lang, Lins e Maffett (2012). Como contribuições, tem-se que o aumento da proporção de mulheres no conselho de administração implica na diminuição do uso intencional de reservas de compensação. Isso indica que a diversidade de gênero neste mecanismo de governança é benéfica para mitigar a suavização realizada pelos gestores.

Além disso, ressalta-se que esta contribuição comporta apenas no que tange ao máximo de 50% de mulheres no conselho de administração. Isso porque nenhuma das empresas analisadas apresentou proporção maior do que 50% de mulheres no conselho de administração. Com isso, o equilíbrio de gêneros pode ser benéfico para a tomada de decisão das ações do conselho, além de fazer com que relatórios financeiros apresentados aos usuários tenham maior nível de qualidade.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Os conflitos podem ocorrer devido aos interesses que não são convergentes entre diferentes grupos. Sobre isso, destaca-se o conflito de interesses entre os acionistas e os gestores que é dotado de assimetria informacional (Jensen & Meckling, 1976). Para amenizar ou dissolver essa assimetria, as empresas possuem mecanismos de governança que monitoram as condutas dos gestores (Jensen & Meckling, 1976), como o conselho de administração (Weisbach, 1988).

Yermark (1996) menciona que algumas características do conselho de administração podem estar relacionadas à eficiência desse mecanismo em monitorar as condutas dos gestores. A literatura aponta que diferentes características, como o número de conselheiros (Yermark, 1996), remuneração dos membros do conselho (Hillman & Dalziel, 2003), dualidade do presidente da empresa (Black, de Carvalho e Gorga, 2009) e membros que pertencem à família da empresa (Black, de Carvalho e Gorga, 2010) interferem na eficiência do monitoramento dos gestores. Apesar disso, existem outras características do conselho que afetam a eficiência do monitoramento, como a presença de membros do gênero feminino (Almeida, Klotzle & Pinto, 2013).

Algumas pesquisas se dedicaram em analisar o impacto da presença de mulheres no conselho. Carter et al. (2003) demonstrou que as empresas com os maiores valores de mercado estão associadas à presença de mulheres no conselho de administração. Além disso, a diversidade de gênero no conselho de administração proporciona diversidade de cultura, característica que auxilia na resolução de problemas (Carter et al., 2003). Adams e Ferreira (2009) complementam esta discussão ao demonstrar que a diversidade de gênero nas organizações é um fator que implica no aumento do nível de eficiência do monitoramento dos gestores, tornando o conselho de administração mais relevante para diminuir a assimetria informacional de agentes externos à companhia.

Assim, compreende-se que a diversidade de gênero pode fazer com que o conselho de administração seja mais eficiente no processo de monitoramento dos gestores. Isso porque essa diversidade amplia o debate e a visão dos conselheiros sobre as possíveis soluções que podem ser implementadas para resolver problemas que estão presentes no dia a dia da organização (Westphal & Milton, 2000, Daily & Dalton, 2003).

Essas decisões também estão ligadas ao monitoramento, visto que, conselhos de administração com maior diversidade de gênero, podem ser mais efetivos no monitoramento dos gestores em práticas de gerenciamento de resultados. Srinidhi et al. (2011) evidenciaram que conselhos com maior nível de diversidade de gênero possuem redução no nível de *accruals* discricionários passíveis de serem gerenciados. Em contraposição aos achados de Srinidhi et al. (2011), as pesquisas de Sun et al. (2011) e Lara et al. (2017), não encontraram evidências concretas de que a diversidade de gênero é benéfica para a qualidade dos relatórios financeiros.

Ainda sobre o tema, Fan et al. (2019) encontraram que não basta apenas a diversidade de gênero, mas que se tenha um número mínimo de mulheres que participem do conselho de administração. Esse entendimento ocorre porque, apenas quando o conselho é composto por pelo menos três mulheres, há diminuição nas práticas relacionadas ao gerenciamento de resultados. Os achados de Fan et al. (2019) avançam na discussão porque indicam que não importa apenas ter um certo nível de diversidade de gênero para amenizar as práticas oportunistas dos gestores, mas que o gênero que possui menor proporção de membros, tenha pelo menos três membros.

Apesar de Fan et al. (2019), Srinidhi et al. (2011), Sun et al. (2011) e Lara et al. (2017) se debruçarem em analisar o impacto da presença de mulheres no conselho de administração na prática de gerenciamento de resultados, os referidos estudos contemplaram apenas uma ótica do gerenciamento, o *target earnings*. Até então, nenhum dos trabalhos se atentaram em verificar outra modalidade de manipulação recorrentemente utilizada pelos gestores para abastecer objetivos privados, por exemplo a suavização de resultados. Essa modalidade consiste em alterar os resultados do período apresentado ao público externo com o objetivo de amenizar as oscilações dos lucros (Gordon, 1966; Turcker & Zarowin, 2006). Para isso, os gestores podem utilizar de métodos contábeis que são sensíveis à prática de suavização (Dopuch & Drake, 1966) ou decisões operacionais que influam no resultado do período (Klann, 2011). Quando os gestores recorrem à suavização de resultados, há a presença de motivações para a realização de tal prática. Como exemplo, tem-se a tentativa de se manter no cargo ou indicar para o mercado que os lucros, ao longo do seu mandato, possuem a característica de apresentar crescimento sustentável.

Sobre a suavização de resultados, Eckel (1981) relata que nem toda suavização é fruto de propósitos particulares dos gestores, uma vez que a suavização total dos resultados é composta por duas dimensões. A primeira dimensão se

refere à suavização natural, a qual é decorrente das atividades operacionais da organização em busca de lucro. A segunda dimensão consiste na suavização intencional, que tem como origem a intervenção proposital dos gestores de alto escalão da companhia nos resultados do período. Eckel (1981) menciona que dentro da suavização intencional há dois subgrupos, a artificial e a real. A suavização artificial consiste em diminuir as oscilações do lucro por meio de alterações nas escolhas contábeis. Por outro lado, a suavização real tem o mesmo objetivo, mas é efetivada a partir de decisões operacionais que impactam de forma positiva ou negativa no resultado do período.

Além dessa discussão, Eckel (1981) propôs uma métrica para captar a suavização que foi utilizada como base para o desenvolvimento de outras técnicas. Dentre as formas mais consolidadas para se mensurar a suavização de resultados, tem-se duas métricas desenvolvidas por Leuz, Nanda e Wysocki (2003). Mesmo assim, Lang et al. (2012) mencionam que estas formas de mensuração possuem uma limitação. Isso porque não separa características que estão relacionadas às atividades operacionais da empresa das intervenções propositalmente realizadas pelos gestores que interferem no resultado do período. Nesse sentido, Lang et al. (2012) dissertam que, apesar das medidas de Leuz et al. (2003) proporcionaram avanço para a discussão, não são capazes de separar a suavização intencional da suavização natural. E, por esse motivo, desenvolveram uma medida para discriminar esses dois tipos de suavização.

Lang et al. (2012) destacam que os gestores podem compensar intencionalmente os resultados. Esse processo ocorre quando os gestores compensam o resultado do período atual por meio de reservas de resultados que foram criadas em períodos passados (Lang et al., 2012). Dessa forma, os gestores podem utilizar os resultados suavizados em períodos de lucros acima do normal e utilizar esta reserva de resultados em períodos que a empresa tiver resultados com oscilações acima da média histórica (Lang et al., 2012). Esses comportamentos têm algumas consequências aos gestores, como atenuar a pressão pela demissão, assim como, impactos nos bônus e remuneração variável.

Assim como a suavização intencional dos resultados, o uso intencional de reservas de compensação compreende a uma forma de manipulação dos resultados da companhia. Além disso, essas duas formas de manipulação comprometem a qualidade dos relatórios financeiros e, por sua vez, podem prejudicar os usuários externos no processo de tomada de decisão. Em decorrência disso, mecanismos de governança corporativa, como o conselho de administração, são essenciais para diminuir ações oportunistas do gestor. Apenas ter o conselho de administração não significa que haverá controle de ações oportunistas do gestor, já que isso dependerá das características do próprio conselho. Como exemplo, tem-se a diversidade de gênero por meio do número de mulheres, como apresentado por Srinidhi et al. (2011), Lara et al. (2017) e Fan et al. (2019). Diante disso, desenvolveu-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1a: Existe uma relação negativa e significativa entre a proporção de mulheres no conselho de administração e a suavização intencional de resultados.

H1b: Existe uma relação negativa e significativa entre a proporção de mulheres no conselho de administração e o uso intencional de reservas de compensação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e Coleta de dados

A amostra dessa pesquisa abrangeu todas as empresas não financeiras que negociaram ações no Brasil, Bolsa Balcão (B3) entre 2011 e 2018 que tinham dados disponíveis sobre os membros dos conselhos de administração, além das informações econômico-financeiras para o cálculo das duas medidas de *income smoothing* (suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação dos resultados) e das variáveis de controle. Nesse sentido, a amostra final foi composta por 126 companhias.

A coleta dos dados foi realizada a partir da base de dados Economatica® (para coletar os dados econômico-financeiros das companhias) e nos endereços eletrônicos da B3 e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (com o propósito de coletar as informações sobre os membros do conselho de administração das organizações). As informações referentes às duas medidas de *income smoothing* foram coletadas em períodos trimestrais de 2011 a 2018. Isso porque, para o cálculo destas medidas, são necessários dados do período atual e dos 11 (onze) trimestres anteriores. Dado isso, a análise do impacto das mulheres do conselho de administração na qualidade da informação contábil foi efetuada ao considerar períodos anuais de 2013 a 2018.

No que diz respeito às informações coletadas e ao considerar o período de análise de 2013 a 2018, a amostra final contou com 126 companhias e 737 observações, implicando em um painel desbalanceado. Além disso, para a análise dos dados, ressalta-se que todos os dados quantitativos foram winsorizados ao nível de 1% e 99% para evitar a distorção de dados discrepantes nos resultados das análises estatísticas e respectivas interpretações.

3.2 Modelos de *Income Smoothing*

O presente estudo utiliza duas medidas de *income smoothing*, em que ambas decorrem do estudo de Lang et al. (2012). Os autores desenvolveram uma métrica para separar a suavização natural de resultados e a suavização intencio-

nal de resultados. Com isso, ao conseguir fazer esta distinção, Lang *et al.* (2012) demonstraram as implicações da estratégia dos gestores em suavizar intencionalmente os resultados na transparência das informações contábeis. Essa estratégia é mensurada a partir de duas medidas, a primeira é denominada de Suavização 1 (SUAV1) e Suavização 2 (SUAV2). Sobre isso, destaca-se que para calcular estas duas medidas, tem-se com base as duas variáveis que é o Smoothing 1 (SMTH1) e o Smoothing 2 (SMTH2).

Lang *et al.* (2012) explicam que o SMTH1 é mensurado a partir dos desvios-padrão do resultado líquido do final do período dividido pelos desvios-padrão dos fluxos de caixa operacionais do final do período. Para este cálculo, considera-se 12 trimestres (período atual e os últimos 11 trimestres). Esta medida tem o propósito de captar a volatilidade dos lucros em relação ao caixa da companhia. Vale destacar que o SMTH1 foi multiplicado por -1, conforme a adaptação de Sousa, Ribeiro, Vicente e Carmo (2020), visto que os autores mencionam que esta adaptação faz com que esta medida seja mais intuitiva, em que quanto maior esta medida maior a suavização total dos resultados.

A segunda medida é o SMTH2, a qual é calculada por meio da correlação entre o fluxo de caixa operacional do final do período dividido pelos ativos totais do final do período, com os *accruals* totais do final do período dividido pelos ativos totais do final do período. Da mesma forma que o SMTH1, o Smoothing 2 foi calculado ao considerar o lapso temporal de 12 trimestres (período atual e os últimos 11 trimestres). Do mesmo modo, aplicou-se a multiplicação nesta medida por -1, conforme Sousa *et al.* (2020), com a finalidade de torná-la mais intuitiva, em que os maiores valores correspondam aos maiores níveis do uso total de reservas de compensação.

Ressalta-se que o SMTH1 e o SMTH2, como já mencionado anteriormente, correspondem à suavização total e uso total de reservas de compensação, respectivamente. Dessa forma, tais variáveis são compostas por dois grupos, a parcela intencional e a natural, ver Eckel (1981). Nesse sentido, realizou-se a separação dessas duas parcelas por meio do método que consta no trabalho de Lang *et al.* (2012). Para tanto, o SMTH1 e o SMTH2 foram submetidos à Equação 1, como variável dependente deste modelo. Dessa forma, de acordo com Lang *et al.* (2012), o resíduo de cada regressão corresponderá à SUAV1 e SUAV2. Isso porque a parcela natural está intrínseca as variáveis independentes do modelo que compõe a Equação 1. Nesse contexto, apresenta-se a seguir a Equação 1, utilizada com a finalidade de calcular a suavização intencional dos resultados (SUAV1) e uso intencional de reservas de compensação (SUAV2).

$$SMTH_{it} = TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + MB_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (1)

Em que: TAM_{it} = Logaritmo do Ativo total do final do exercício; $DÍVIDA_{it}$ = Dívida Total do final do exercício dividido pelo Ativo Total do final do exercício; MB_{it} = Market to Book do final do exercício; $DPRECEITA_{it}$ = Desvio-padrão das Receitas do exercício dos últimos três períodos anuais da empresa i no período t ; $\%PREJUÍZO_{it}$ = Proporção dos períodos que houve resultado líquido negativo dos últimos doze trimestres (3 anos); $CICLO_{it}$ = Logaritmo do Ciclo Operacional final do exercício; $CRESCREC_{it}$ = Crescimento da Receita do exercício; $IMOB_{it}$ = Imobilizado do final do exercício dividido pelo Ativo Total do final do exercício; $FLUXO_{it}$ = Fluxo de Caixa Médio dividido pelo Ativo Total do final do exercício, e; ANO_{it} = Períodos anuais, de 2013 a 2018.

Após calcular o resíduo de cada regressão, que compreendem às variáveis SUAV1 e SUAV2, Lang *et al.* (2012) explicam que o próximo procedimento consiste em transformar estas variáveis em módulo. Vale elencar que, conforme os autores, tal procedimento é necessário porque a suavização intencional dos resultados e o uso intencional de reservas de compensação consistem na distância da reta da regressão e não em seu valor absoluto. Destaca-se ainda que, como houve a multiplicação por -1 no SMTH1 e SMTH2, entende-se que quanto maior o valor da SUAV1 e SUAV2, maior será a suavização intencional dos resultados e o uso intencional de reservas de compensação.

3.3 Variáveis utilizadas

As variáveis dependentes são SUAV1 e SUAV2. A variável independente de interesse é a proporção de mulheres no conselho de administração. Os detalhes sobre as variáveis utilizadas são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa

Variáveis Dependentes			
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Suavização intencional dos resultados (SUAV1)	Variável que compreende à suavização intencional dos resultados	$SMTH1_{it} = \alpha + TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + PBR_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PRE-JUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \epsilon_{it}$	Lang <i>et al.</i> (2012)
Uso intencional de reservas de compensação (SUAV2)	Medida que corresponde ao uso de reserva intencional de compensação	$SMTH2_{it} = TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + PBR_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PRE-JUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \epsilon_{it}$	Lang <i>et al.</i> (2012)
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Variáveis Explicativas			
Variáveis de Interesse			
Proporção de mulheres no conselho de administração (PROPM)	Medida que demonstra a proporção de membros do gênero feminino em relação ao total de membros do conselho de administração	(Número de membros no conselho de administração do gênero feminino / Número total de membros no conselho de administração) * 100	Fan <i>et al.</i> (2019)
Variáveis Explicativas			
Variáveis de controle			
Grau de Alavancagem Operacional (GAO)	Representa uma medida de desempenho operacional da estrutura de custos da companhia	Lucro Bruto / (Lucro Bruto - Despesas com Vendas e Despesa Administrativas)	Sohn (2016) e Francis, Hanna e Vincent (1996)
Rentabilidade do Ativo (ROA)	Medida de rentabilidade da empresa durante o período anual	(Lucro Líquido / Ativo Total) * 100	Call, Chen, Miao e Tong (2014) e Rodrigues Sobrinho, Rodrigues e Sarlo Neto (2014)
Endividamento Geral (END)	Mensura a participação de terceiros em relação aos ativos de propriedade e/ou controle da empresa.	(Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Ativo Total) * 100	DeFond e Jiambalvo (1994); Marra, Mazzola e Prencipe (2011)
Tamanho (TAM)	Ativo Total de cada companhia transformado para sua base logarítmica	Logaritmo Neperiano do Ativo Total	Watts e Zimmerman (1986) e Doyle, Ge e McVay. (2007)
SETOR	Variável do setor de cada companhia com base na classificação GICS.	Variáveis <i>dummy</i> que representam os setores de atividade econômica: (1) serviços de comunicação; (2) Consumo discricionário; (3) bens de consumo; (4) energia; (5) saúde; (6) indústria; (7) tecnologia da informação; (8) materiais; (9) imobiliárias, e; (10) utilidades.	Bagnoli e Watts (2010); Sousa et al. (2020)
ANO	Representa os períodos anuais	Variáveis <i>dummy</i> que representam os anos de 2013 a 2018	Lopes (2011); Carvalho e Salotti (2013) e Sousa et al. (2020)

Fonte: dados da pesquisa

Ainda, como variáveis utilizadas na pesquisa, tem-se as variáveis de controle que foram utilizadas no modelo multivariado. Essas variáveis compreendem ao grau de alavancagem operacional, rentabilidade do ativo, endividamento geral e tamanho. O modelo multivariado também foi composto por variáveis que se referem ao controle dos períodos anuais e do setor de atividade econômica de cada empresa.

3.4 Modelos empíricos e análise dos resultados

A partir das informações referentes às variáveis utilizadas na pesquisa, desenvolveram-se dois modelos multivariados para alcançar o objetivo desta pesquisa. Os modelos de regressão multivariada são apresentados por meio da Equação 2:

$$\begin{aligned}
 & SUAV1_{it} \text{ ou } SUAV2_{it} \\
 & = \beta_0 + \beta_1 PROP_{it} + \beta_2 GAO_{it} + \beta_3 ROA_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 TAM_{it} + \sum_{i=2}^{10} Y_{Setor} \\
 & + \sum_{t=2}^6 \varphi Ano + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Equação (2)

Onde: $SUAV1_{it}$ = Suavização intencional dos resultados da empresa i no período t ; $SUAV2_{it}$ = Uso intencional de reservas de compensação da empresa i no período t ; $PROP_{it}$ = Proporção de mulheres que pertencem ao conselho de administração da empresa i no período t ; GAO_{it} = Grau de alavancagem operacional da empresa i no período t ; ROA_{it} = Rentabilidade do ativo da empresa i no período t ; END_{it} = Endividamento geral da empresa i no período t ; TAM_{it} = Tamanho da empresa i no período t ; Ano_{it} = Período correspondente ao ano da observação i no período t , ao considerar o ano de 2013 como referência, e; $Setor_{it}$ = Setor de atividade econômica da companhia da empresa i no período t .

Quanto à análise dos dados por meio dos dois modelos multivariados (Equação 2 e Equação 3), recorreu-se a análise de dados em painel. Para tanto, utilizou-se o software estatístico STATA[®]13. Os dados foram analisados por meio da regressão de dados em painel. Para isso, tais dados foram submetidos ao teste L. M. de Breusch-Pagan, ao nível de 5% de significância, para verificar qual o método de estimação mais adequado ao considerar o *pooled* e efeito aleatório, ver Fávero e Belfiore (2017). Esse teste sugeriu que os dois modelos multivariados possuem dados que se ajustam de melhor forma ao efeito aleatório. Vale ressaltar que não foi cogitada a estimação em efeito fixo porque o modelo de regressão multivariada já possui variáveis que controlam o setor de atividade econômica.

Em seguida, os dados foram submetidos aos pressupostos da regressão multivariada. Os pressupostos são (i) inexistência de multicolinearidade, (ii) homocedasticidade dos resíduos e (iii) ausência de autocorrelação serial de primeira ordem. Para a verificação desses pressupostos, realizou-se o teste de *Variance Inflation Factor* (VIF), Breusch-Pagan e David Drukker, respectivamente, ao considerar o nível de 5% de significância (Gujarati, 2009; Woodridge, 2016; Fávero & Belfiore, 2017). Os resultados desses testes indicaram a presença de heterocedasticidade nos resíduos e presença de autocorrelação serial de primeira ordem nos dois modelos de regressão multivariada. Por esse motivo, realizou-se a correção dos modelos por meio da clusterização nos indivíduos, com sugerido por Fávero e Belfiore (2017).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da estatística descritiva das variáveis utilizadas nesta pesquisa.

Tabela 2 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mín.	Máx.	OBS
		O	B	W			
SUAV1	0,498	0,556	0,410	0,375	0,007	3,305	737
SUAV2	0,276	0,196	0,124	0,153	0,006	0,862	737
PROPM	9,526	12,755	10,643	7,149	0,000	50,000	737
GAO	1,931	5,487	2,694	4,778	-23,585	34,114	737
ROA	0,348	4,541	2,922	3,519	-21,975	9,665	737
END	62,835	30,884	30,651	9,959	10,863	216,877	737
TAM	15,162	1,597	1,604	0,206	10,330	18,552	737

Legenda: O = Overall; B = Between; Within = W; Min = Mínimo; Máx. = Máximo; OBS = Observações.

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar os resultados da estatística descritiva da suavização intencional dos resultados, verifica-se que a média é de 0,498, achado similar ao da investigação de Lang et al. (2012). Por outro lado, o uso intencional de reservas de compensação apresentou média de 0,276. Essa evidência está próxima ao exposto no trabalho de Sousa et al. (2020), que, inclusive, analisaram empresas do mercado de capitais brasileiro. Desse modo, pode-se entender que no mercado brasileiro não houve mudança no nível do uso intencional de reservas de compensação, o que pode servir como alerta para os usuários externos.

No que se refere à proporção de mulheres no conselho de administração, percebe-se que em média apenas 9,52% dos membros são mulheres. Outra análise complementar consiste em estratificar a variável PROPm e verificar como é a diversidade de gênero do conselho de administração a partir da distribuição dos dados. Os resultados indicam que das 737 observações, 437 (59,29%) têm proporção de 0 a 9,99% de mulheres no conselho de administração; 159 (21,57%) têm de 10% a 19,99% de mulheres no conselho de administração; 78 (10,58%) de 20 a 29,99% de mulheres no conselho de administração; 30 (4,07%) de 30 a 39,99% de mulheres no conselho de administração; 13 (1,77%) de 40 a 49,99% de mulheres no conselho de administração e 20 (2,72%) de 50% a 59,99% de mulheres no conselho de administração.

Sobre a composição do conselho de administração pelas empresas, ressalta-se que 42 (33,33%) das 126 companhias não apresentaram, em nenhum dos períodos analisados, membros do gênero feminino. Vale ressaltar que, em nenhuma das observações, o conselho de administração foi composto por mulheres como maioria dos membros, até porque a proporção máxima encontrada foi de 50% de membros do gênero feminino.

Em momento posterior à análise descritiva dos dados, procedeu-se à análise de correlação de Spearman. Os resultados revelaram que nenhuma das correlações envolvendo as variáveis independentes apresentaram coeficiente de correlação acima de 0,70 e, por esse motivo, seguindo o exposto por Fávero e Belfiore (2017), há indícios de inexistência de multicolinearidade. De forma complementar a esse teste, os dados foram submetidos ao teste VIF, o qual indicou que nenhuma das variáveis, nos dois modelos de regressão multivariada, indicou valor superior a 5. Nesse contexto, com base no apresentado por Fávero e Belfiore (2017) e Gujarati (2009) e Wooldridge (2016), as variáveis independentes dos modelos de regressão multivariada não são multicolineares.

Como pressupostos dos modelos de regressão, os dados também foram testados sob a ótica do teste de Breusch-Pagan (averigua se há a presença de heterocedasticidade dos resíduos) e David Drukker (verifica se há a presença de autocorrelação serial de primeira ordem). Os resultados destes dois testes identificaram esses dois problemas que podem ser amenizados com procedimentos de correção. Por esse motivo, os dois modelos de regressão foram estimados com os dados clusterizados nos indivíduos, procedimento sugerido por Fávero e Belfiore (2017). Na Tabela 3 são apresentados os resultados dos modelos multivariados.

Tabela 3 – Modelo multivariado da suavização intencional de resultados e do uso intencional de reservas de compensação

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	SUAV1		SUAV2	
	Coef.	Estat T	Coef.	Estat T
PROPm	-0,0009	-0,55	-0,0012	-1,75*
GAO	0,0014	0,58	-0,0003	-0,31
ROA	-0,0021	-0,35	-0,0024	-1,34
END	0,0057	3,48***	-0,0012	-2,94***
TAM	0,0050	0,18	-0,0134	-1,87*
Constante	-0,0092	-0,02	0,5631	-0,18
CPA	Sim		Sim	
CS	Sim		Sim	
Observações	736		736	
Teste Wald	333,54***		226,84***	
R ² Within	0,1350		0,0150	
R ² Between	0,2244		0,1459	
R ² Overall	0,1816		0,0624	

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	SUAV1		SUAV2	
	Coef.	Estat T	Coef.	Estat T
Testes L. M. de Breusch-Pagan				
Breusch-Pagan	313,03***		94,46***	
Pressupostos para os testes de regressão				
Teste VIF	1,09		1,09	
Breusch-Pagan	230,40***		14,09***	
David Drukker	26,538***		39,275***	

Legenda: CS = Controle de setores; CPA = Controle de períodos anuais; * significância ao nível de 10%; **significância ao nível de 5%; ***significância ao nível de 1%. As regressões acima foram estimadas por meio do método de efeitos aleatórios. As constantes destes modelos econométricos multivariados absorveram as seguintes variáveis; CS = serviços de comunicação, e; CPA = ano de 2013.

Fonte: dados da pesquisa.

As evidências que constam na Tabela 3 sobre o Modelo 1 indicam que o aumento da proporção de mulheres no conselho de administração não está relacionado com a diminuição da suavização intencional dos resultados (Coef. = -0,0009; valor-p < 0,583), implicando na rejeição da H1a. Desse modo, o aumento proporcional da participação feminina no conselho de administração não mitiga atos intencionais de suavização de resultados. Esse resultado está na contramão das discussões apresentadas por Srinidhi et al. (2011), mostrando que o aumento da diversidade de gênero não é capaz de inibir as práticas de escolhas contábeis que induzem à redução da oscilação dos resultados do período.

Esse resultado, de certa forma, também complementa as discussões e os achados apresentados por Sun et al. (2011) e Lara et al. (2017), uma vez que a diversidade de gênero não é um ponto que atenua as práticas que reduzem, à primeira vista, a oscilação dos resultados do período. Comportamento que pode ser justificado sob o ponto de vista de que o próprio trabalho dos membros do conselho de administração que, apesar de monitorar os gestores, muitas vezes não possuem como pauta principal as escolhas contábeis que podem ser utilizadas com a finalidade de manipular os resultados do período. Até porque isso dependerá da experiência financeira dos membros e avisos do comitê de auditoria ou indicações no relatório do auditor externo.

No que tange às variáveis de controle, verifica-se que o grau de alavancagem operacional, rentabilidade do ativo e o tamanho não estão relacionados com a suavização intencional dos resultados. Achado que destoa das discussões de Sohn (2016) e Francis, Hanna e Vincent (1996), Call, Chen, Miao e Tong (2014) e Rodrigues Sobrinho, Rodrigues e Sarlo Neto (2014), Watts e Zimmerman (1986) e Doyle, Ge e McVay (2007) sobre o impacto dessas variáveis em aspectos ligados à qualidade da informação contábil. Outro resultado elucida que o endividamento geral está positivamente relacionado com a suavização intencional dos resultados. Essa evidência sugere que quando as empresas estão mais endividadas, os gestores suavizam mais os resultados do período. Além disso, este achado está em conformidade com as discussões tratadas por DeFond e Jiambalvo (1994); Marra, Mazzola e Prencipe (2011).

Quanto ao uso intencional de reservas resultados para compensação, os achados do Modelo 2 indicam que há relação negativa e significativa entre esse tipo de manipulação e a proporção de mulheres no conselho de administração (Coef. -0,0012; valor-p < 0,080). Resultado que pode indicar que, apesar de em um primeiro momento a diversidade de gênero não ser importante para mitigar as práticas de suavização realizadas pelo gestor, tal característica do conselho de administração é importante para o interesse dos acionistas quando os gestores fazem o uso das reservas de resultados criadas em períodos anteriores para reduzir a oscilação do resultado do período atual.

Evidência que desperta algumas reflexões, pois ao considerar as discussões de Gul et al. (2013) e Levi et al. (2014), há o entendimento de que as mulheres possuem maior aversão ao risco e, dessa forma, tendem a perceber de melhor forma práticas mais agressivas na contabilidade que são influenciadas direta ou indiretamente pelos gestores. Mesmo assim, como explicitado pela estatística descritiva, os resultados contemplam a presença das mulheres de 0 a 50% como membros do conselho de administração. Com isso, o resultado do segundo modelo demonstra que não apenas a presença das mulheres no conselho de administração, mas quando está mais perto de um equilíbrio entre membros do gênero masculino e feminino, este mecanismo de governança é mais eficiente quanto à redução do uso intencional de reservas resultados para compensação pelos gestores. O que contribui com as discussões de Westphal e Milton (2000) e Daily e Dalton (2003), uma vez que mencionam que o aumento da diversidade e equilíbrio entre os gêneros é benéfico na escolha das ações realizadas pelo conselho de administração.

No que confere às variáveis de controle do Modelo 2, o grau de alavancagem operacional e a rentabilidade do ativo não estão relacionadas com o uso intencional de reservas de compensação. Evidência que está em contraponto com discussões presentes nos trabalhos de Sohn (2016), Call et al. (2014) e Francis et al. (1996) sobre tais características econômico-financeiras em relação a aspectos ligados à qualidade da informação contábil. Por outro lado, o endividamento

está negativamente relacionado ao uso intencional de reservas de compensação, contrastando com a literatura acerca dessas duas variáveis, ver DeFond e Jiambalvo (1994) e Marra *et al.* (2011). Além disso, percebe-se que o ativo está negativamente relacionado ao uso intencional de reservas de compensação, o que está em acordo com a lógica discutida por trabalhos como Doyle *et al.* (2007) que discutem o impacto do tamanho em práticas de manipulação de resultados.

5 CONCLUSÕES

O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a influência da presença de mulheres no conselho de administração na suavização intencional de resultados. Uma das evidências apresentadas indicam que a participação feminina no conselho de administração, em média, é abaixo dos dez pontos percentuais. Ainda, os resultados elucidam que quarenta e duas empresas, em nenhum dos períodos analisados, tiveram pelo menos uma mulher como conselheira, ou seja, dois terços das empresas analisadas não possuem diversidade de gênero em seus conselhos de administração. Desse modo, entende-se que as empresas brasileiras possuem baixa representatividade feminina em um dos principais mecanismos de governança corporativa. Esses resultados podem suscitar discussões no âmbito acadêmico e, principalmente, nas organizações quanto à intensificação da diversidade de gênero por meio da participação feminina nos conselhos de administração e, porventura, em outros cargos da alta gestão executiva.

Ao considerar as duas perspectivas da suavização (suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação), os resultados indicam que o aumento da proporção de mulheres no conselho de administração não está relacionado com a diminuição da prática de suavização intencional dos resultados. Isso provoca contribuições à literatura sobre as atribuições do conselho de administração. Uma vez que o uso das práticas contábeis utilizadas pelos gestores com fim de manipulação tende a ser detectado, à primeira vista, pelos auditores externos e aos membros do comitê de auditoria.

Isso ocorre porque tais mecanismos de governança tendem a verificar se as práticas contábeis selecionadas para a elaboração das demonstrações contábeis estão em conformidade com as normas vigentes e se tais práticas são as mais adequadas para reconhecer os eventos econômicos subjacentes à empresa. Diferente da auditoria externa e do comitê de auditoria, as pautas tratadas no conselho de administração tendem a estar ligadas a questões operacionais da empresa e não propriamente das práticas contábeis adotadas. Além disso, nem todos os conselheiros possuem expertise financeira, sendo um possível fator relevante para a dificuldade de detectar práticas contábeis que são utilizadas para abastecer interesses privados dos gestores. Por esse motivo, quando o gestor suaviza os resultados sem utilizar as reservas de compensação decorrentes de procedimentos de suavização realizadas em períodos passados, a diversidade de gênero no conselho de administração não é um fator que contribui para reduzir tal forma de manipulação.

Mesmo que os resultados sugiram que a diversidade de gênero não esteja relacionada à suavização intencional de resultados, os achados indicam que a diversidade de gênero inibe o gestor de adotar práticas ligadas ao uso intencional de reservas de compensação. Achado que representa uma contribuição à academia, em especial à discussão travada por Srinidhi *et al.* (2011), Lara *et al.* (2017) e Fan *et al.* (2019), porque elucidada que o aumento da diversidade de gênero induz a redução de ações oportunistas apenas quando ocorre a compensação dos resultados.

Com isso, a diversidade de gênero nos conselhos de administração pode ser um fator que potencializa a eficiência das decisões realizadas pelos conselheiros, ver Bebchuk e Weisbach (2010). Além disso, tais resultados complementam o debatido por Westphal e Milton (2000) e Daily e Dalton (2003), visto que tais benefícios inerentes à diversidade ocorrem quando o equilíbrio, proporcional, dos gêneros dos membros do conselho é alcançado. Ponto que é relevante nesta discussão, já que o índice máximo de participação feminina no conselho verificado nesta pesquisa foi de 50%. Vale ressaltar que as implicações não se limitam à academia, mas também pode auxiliar agentes externos da empresa como credores e investidores. Isso porque, como conselhos mais diversos reduzem o uso intencional de reservas de compensação, investidores e credores são beneficiados porque têm acesso a demonstrações contábeis com menor nível de assimetria informacional.

Ademais, elenca-se que esta pesquisa não é eximida de limitações, uma vez que a amostra selecionada é não probabilística, o que impossibilita que os resultados sobre as companhias deste estudo sejam generalizados. Isso se deve ao fato de terem sido examinadas companhias com características institucionais de um país emergente. Deste modo, destaca-se que a partir destas limitações, deixam espaço para futuras pesquisas. Sugere-se, portanto, novas investigações das implicações da presença das mulheres em outros mecanismos de governança, cargos de direção do escalão executivo da companhia, além das suas implicações em aspectos ligados à manipulação de resultados ou aspectos que se referem à qualidade da informação contábil que auxiliam no processo decisório dos usuários externos.

REFERÊNCIAS

- Adams, R. B., & Ferreira, D. (2009). Women in the boardroom and their impact on governance and performance. *Journal of financial economics*, 94(2), 291-309. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2008.10.007>
- Almeida, R. S., Klotzle, M. C., & Pinto, A. C. F. (2013). Composição do conselho de Administração no setor de energia elétrica do Brasil. *Revista de Administração da UNIMEP*, 11(1), 156-180.

- Bagnoli, M., & Watts, S. G. (2010). Oligopoly, disclosure, and earnings management. *The Accounting Review*, 85(4), 1191-1214. <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.4.1191>
- Bebchuk, L. A., & Weisbach, M. S. (2010). The state of corporate governance research. *The review of financial studies*, 23(3), 939-961. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhp121>
- Black, B. S., De Carvalho, A. G., & Gorga, E. (2009). The corporate governance of privately controlled Brazilian firms. *U of Texas Law, Law and Econ Research Paper*, (109), 08-014.
- Black, B. S., De Carvalho, A. G., & Gorga, E. (2010). Corporate governance in Brazil. *Emerging Markets Review*, 11(1), 21-38. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2009.09.004>
- Call, A. C., Chen, S., Miao, B., & Tong, Y. H. (2014). Short-term earnings guidance and accrual-based earnings management. *Review of accounting studies*, 19(2), 955-987. <https://doi.org/10.1007/s11142-013-9270-7>
- Carter, D. A., Simkins, B. J., & Simpson, W. G. (2003). Corporate governance, board diversity, and firm value. *Financial review*, 38(1), 33-53. <https://doi.org/10.1111/1540-6288.00034>
- Carvalho, L. N., & Salotti, B. M. (2013). Adoption of IFRS in Brazil and the consequences to accounting education. *Issues in Accounting Education*, 28(2), 235-242. <https://doi.org/10.2308/iace-50373>
- Cheng, Q., & Warfield, T. D. (2005). Equity incentives and earnings management. *The accounting review*, 80(2), 441-476. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.2.441>
- Daily, C. M., Dalton, D. R., & Cannella Jr, A. A. (2003). Corporate governance: Decades of dialogue and data. *Academy of management review*, 28(3), 371-382. <https://doi.org/10.5465/amr.2003.10196703>
- DeFond, M. L., & Jiambalvo, J. (1994). Debt covenant violation and manipulation of accruals. *Journal of accounting and economics*, 17(1-2), 145-176. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90008-6](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90008-6)
- Dopuch, N., & Drake, D. F. (1966). The effect of alternative accounting rules for nonsubsidiary investments. *Journal of Accounting Research*, 192-219. <https://doi.org/10.2307/2490182>
- Doyle, J., Ge, W., & McVay, S. (2007). Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. *Journal of accounting and economics*, 44(1-2), 193-223. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.10.003>
- Eckel, N. (1981). The income smoothing hypothesis revisited. *Abacus*, 17(1), 28-40. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1981.tb00099.x>
- Fan, Y., Jiang, Y., Zhang, X., & Zhou, Y. (2019). Women on boards and bank earnings management: From zero to hero. *Journal of Banking & Finance*, 107, 105607. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2019.105607>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Francis, J., Hanna, J. D., & Vincent, L. (1996). Causes and effects of discretionary asset write-offs. *Journal of Accounting Research*, 34, 117-134. <https://doi.org/10.2307/2491429>
- Ge, W. (2009). *Essays on real earnings management* (Doctoral dissertation, McGill University).
- Gordon, M. J. (1966). Discussion of The effect of alternative accounting rules for nonsubsidiary investments. *Journal of Accounting Research*, 220-223. <https://doi.org/10.2307/2490183>
- Gujarati, D. N. (2009). *Basic econometrics*. Tata McGraw-Hill Education.
- Gul, F. A., Hutchinson, M., & Lai, K. M. (2013). Gender-diverse boards and properties of analyst earnings forecasts. *Accounting Horizons*, 27(3), 511-538. <https://doi.org/10.2308/acch-50486>
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>
- Hillman, A. J., & Dalziel, T. (2003). Boards of directors and firm performance: Integrating agency and resource dependence perspectives. *Academy of Management review*, 28(3), 383-396. <https://doi.org/10.5465/amr.2003.10196729>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Kajimoto, C. G. K., Nakao, S. H., & Moraes, M. B. C. (2019). A suavização do lucro líquido e a persistência das contas de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e154173-e154173. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.154173>
- Klann, R. C. (2011). *Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*. 2011. 371 f (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau).
- Lang, M., Lins, K. V., & Maffett, M. (2012). Transparency, liquidity, and valuation: International evidence on when transparency matters most. *Journal of Accounting Research*, 50(3), 729-774. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00442.x>
- Lara, J. M. G., Osma, B. G., Mora, A., & Scapin, M. (2017). The monitoring role of female directors over accounting quality. *Journal of Corporate Finance*, 45, 651-668. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2017.05.016>
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of financial economics*, 69(3), 505-527. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(03\)00121-1](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(03)00121-1)

- Levi, M., Li, K., & Zhang, F. (2014). Director gender and mergers and acquisitions. *Journal of Corporate Finance*, 28, 185-200. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2013.11.005>
- Lopes, A. B. (2011). Teaching IFRS in Brazil: news from the front. *Accounting Education*, 20 (4), 1-9.
- Marra, A., Mazzola, P., & Prencipe, A. (2011). Board monitoring and earnings management pre-and post-IFRS. *The International Journal of Accounting*, 46(2), 205-230. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2011.04.007>
- Martins, V. G., Paulo, E., & Monte, P. A. (2016). O gerenciamento de resultados contábeis exerce influência na acurácia da previsão de analistas no Brasil?. *Revista Universo Contábil*, 12(3), 73-90.
- Rodrigues Sobrinho, W. B., Rodrigues, H. S., & Sarlo Neto, A. (2014). Dividendos e *accruals* discricionários: um estudo sobre a relação entre a política de distribuição de dividendos e a qualidade dos lucros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24), 3-24. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n24p3>
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91.
- Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory*. Norwalk USA.
- Sohn, B. C. (2016). The effect of accounting comparability on the accrual-based and real earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 513-539. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.003>
- Sousa, A. M., Ribeiro, A. M., Vicente, E. F. R., & do Carmo, C. H. S. (2020). Suavização de resultados e comparabilidade dos relatórios financeiros: evidências em empresas abertas do mercado brasileiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, 164488. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.16448>
- Srinidhi, B., Gul, F. A., & Tsui, J. (2011). Female directors and earnings quality. *Contemporary Accounting Research*, 28(5), 1610-1644. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01071.x>
- Sun, J., Liu, G., & Lan, G. (2011). Does female directorship on independent audit committees constrain earnings management? *Journal of Business Ethics*, 99(3), 369-382. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0657-0>
- Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Does income smoothing improve earnings informativeness? *The accounting review*, 81(1), 251-270. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.1.251>
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 131-156.
- Weisbach, M. S. (1988). Outside directors and CEO turnover. *Journal of financial Economics*, 20, 431-460. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(88\)90053-0](https://doi.org/10.1016/0304-405X(88)90053-0)
- Westphal, J. D., & Milton, L. P. (2000). How experience and network ties affect the influence of demographic minorities on corporate boards. *Administrative Science Quarterly*, 45(2), 366-398. <https://doi.org/10.2307/2667075>
- Wooldridge, J. M. (2016). *Introductory econometrics: A modern approach*. Nelson Education.
- Yermack, D. (1996). Higher market valuation of companies with a small board of directors. *Journal of financial economics*, 40(2), 185-211. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(95\)00844-5](https://doi.org/10.1016/0304-405X(95)00844-5)

DETERMINANTES DO IMRS-SAÚDE: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

DETERMINANTS OF IMRS-SAÚDE INDEX: AN ANALYSIS OF THE CITIES FROM MINAS GERAIS, BRAZIL

O artigo foi aprovado e apresentado no 4º Congresso UFU de Contabilidade, realizado de 21/10 a 22/10 de 2021, em Uberlândia (MG).

RESUMO

Proporcionar assistência à saúde para a população, e realizar uma gestão eficiente de seus recursos é um desafio para os gestores, sendo importante que os entes federativos invistam os recursos públicos de forma eficiente, visando a promoção do bem-estar social. O presente trabalho buscou analisar a relação dos indicadores de financiamento da saúde dos municípios mineiros com o desempenho de sua gestão. A escolha de Minas Gerais se deu pelo fato do Estado ser um campo fértil para estudos em políticas públicas, pois conta com o maior número de municípios, que têm alta heterogeneidade entre si, principalmente quanto ao desenvolvimento socioeconômico. Para mensurar o desempenho da gestão da saúde foi utilizado o Índice Mineiro de Responsabilidade Social específico para as atividades de saúde de todos os 853 municípios mineiros, com dados bianuais para os anos de 2006 a 2018, totalizando 5.971 observações. Para a análise dos dados foram utilizadas a análise exploratória de dados e a regressão linear múltipla com dados em painel. Constatou-se que o financiamento das atividades de saúde é significativo para explicar as variações no desempenho da gestão da saúde (IMRS-Saúde) e que os indicadores de renda e educação também têm poder de predição no desempenho da gestão da saúde. Os resultados obtidos podem servir de subsídios para os gestores otimizarem a gestão dos gastos públicos, para acompanhar e avaliar a qualidade das ações em serviços de saúde.

Palavras-chave: IMRS-Saúde; gestão pública; financiamento; municípios; Minas Gerais.

ABSTRACT

Providing health care to the population and performing an efficient management of its resources is a challenge for managers, and it is important that public entities invest public resources efficiently, aiming to promote social well-being. This paper analyzes the relationship of health financing indicators of the cities from Minas Gerais, Brazil, and the performance of their management. We chose Minas Gerais because the state is a fertile field for studies on public policies, as it has the largest number of cities, which have high heterogeneity among themselves, especially in terms of socioeconomic development. The performance of health management was measured by the IMRS-Saúde index of all 853 Minas Gerais cities, with biannual data for the years 2006 to 2018, totaling 5,971 observations. We analyzed the data by Exploratory Data Analysis and Multiple Linear Regression with panel data. The results suggest that the financing of health activities is significant in explaining variations in health management performance (IMRS-Saúde) and that income and education indicators can also predict health management performance. The results we obtained can serve as subsidies for managers to optimize the management of public expenditure and to monitor and assess the quality of actions in health services.

Keywords: IMRS-Saúde index; public administration; financing; cities; Minas Gerais.

Cleonilda Almeida de Deus

Graduada em Ciências Contábeis e em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: cleonilda.deus@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6549411399296138> Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0738-2190>

Rodrigo Silva Diniz Leroy

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: rodrigo.leroy@ufes.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340295896149778>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4233-0940>

Vagner Alves Arantes

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: vagner.arantes@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0182479102374792>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8191-3837>

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 garante os direitos básicos e universais de cidadania, em especial o direito à saúde, devendo o Estado proporcionar à sociedade assistência de maneira eficiente (Constituição, 1988). Os gastos na área da saúde envolvem controle e planejamento financeiro, uma vez que a área é complexa e de muitas demandas, como por exemplo, controlar as filas do Sistema Único de Saúde (SUS), priorizar os casos de maior urgência devido à limitação de recursos para atender todos os necessitados, dentre outros (Mazon et al., 2015) which stands out for scoring the lowest HDI values in the State, and the lowest SUS Development Index values. The Data Envelopment Analysis (DEA. Para isso, é necessário que a gestão desses recursos seja realizada de forma eficiente.

Para garantir recursos à gestão, a legislação brasileira determina que o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, deve destinar percentuais mínimos de sua arrecadação para ações e serviços públicos de saúde, reconhecidos como mínimos constitucionais. De acordo com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, a partir de 2018 as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde equivalem aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Nesta perspectiva, Costa et al. (2015) relatam que a gestão pública deve atuar de forma a otimizar os recursos e melhorar o nível de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, cada ente federativo tem suas particularidades, possuindo demandas e prioridades diferentes, o que torna difícil garantir a eficiência dos gastos públicos em todas as esferas. Destacadamente em âmbito municipal, o déficit no atendimento à saúde pode estar associado à ineficiência nos gastos públicos e na precária prestação de serviço de saúde, o que resulta em contas públicas mal geridas e serviços mal prestados ao cidadão (Andrade et al., 2017).

Dentre os entes federativos brasileiros, destaca-se o estado de Minas Gerais como um estado heterogêneo, que tem dentro de seu território disparidades significativas em relação às estruturas socioeconômicas dos municípios. Essa desigualdade econômica e social é uma forte característica do Estado, em que coexistem regiões mais desenvolvidas, com índices socioeconômicos e de qualidade de vida mais elevado, e outras regiões com situação oposta, com baixos índices socioeconômicos e de qualidade de vida (Silva et al., 2018). Com esse cenário, Minas Gerais é um campo fértil de estudos em políticas públicas, uma vez que o Estado deve apresentar realidades discrepantes relacionadas à infraestrutura da saúde de seus municípios.

A existência de desigualdades nos componentes da oferta de serviços e na ineficiência da aplicação dos recursos públicos reflete nas disparidades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico das regiões e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população (Silva et al., 2012). O Estado tem como funções distribuir, estabilizar e alocar recursos, com o objetivo de corrigir ou minimizar as desigualdades no âmbito da sociedade. Assim, um desafio constante na execução das políticas públicas pelos entes se trata da otimização dos recursos, pois eventualmente há desbalanceamento entre a demanda e a oferta, o que determina a efetividade da atuação da gestão (Souza & Barros, 2013).

Exemplificando, o estudo de Nunes e Sousa (2019), buscou a mensuração dos escores de eficiência técnica e de escala no gerenciamento público com a saúde para os municípios cearenses, identificou problemas na maioria quanto à gestão eficiente dos recursos. Para o estudo, foi utilizado o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na área da saúde para os municípios cearenses, sendo agregados tais níveis de eficiência segundo mesorregiões, PIB per capita e em termos populacionais.

Nesse cenário, torna-se relevante avaliar se os municípios conseguem investir satisfatoriamente os recursos públicos para promoção da melhoria do bem-estar para a população. Neste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: quais fatores de financiamento da saúde são determinantes para a qualidade de sua gestão nos municípios mineiros?

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a relação dos indicadores de financiamento da saúde dos municípios mineiros com o desempenho de sua gestão. Para mensurar o desempenho da gestão da saúde, nesse trabalho foi utilizado o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) específico para as atividades de saúde dos municípios, entre os anos de 2006 e 2018.

A relevância desse trabalho consiste em identificar os fatores que podem influenciar o IMRS-Saúde dos municípios mineiros, a partir dos determinantes envolvidos nesse processo, e assim poder contribuir para com gestores públicos a tomarem medidas para melhorar os serviços de saúde e conseqüentemente a satisfação da sociedade.

Diversos autores realizaram análises de gastos públicos em municípios ou estados brasileiros, destacadamente nas áreas da saúde e de educação (Leite, Lima, & Vasconcelos, 2012; Silva et al., 2012; Souza & Barros, 2013; Costa et al., 2015; Mazon et al., 2015; Portulhak et al., 2018; Silva et al., 2018). Esses trabalhos trataram dos gastos ou da alocação dos recursos públicos em determinadas áreas e avaliaram seus determinantes, o que contribuirá para a construção das variáveis utilizadas na presente pesquisa e na discussão dos resultados encontrados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Na literatura, verifica-se que diferentes pesquisadores têm dedicado esforços para analisar os gastos públicos em saúde. Neste contexto, na presente sessão são apresentados resultados de estudos anteriores que possibilitam o embasamento deste trabalho.

Entre os autores que pesquisaram o tema de gastos públicos em saúde, destacam-se Leite, Lima e Vasconcelos (2012) que abordaram a temática do financiamento e o processo de descentralização, examinando a composição, a direção e a gestão dos recursos na área da saúde em 14 municípios do estado do Rio Grande do Norte. Os autores analisaram os dados financeiros referentes às transferências para o SUS, as despesas com recursos próprios e à atenção básica, utilizando a análise documental e a agregação de dados.

Com pesquisa, Leite, Lima e Vasconcelos (2012) observaram que o financiamento do SUS é realizado principalmente pelas transferências federais, receitas municipais e com uma pequena participação dos recursos estaduais. Segundo os autores, a atenção básica é privilegiada pelos gastos públicos nesta região, uma vez que constitucionalmente é o objetivo da maior parte dos municípios analisados, que são de pequeno porte. Já no processo de gestão, foi verificado que as ações são centralizadas nas prefeituras e que as secretarias municipais apresentam dificuldades na autonomia e no controle social.

Farias et al. (2012) realizaram uma pesquisa sobre os fatores determinantes para a qualidade da saúde nos municípios mineiros a partir de IMRS-Saúde. Para realizar a pesquisa, foram utilizados dados secundários e informações de organizações oficiais. Para quantificar a influência das variáveis preditoras na variação dos indicadores de qualidade na saúde dos municípios estudados, Farias et al. (2012) realizaram análises multivariadas com destaque para as análises de correlação e de regressão linear múltipla. Os autores observaram que as variáveis saneamento, PSF, Bolsa família e transferências do SUS conjuntamente apresentam o maior poder de explicação. A partir dos resultados, sugere-se que os municípios ampliem a cobertura do Programa Saúde da Família, e ampliem os investimentos em Saneamento básico.

Silva et al. (2012) buscaram avaliar a eficiência na alocação dos recursos destinados à educação, à saúde e à habitação em municípios mineiros. Para avaliar os índices de eficiência foi utilizado a abordagem *Data Envelopment Analysis* (DEA), um método frequentemente utilizado na análise de eficiência. Os autores relataram ter caracterizado o lapso de eficiência nas áreas de saúde, habitação e urbanismo. Um fato positivo identificado com o estudo foi a concentração de altos escores de eficiência em algumas regiões pobres do estado de Minas Gerais. Também foi constatado que, embora essas regiões possuam situações econômicas inferiores, há indícios de que os municípios estavam tentando superar esses problemas. Apesar disto, os autores relatam que, em sua maioria, os municípios apresentaram escores médio e baixo de eficiência em todas as áreas, mostrando a necessidade de melhorias na alocação dos recursos.

Souza e Barros (2013) buscaram identificar a eficiência na alocação de recursos públicos destinados à assistência hospitalar nos estados brasileiros. Para realizar a análise da eficiência de 22 estados brasileiros, nos anos de 2009 e 2010, os autores também utilizaram a metodologia DEA, concluindo que apenas seis deles foram considerados eficientes pela observação de seus escores em 2009, e sete em 2010. Deste modo, observa-se que a minoria dos estados brasileiros foi considerada eficiente no período analisado.

A pesquisa realizada por Costa et al. (2015) buscou conhecer os municípios mineiros em relação à função de alocar e promover o desenvolvimento econômico. O estudo também utilizou a metodologia DEA e a regressão quantílica, tendo como área de estudos os municípios do estado de Minas Gerais. Os autores constataram que, em média, os municípios mineiros tiveram desempenhos considerados bons.

Mazon et al. (2015) avaliaram o uso de recursos do SUS, no ano de 2010, em 7 municípios que compõem a 25ª Região de Saúde de Santa Catarina (SC). Foram utilizados dados oriundos do Siops e do Datasus para determinar a eficiência em saúde, sendo utilizado também a metodologia DEA para avaliar a eficiência da utilização dos recursos públicos. Os resultados obtidos pela pesquisa sugerem que o percentual de investimento de receita da região é superior à média do estado. No entanto, esse investimento não reduziu os indicadores de mortalidade geral. Os autores observaram que nenhum dos municípios alcançou um Índice de Eficiência Técnica em Saúde (IETS) adequado e somente um dos municípios analisados apresentou eficiência de acordo com o que é recomendado pelo modelo DEA.

Andrade et al. (2017) analisaram o nível de eficiência dos gastos com saúde pública nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, no período de 2005 a 2014, por meio da DEA. Os resultados apontaram que o nível de eficiência em grande parte das unidades federativas não é satisfatório, apesar da média, em 2014, ser representada por 73% de eficiência, sendo a maior entre os anos analisados. Os autores relataram que seria importante ter cautela para interpretar os números de eficiência na área da saúde, pois se trata de vidas e a complexidade da saúde perpassa esse percentual. Contudo, o estudo aponta que políticas públicas em saúde devem ser realizadas de forma contínua em busca de melhorias na qualidade de execução dos serviços.

O trabalho realizado por Portulhak et al. (2018) analisou os municípios brasileiros quanto à aplicação de recursos destinados a ações de acesso a serviços públicos de saúde prestados pelo SUS e o alcance da efetividade desses serviços, que foi mensurado pelo IDSUS. A pesquisa objetivou destacar os municípios que possam ser utilizados como *benchmark* para outros municípios de um mesmo grupo homogêneo e sua proporção na amostra; também visou apontar quais variáveis apresentam ineficiências mais relevantes na consecução dos objetivos definidos para o serviço brasileiro de saúde pública.

Os autores constataram que 281 municípios brasileiros puderam ser considerados como referência na alocação de recursos públicos para a saúde pública. O modelo proposto sugere que a avaliação da eficiência torna-se relevante caso os resultados da DEA estiverem entre (0,70 e 0,79). Porém, os autores sugerem que municípios com maior IDSUS não devem, necessariamente, ser considerados como referência na alocação de recursos para a saúde. Portulhak et al. (2018) justificam esse achado apontando que “muitas vezes esses municípios apresentam uma situação singular que não pode conferir comparabilidade aos demais municípios considerados como ineficientes na alocação dos recursos disponíveis” e que, por outro lado “nem todos os municípios com o pior IDSUS em seus grupos apresentam a mais baixa eficiência na utilização dos insumos disponíveis” (Portulhak et al., 2018, p. 34).

Silva et al. (2018) identificaram os fatores que influenciam a aplicação dos recursos destinados à atenção básica em 3.409 municípios brasileiros, distribuídos nas cinco regiões geográficas. Por meio da análise de regressão, os autores constataram que os maiores gastos per capita em atenção básica nem sempre apresentam maior eficiência na aplicação dos recursos. Os autores ainda citam como exemplo, os municípios menores que possuem menos recursos e geralmente buscam atender às demandas de serviços com o que dispõem. Dessa forma, diferenciam-se dos municípios com maiores recursos, ao atingirem melhores resultados em relação a custo-benefício (Silva et al., 2018).

Motta Filho et al. (2019), realizaram uma análise do IMRS por meio de seus determinantes, em que foi realizada uma relação entre os gastos mineiros e o impacto no Índice. Constataram que os municípios mais eficientes conseguem transformar o aumento do gasto público em melhoria do índice. Os gastos foram compilados pela Fundação João Pinheiro utilizando um painel dinâmico de micro dados dos 853 municípios de Minas Gerais, entre 2008 e 2010. Os resultados apontam uma relação positiva entre os gastos per capita em educação, saúde e cultura, e uma relação negativa entre os gastos de transporte, ou seja, o aumento de gastos reflete na melhoria do IMRS. Sendo assim, observa-se que municípios localizados nas regiões mais desenvolvidas do estado são mais eficientes em transformar recursos públicos em melhorias nos indicadores e no bem-estar da população (Motta Filho et al. 2019).

Cabral et al. (2019) analisaram o desempenho da Atenção Primária à Saúde nos municípios mineiros, por da DEA e da análise de regressão múltipla, a fim de gerar um indicador de eficiência técnica e identificar os fatores capazes de condicionar essa eficiência. Além da ineficiência generalizada entre os municípios, os autores constataram que algumas variáveis afetam esse indicador, tais como: Programa Bolsa Família per capita; receita líquida per capita; taxa de analfabetismo; densidade populacional; e número de domicílios com banheiro e esgoto coletado.

Também no contexto da Atenção Primária à Saúde, Rodrigues et al. (2021) constataram resultados divergentes aos de Cabral et al. (2021), apontado que, dentre os municípios do estado do Rio de Janeiro, a maioria (63,9%) aplicou eficientemente os recursos na área analisada, além do fato de que não houve evidências de relação entre essa variável com as *proxies* de riqueza, desenvolvimento socioeconômico e população.

Já no estado de Santa Catarina, Mazon et al. (2021) ao analisar os gastos públicos com saúde e sua relação com as condições para a gestão desta área, constataram não haver associação entre as condições para a gestão em saúde e sua eficiência técnica, além de que, pela distribuição espacial, há *clusters* de ineficiência que explicam o fraco desempenho em saúde de algumas regiões do estado.

Por fim, analisando a eficiência e a produtividade dos gastos, ações e serviços de saúde nos municípios mais populosos do Ceará antes e depois da EC 95/2016, Oliveira et al. (2022) constataram que depois da vigência do Novo Regime Fiscal houve maior quantidade de municípios eficientes e com maiores escores de eficiência, além de aumento na produtividade total dos municípios nos anos depois da EC. Ademais, não foi identificada correlação entre a eficiência e os indicadores PIB per capita e o Índice de Eficiência da Gestão Municipal em Saúde.

Portanto, a partir das fontes de dados, variáveis e metodologias utilizadas nos estudos anteriores, torna-se possível fornecer os fundamentos básicos para o desenvolvimento da presente pesquisa e os caminhos para potenciais contribuições desta com a literatura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, em que a análise dos dados focou nos gastos em saúde dos municípios mineiros e a relação com a qualidade na sua gestão no período de 2006 a 2018.

A população da pesquisa é composta por todos os municípios do estado de Minas Gerais, que foram divididos em suas 12 mesorregiões. A escolha deste Estado se deve pela heterogeneidade e disparidade socioeconômica dos municípios e mesorregiões, podendo apresentar realidades distintas, configurando-se, portanto, como um objeto de estudo relevante para a presente análise (Silva et al., 2018).

Com relação aos procedimentos, foi realizado o levantamento de dados secundários, disponibilizados pela Fundação João Pinheiro (FJP), por meio do portal Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), onde é possível obter informações relevantes à sociedade, ao governo e ao setor privado de forma a melhorar a compreensão do cenário social. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2020a), embora a lei não especifique um conceito de responsabilidade social, o IMRS trata-se de um índice construído a partir de bases de dados constituídas pelos registros administrativos dos próprios entes, calculado por meio da média ponderada de algumas dimensões, a saber: saúde; educação; segurança pública; vulnerabilidade; saneamento e meio ambiente; e cultura e esporte.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, as variáveis utilizados são apresentadas na Tabela 1. A escolha das variáveis objetivou conhecer o desempenho dos municípios para identificar as implicações do financiamento da saúde na qualidade de sua gestão. Como *proxy* de qualidade na gestão da saúde, optou-se pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social – Saúde (IMRS-Saúde).

Tabela 1 - Variáveis utilizadas no modelo

		Variáveis	Referências
Dependente		imrs	Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Saúde Subíndice do IMRS que busca medir a responsabilidade social por meio de indicadores de situação e esforço na dimensão Saúde.
	Explicativas	Variáveis de Teste: Financiamento da Saúde	gasto-pc
esf-orc			Participação dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) realizados nas subfunções Atenção básica, Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Suporte Profilático, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Alimentação e Nutrição, no total dos gastos.
min-const			Razão entre as despesas realizadas pelo município com a área da saúde e a sua receita de impostos e de transferência constitucionais, multiplicando por 100. O indicador revela se os municípios estão cumprindo as determinações do art. 198, § 2º e do art. 77, III e § 4º do ato de Disposições Transitórias Constitucional (ADTC) da Constituição Federal de 1988, definidas pela Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000 (Art. 6º e 7º) de aplicar, a partir de 2004, pelo menos 15% da arrecadação de impostos da sua competência (Contemplados no art. 156 na CF de 1988) e das transferências recebidas de outras esferas governamentais (Art. 158 e 159, I e § 3º) em ações e serviços públicos de saúde.
pop			População total residente, utilizada para calcular todos os indicadores da base de dados do IMRS. Corresponde a estimativas populacionais produzidas pela Fundação João Pinheiro desde 2011 para o IMRS. Em 2018 o IBGE realizou uma revisão de suas estimativas populacionais anteriores e os resultados apresentados são muito próximos aos das estimativas da FJP.
emprego		Taxa de emprego no setor formal Número de empregados no setor formal, em 31 de dezembro, dividido pela população na faixa etária de 16 a 64 anos, em percentual.	
pib-pc *		Produto Interno Bruto per capita Corresponde ao valor do Produto Interno Bruto (PIB) total do município no ano dividido pela sua população total, em reais correntes.	
q-educ		Índice de Qualidade Geral da Educação Média ponderada dos 3 índices de qualidade do ensino (5º ao 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio). A ponderação é dada pelo número de alunos que prestam o exame em cada disciplina.	
	Variáveis de Controle: Sociais, Demográficas, Emprego e Renda	pbf	Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (padronizado) Número médio de famílias beneficiadas mensalmente pelo Programa Bolsa Família no ano.

Fonte: elaborado pelos autores, baseado em IMRS (2021).

Especificamente sobre a variável dependente, a Fundação João Pinheiro (2020a) aponta que a dimensão Saúde compõe 20% do índice geral do IMRS, sendo constituído pelos indicadores elencados na Tabela 2. Para o cálculo do IMRS-Saúde, toma-se a média trienal dos indicadores do ano corrente, do imediatamente anterior e do imediatamente posterior (ex.: 2017, 2018 e 2019, no caso do IMRS 2018), sendo os valores médios obtidos a partir da parametrização (transformados em valores que variam entre 0 e 1).

Tabela 2 Composição do IMRS-Saúde: indicadores

Indicador	Unidade
Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis	por 100 mil hab.
Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero	por 100 mil hab.
Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 1 ano	%
Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal	%
Proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família	%
Proporção de óbitos por causas mal definidas	%
Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária (portaria N.º 221 de 17 de abril 2008)	%
Proporção das internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra micror-região	%

Notas: cada indicador tem o mesmo peso na composição do índice (12,5%); há uma definição de limites inferiores e superiores, definida pela instituição.

Fonte: Fundação João Pinheiro (2020a, 2020b)

No decorrer do tópico de resultados são apresentados os resultados gerais desse estudo, referente a todos os municípios mineiros, que são complementados com as análises das 12 mesorregiões mineiras (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de municípios por mesorregião e total de observações, 2006 a 2018

Mesorregiões	Municípios	Observações
Campo das Vertentes	36	252
Central Mineira	30	210
Jequitinhonha	51	357
Metropolitana de Belo Horizonte	105	735
Noroeste de Minas	19	133
Norte de Minas	89	623
Oeste de Minas	44	308
Sul/Sudoeste de Minas	146	1022
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66	462
Vale do Mucuri	23	161
Vale do Rio Doce	102	714
Zona da Mata	142	994
TOTAL	853	5.971

Fonte: IBGE (2018).

Para realizar a análise dos dados, foram utilizadas a análise exploratória dos dados e a regressão linear múltipla com dados em painel.

A análise exploratória de dados tem por finalidade examinar os dados provenientes da aplicação de técnicas estatísticas, permitindo entendimento básico dos dados e da relação existente entre as variáveis analisadas. Fornece um extenso repertório de métodos para um estudo detalhado dos dados, a fim de obter dos dados a maior quantidade de informações possível (Medri, 2011).

A regressão linear múltipla, do tipo dados em painel balanceado também foi utilizada. Este método foi escolhido para explicar a relação entre a variável dependente e as explicativas, bem como seu poder de predição. Conforme Reinaldo (2017), os dados em painel são dados nos quais são observados indivíduos e acompanhado por um período de tempo o que proporciona informações sobre a dinâmica do comportamento.

Utilizou-se dados em painel balanceado uma vez que existem variáveis para todo o período temporal investigado. Portanto, considerando-se a disponibilidade dos dados, o período de análise desse trabalho compreende os anos entre 2006 e 2018, sendo que deste período os anos que apresentam dados disponíveis para todas as variáveis são 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018. A equação da regressão com dados em painel é a seguinte:

$$imrs_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 \text{gasto_pc}_{i,t} + \beta_2 \text{esf_orc}_{i,t} + \beta_3 \text{min_const}_{i,t} + \beta_4 \text{pop}_{i,t} + \beta_5 \text{emprego}_{i,t} + \beta_6 \text{pib_pc}_{i,t} + \beta_7 \text{pbf}_{i,t} + \beta_7 \text{q_educ}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Em que:

i : países;

t : períodos 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018

α_i : Termo específico da regressão. Características não observáveis da amostra;

$imrs_{i,t}$: Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Saúde de i em t ;

$\text{gasto_pc}_{i,t}$: Gasto per capita com atividades de saúde de i em t ;

$\text{esf_orc}_{i,t}$: Esforço orçamentário em atividades de saúde de i em t ;

$\text{min_const}_{i,t}$: Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29) de i em t ;

$\text{pop}_{i,t}$: População total - estimativas ajustadas (logaritmo natural) de i em t ;

$\text{emprego}_{i,t}$: Taxa de emprego no setor formal de i em t ;

$\text{pib_pc}_{i,t}$: Produto Interno Bruto per capita de i em t ;

$\text{pbf}_{i,t}$: Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (padronizado) de i em t ;

$\text{q-educ}_{i,t}$: Índice de Qualidade Geral da Educação de i em t ;

$\varepsilon_{i,t}$: Erro da regressão.

O modelo com dados em painel, conforme Fávero (2013), possibilita analisar a relação entre a variável de teste e as variáveis preditivas, além da elaboração de inferências sobre eventuais diferenças e evolução ao longo do tempo da população em que se pretende estudar. Marques (2000) relata que a utilização de dados em painel tem como vantagem a relevância da heterogeneidade individual, sugerindo assim, a existência de características diferentes entre os indivíduos e possibilitando que os resultados não sejam fortemente generalizados, apresentando as características particulares de cada unidade a ser pesquisada.

Para realizar a análise de regressão com dados em painel, foi necessário a realização de testes de atendimento aos pressupostos para garantir a validade do modelo. Foram testados: i) normalidade, pelo teste Shapiro-Wilk; ii) multicolinearidade, por meio do *Variance Inflation Factor* (VIF); iii) Heterocedasticidade em grupo, sendo utilizado o teste de Wald; iv) Homocedasticidade, por meio do teste Breusch-Pagan; e por fim, vi) Autocorrelação, pelo teste de Wooldridge (Fávero, 2013).

4 RESULTADOS

Para alcance do objetivo proposto, este tópico foi subdividido em dois subtópicos, sendo apresentado no primeiro a análise descritiva dos dados, com o propósito de apresentar as variáveis da pesquisa, e no segundo a interpretação dos modelos regressivos.

4.1 Análise Exploratória dos Dados

Para realizar esta análise foram coletadas as medidas de centro (média) e de dispersão (desvio padrão), mediana, mínimo e máximo de cada indicador, sendo o resultado apresentado na Tabela 4. Ressalta-se que os dados são referentes ao período de 2006 a 2018, e as variáveis analisadas referem-se apenas aos anos pares desse intervalo.

Tabela 4 - Estatística descritiva para 853 municípios no período de 2006-2018

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
imrs	0,72	0,08	0,73	0,34	0,94
gasto-pc	485,66	292,66	428,65	0,00	37,16
esf-orc	22,76	5,96	22,88	0,00	52,16
min-const	21,52	4,86	20,64	0,00	54,71
pop	9,20	1,04	8,99	6,67	14,73

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
emprego	20,29	12,12	17,80	1,00	146,80
piB-pc *	13,79	16,47	9,73	1,84	337,29
pbf	0,61	8,22	7,79	3,73	25,15
q-educ	0,43	0,10	0,42	0,12	0,78

Notas. * em mil

Imrs: Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Saúde; *gasto-pc*: Gasto per capita com atividades de saúde; *esf-orc*: Esforço orçamentário em atividades de saúde; *min-const*: Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29); *pop*: População total (estimativas ajustadas); *emprego*: Taxa de emprego no setor formal; *piB_pc*: Produto Interno Bruto per capita; *pbf*: Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (padronizado); *q-educ*: Índice de Qualidade Geral da Educação.

Observa-se, pela Tabela 4, que o IMRS-Saúde de Minas Gerais apresenta média de 0,72, além de valores próximos de média e mediana, indicando uma amostra homogênea, com distribuição levemente assimétrica. Em relação aos gastos per capita com atividades de saúde (*gasto-pc*), apesar dos valores de média e mediana serem próximos, o desvio padrão é alto, representando mais de 50% da média, o que indica certa heterogeneidade dos dados, ou seja, elevada dispersão em torno da média.

Os valores referentes ao esforço orçamentário com atividades de saúde (*esf-orc*), por sua vez, apresentam média e a mediana próximas, representando uma amostra quase simétrica. Observando os dados da população total (*pop*), também percebe-se que a amostra é levemente assimétrica, isto é, a média e a mediana tem valores próximos. Desta forma, a amostra pode ser considerada homogênea quanto a sua distribuição uma vez que o valor do desvio padrão é relativamente baixo, representando 11% da média.

Os dados referentes à taxa de emprego no setor formal (*emprego*) apresentam os valores da média e da mediana diferentes, evidenciando dispersão dos dados, enquanto o valor do desvio padrão representa 60% em relação à média, o que indica que a taxa de empregos formais é heterogênea entre nas cidades mineiras. Assim, percebe-se que a média e a mediana dos dados relativos às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (*pbf*) são discrepantes, indicando uma distribuição assimétrica, dado que o valor do desvio padrão representa mais de 100% da média, o que sugere alta dispersão dos dados.

Ao analisar os dados por mesorregião, dispostos no APÊNDICE A, observa-se que na variável gastos per capita em atividade de saúde (*gasto-pc*), devido ao alto desvio padrão e amplitude, há heterogeneidade entre os municípios em todas as regiões.

Já em relação ao esforço orçamentário em atividade de saúde (*esf-orc*), os valores da média e da mediana são próximos em quase todas as regiões analisadas, indicando distribuições relativamente simétricas. Os valores do desvio padrão são relativamente altos, em torno de 30% em relação à média, indicando certa heterogeneidade dos dados. A distribuição destas populações (*pop*) apresenta comportamento relativamente estável, pois os valores da média, desvio-padrão, mínimo e máximo não sofrem variações significativas. Percebe-se que a região do Norte de Minas apresenta um esforço orçamentário maior em relação as demais regiões.

Na variável relativa ao percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (*min-const*), nota-se que as regiões mineiras aplicam mais recursos em saúde do que mínimo constitucional, sendo que todas apresentam média acima de 20%. Os valores da média e da mediana estão relativamente próximos o que apresenta indícios de que as distribuições dos dados são levemente assimétricas.

As regiões Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, respectivamente, destacam-se pelos maiores valores do produto interno bruto per capita (*piB_pc*), enquanto as regiões de Jequitinhonha e do Vale do Mucuri apresentam os menores valores. No entanto, nota-se que todas as regiões apresentam grande amplitude entre os valores de máximo e mínimo, e os valores da média e da mediana apresentam certa diferença, indicando heterogeneidade dos dados. Desta forma, mesmo dentro de uma mesma região existem diferenças significativas dos valores do PIB per capita.

As regiões que apresentam as maiores médias de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (*pbf*) são Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Rio Doce. Percebe-se também, que os valores da média e da mediana apresentam valores próximos, indicando baixa dispersão dos dados em torno da média.

Nota-se, por fim, que a média da qualidade geral da educação (*q-educ*) é relativamente baixa em todas as regiões mineiras, sendo que apresentam valores abaixo de 50%. Nesta população, a média e a mediana apresentam valores praticamente iguais, indicando uma amostra simétrica, em quase todas as mesorregiões. As regiões do Vale do Mucuri e Norte de Minas se destacam por apresentarem valores máximos abaixo de 60%, indicando baixa qualidade da educação nestas regiões.

4.2 Análise dos Modelos Regressivos

Como segunda etapa, neste tópico será desenvolvida a análise das relações entre as variáveis por meio do modelo de regressão linear múltipla com dados em painel. Na Tabela 5 são apresentados os resultados da equação geral da regressão de todos os municípios mineiros, no período de 2006 a 2018.

Tabela 5 - Equação Geral da Regressão, 853 municípios, 2006-2018, 5.969 observações

Variáveis	Coeficientes	Desvios padrão	t	Probabilidades
		robustos dos erros		
gasto-pc	0,000	0,000	6,96	0,000*
esf-orc	-0,001	0,000	-3,58	0,000*
min-const	-0,001	0,000	-2,42	0,016**
pop	0,002	0,039	0,05	0,957
emprego	0,001	0,000	1,83	0,067
pib-pc	0,000	0,000	-4,71	0,000*
pbf	0,005	0,001	5,98	0,000*
q-educ	0,097	0,155	6,26	0,000*
C	0,630	0,357	1,76	0,078
Prob. F		0,0000	R ²	0,0182
Erros padrões robustos		Sim	Efeitos	Fixos

Notas. *significativo a 1%; **significativo a 5%.

Variável dependente: *imrs*: Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Saúde; Variáveis de teste: *gasto-pc*: Gasto per capita com atividades de saúde; *esf-orc*: Esforço orçamentário em atividades de saúde; *min-const*: Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29); Variáveis de controle: *pop*: População total (estimativas ajustadas); *emprego*: Taxa de emprego no setor formal; *pib_pc*: Produto Interno Bruto per capita; *pbf*: Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (padronizado); *q-educ*: Índice de Qualidade Geral da Educação.

Observando os dados da Tabela 5, com base no resultado do Teste F de significância global e no valor do R², pode-se afirmar que o modelo geral tem capacidade de inferência para a população, pois a regressão como um todo é significativa, sendo que as variáveis explicativas predizem 1,82% da variação dependente.

Pela equação geral, as variáveis que se apresentaram significativas para predição da variável dependente *imrs* foram: *gasto-pc*; *esf-orc*; *min-const*; *pib-pc*; *pbf*; e *q-educ*.

Portanto, percebe-se que as três variáveis de teste do presente trabalho (*gasto-pc*; *esf-orc*; *min-const*) foram significativas para explicação da variável dependente e sugere que o financiamento das atividades de saúde tem poder de predição do desempenho de sua gestão. Essa constatação confirma a expectativa teórica do trabalho e vai ao encontro às constatações de Motta Filho et al. (2019).

Em relação as variáveis de controle, foi constatado que os indicadores de renda (*pib-pc* e *pbf*) e educação (*q-educ*) têm poder de predição no desempenho da gestão da saúde, o que implica dizer que municípios com maiores níveis de riqueza e maiores índices de educação tendem a ter melhores indicadores na saúde. Esses resultados corroboram os achados de Cabral et al. (2019) que também analisaram os municípios mineiros e constataram relação entre as *proxies* de renda (Programa Bolsa Família per capita e receita líquida per capita), e de educação (taxa de analfabetismo) com o desempenho da Atenção Primária à Saúde.

Por outro lado, Motta Filho et al. (2019) apontam que os municípios com mais recursos arrecadados não são necessariamente aqueles que apresentam melhores resultados, sendo necessário, para isso, buscar eficiência na aplicação desses recursos públicos. Além disso, Nunes e Sousa (2019) apresentaram um resultado diferente ao constatarem que maiores PIB per capita não significam, necessariamente, que o desempenho de políticas públicas será melhor. Assim, os autores sugerem que parece prudente que os recursos sejam gerenciados de forma eficiente.

Para complementar as análises, foram calculados 12 modelos de regressão linear múltipla com dados em painel (Tabela 6), sendo um para cada mesorregião mineira, a fim de compreender o comportamento da relação entre elas em cada realidade. Foram testados os modelos de efeitos fixos e de efeitos aleatórios conforme os resultados obtidos, a partir do teste de *Hausman*, em que o resultado varia de acordo com o comportamento dos dados.

Tabela 6 - Equações Gerais das Regressões, por mesorregião, 2006-2018

Variáveis	Campo das Vertentes		Central Mineira		Jequitinhonha		Metropolitana		Noroeste		Norte	
	coef.	p	coef.	p	coef.	p	coef.	p	coef.	p	coef.	p
gasto-pc	0,000	0,318	0,00	0,300	0,000	0,000*	0,000	0,000*	0,000	0,002*	0,00	0,041**
esf-orc	0,002	0,161	-0,001	0,421	-0,003	0,078	-0,003	0,001*	-0,003	0,164	-0,002	0,048**
min-const	0,000	0,992	0,000	0,814	-0,002	0,129	-0,001	0,386	-0,001	0,632	0,000	0,915
pop	-0,02	0,017**	-0,01	0,319	0,111	0,372	-0,006	0,235	-0,011	0,422	0,248	0,002*
emprego	0,002	0,033**	0,001	0,329	0,000	0,766	0,001	0,068	-0,001	0,531	-0,002	0,002*
pib-pc *	0,000	0,952	-0,872	0,211	-0,173	0,510	-0,582	0,010*	-0,238	0,064	-0,152	0,018*
pbf	0,011	0,000*	-0,002	0,936	0,002	0,494	0,005	0,053	-0,003	0,525	0,007	0,000*
q-educ	-0,083	0,058	0,095	0,060	-0,084	0,116	-0,133	0,001*	0,404	0,000*	0,081	0,066
C	0,85	0,000	0,772	0,000	-0,298	0,795	0,137	0,023	0,734	0,000	-0,163	0,028
Prob. F	0,0001		0,1407		0,0000		0,0000		0,0000		0,0000	
R ²	0,1733		0,0678		0,0444		0,0377		0,3255		0,0103	
Efeitos	Aleatórios		Aleatórios		Fixos		Fixos		Aleatórios		Aleatório	
Obs.	252		210		357		735		133		623	

Variáveis	Oeste		Sul/ Sudoeste		Triângulo/ Alto Paranaíba		Mucuri		Rio Doce		Zona da Mata	
	coef.	p	coef.	p	coef.	p	coef.	p	coef.	p	coef.	p
gasto-pc	0,00	0,045**	0,00	0,000*	0,00	0,000*	0,00	0,246	0,00	0,117	0,00	0,000*
esf-orc	0,00	0,872	-0,002	0,005*	-0,001	0,288	0,002	0,301	0,000	0,642	-0,002	0,036**
min-const	0,00	0,749	-0,002	0,004*	-0,001	0,388	0,000	0,852	0,000	0,788	0,000	0,781
pop	-0,003	0,546	0,11	0,201	-0,002	0,655	0,297	0,136	-0,111	0,158	-0,054	0,497
emprego	0,001	0,075	0,003	0,003*	0,000	0,330	0,001	0,631	0,000	0,422	0,001	0,116
pib-pc *	-0,723	0,432	-0,148	0,000*	-0,549	0,018**	0,488	0,285	-0,626	0,640	-0,559	0,000*
pbf	0,001	0,639	0,005	0,024**	0,006	0,034**	0,011	0,000*	0,006	0,001*	0,004	0,014**
q-educ	0,194	0,000*	0,187	0,000*	0,165	0,000*	-0,31	0,000*	0,057	0,114	0,096	0,002*
C	0,632	0,000	-0,376	0,634	0,668	0,000	-0,218	0,242	0,159	0,026	0,117	0,097
Prob. F	0,0000		0,0000		0,0000		0,0018		0,0000		0,0000	
R ²	0,0851		0,0190		0,1317		0,0152		0,0312		0,0616	
Efeitos	Aleatórios		Fixos		Aleatórios		Fixos		Fixos		Fixos	
Obs.	308		1022		462		161		714		994	

Notas. *significativo a 1%; **significativo a 5%.

Analisando a Tabela 6, os resultados evidenciaram que as equações são válidas em 11 das 12 mesorregiões, sendo a exceção a referente à Central Mineira, uma vez que nesta região o valor do teste F de significância global é maior que 5%, o que impossibilita a realização de inferências estatística a respeito da equação apresentada.

As mesorregiões que apresentam equações gerais com maior potencial de explicação são as regiões Oeste, Triângulo/Alto Paranaíba e Zona da Mata, uma vez que apresenta maiores valores de R², indicando que as equações têm poder de predição de 8,51%, 13,17% e 6,16%, respectivamente. Além disso, as mesorregiões Norte, Sul/Sudoeste e Zona da Mata se destacam por serem os modelos com maior número de variáveis significativas.

Destaca-se que, apesar de a mesorregião Noroeste apresentar o maior valor de R^2 , ela foi desconsiderada nessa análise por ter um baixo número de observações, ao considerar que os dados são referentes a 7 anos.

Observando-se os dados, percebe-se ainda que a variável *gasto-pc* é a variável de financiamento com maior frequência de poder de predição do *imrs*, uma vez que é significativa para as regiões de Jequitinhonha, Metropolitana, Noroeste, Norte, Oeste, Sul/Sudeste, Triângulo/Alto Paranaíba e Zona Mata. Esse resultado permite inferir que quanto maior o 'Gasto per capita com atividades de saúde', maior tende a ser o 'Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Saúde' nessas regiões, o que corrobora aos achados de Motta Filho et al. (2019). Já Silva et al. (2018), que também utilizou a análise de regressão, constataram que os maiores gastos per capita em saúde nem sempre apresentam maior eficiência na aplicação dos recursos. Nesta perspectiva, reitera-se a necessidade de aplicação eficiente dos recursos.

Em relação às variáveis de controles, *pbf* e *q-educ* também se destacam por apresentar poder de predição do *imrs* em diversas mesorregiões. A *pbf* apresentou significância estatística para as mesorregiões de Campo da Vertentes, Norte, Sul/Sudoeste, Triângulo/Alto Paranaíba, Mucuri, Rio Doce e Zona da Mata. Nessas regiões há relação negativa entre as variáveis, o que implica dizer que quanto menor o número médio de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, maior tende a ser a responsabilidade social na dimensão Saúde, corroborando Farias et al. (2012) e Cabral et al. (2019).

Já a variável *q-educ* foi significativa nas mesorregiões Metropolitana, Noroeste, Oeste, Sul/Sudoeste, Triângulo/Alto Paranaíba, Mucuri e Zona da Mata. Essa relação positiva implica dizer que a responsabilidade social na dimensão Saúde é mais alta quanto maior for a qualidade geral da educação os municípios dessas mesorregiões, em linha com Motta Filho et al. (2019) e Cabral et al. (2019).

Portanto, assim como os resultados da equação geral (Tabela 2), pode-se inferir que, para os municípios das mesorregiões citadas, o 'Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Saúde' tende a variar de acordo com o número médio de famílias beneficiadas mensalmente pelo Programa Bolsa Família no ano e com o Índice de Qualidade Geral da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a relação dos indicadores de financiamento de saúde com o desempenho de sua gestão no período de 2006 a 2018. Para mensurar o desempenho da saúde, foi utilizado o IMRS-Saúde dos municípios mineiros, sendo que foi realizada a análise exploratória dos dados e a regressão linear múltipla com dados em painel.

Os resultados indicaram que, no geral, as variáveis de financiamento da saúde ('Gasto per capita com atividades de saúde', 'Esforço orçamentário em atividades de saúde' e 'Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências') são fatores determinantes para explicação do IMRS-Saúde, ou seja, o financiamento das atividades e ações de saúde tem poder de predição do desempenho de sua gestão.

Ademais, os indicadores de renda ('Produto Interno Bruto per capita' e 'Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família') e educação ('Índice de Qualidade Geral da Educação'), também apresentaram poder predição no desempenho da gestão da saúde. Esses resultados demonstram que os municípios com maior potencial de financiamento, mais desenvolvidos economicamente e com melhores níveis de educação tendem a ter melhores indicadores na saúde.

Considerando-se a importância da gestão dos recursos públicos e a relação das variáveis aqui estudadas como determinantes do IMRS-Saúde, torna-se urgente uma boa gestão dos gastos públicos destinados a essa área, com investimento de esforços nos fatores determinantes do IMRS-Saúde e, assim, contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento dos municípios mineiros.

Considerando-se a complexidade das políticas públicas de saúde, é necessário proporcionar melhorias no atendimento das necessidades essenciais da população, por meio estratégias de curto e longo prazo. Principalmente neste cenário de pandemia, se tornou ainda mais complexa sua gestão, uma vez que são necessários recursos, estrutura física e de pessoal. Destaca-se os altos valores de investimentos para atender às novas demandas decorrentes da pandemia, não previstos em orçamento, além da continuação dos atendimentos pré-existentes, surgindo novas demandas relacionadas à estrutura do sistema como um todo, o que reforça a importância de uma boa gestão da saúde.

Os resultados obtidos podem servir de subsídios para os gestores otimizarem a gestão dos gastos públicos e para acompanhar e avaliar a qualidade das ações em serviços de saúde. Fica evidenciada a necessidade de melhorias na gestão dos gastos e dos recursos, de forma a obter melhores indicadores da qualidade em saúde pública em todas as regiões.

Espera-se que este trabalho desperte a atenção dos gestores públicos e que possa contribuir na gestão dos gastos com a saúde e tomarem medidas para reduzir a ineficiência nos serviços e alcançarem bons índices em todas as mesorregiões mineiras.

Durante o desenvolvimento deste trabalho foram identificadas algumas limitações, tais como: a ausência de dados mais recentes que não possibilitou ainda analisar a gestão da saúde em tempos de pandemia; e a construção do indicador IMRS-Saúde que leva em consideração apenas dados provenientes dos registros administrativos dos próprios entes e que, de acordo com a própria Fundação João Pinheiro (2020a), apresenta deficiências nas informações.

Portanto, a partir das lacunas identificadas que poderão surgir como agenda de pesquisa, sugere-se: analisar a gestão dos gastos em saúde e sua relação com indicadores atualizados de atenção básica municipal; e investigar as implicações financeiras e de gestão causadas pela pandemia do novo Coronavírus.

REFERÊNCIAS

- Andrade, B., Marques Serrano, A., Silva Bastos, R., & Franco, V. (2017). Eficiência do Gasto Público no Âmbito da Saúde: uma análise do desempenho das capitais brasileiras. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, 38(132), 163–179.
- Cabral, K. F. D., Ferreira, M. A. M., Batista, R. S., & Cerqueira, F. R. (2019). Atenção primária à saúde: uma análise a luz da eficiência técnica dos recursos no Estado de Minas Gerais. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, 8(2), 137–150. <https://doi.org/10.5585/rgss.v8i2.14923>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
- Costa, C. C. de M., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2015). Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1319–1347. <https://doi.org/10.1590/0034-7612130868>
- Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm
- Farias, G. R., Gonçalves, M. A., & Andrade, L. P. (2012). Fatores Determinantes Para a Qualidade Da Saúde Nos Municípios Mineiros. *Gestão Pública: Práticas e Desafios*, 3(2), 236–248.
- Fávero, L. P. L. (2013). Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *BBR - Brazilian Business Review*, 10(1), 131–156.
- Fundação João Pinheiro. (2020a). O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Content/Files/1-IMRS%20GERAL.pdf>
- Fundação João Pinheiro. (2020b). O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS: Dimensão: Saúde <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Content/Files/2-Dimens%C3%A3o%20Sa%C3%BAde.pdf>
- Leite, V. R., Lima, K. C., & Vasconcelos, C. M. (2012). Financiamento, gasto público e gestão dos recursos em saúde: o Financiamento, gasto público e gestão dos recursos em saúde: o cenário de um estado brasileiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(7), 1849–1856. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700024>
- Marques, L. D. (2000). Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: revisão de literatura. *Centro de estudos Macroeconômicos e Previsão, faculdade de Economia do Porto*, 30(3), 37.
- Mazon, L. M., Freitas, S. F. T. D., & Colussi, C. F. (2021). Financiamento e gestão: a eficiência técnica dos municípios catarinenses de pequeno porte nos gastos públicos com saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1521–1532. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.09712019>
- Mazon, L. M., Mascarenhas, L. P. G., & Dallabrida, V. R. (2015). Eficiência dos gastos públicos em saúde: Desafio para municípios de Santa Catarina, Brasil. *Saúde e Sociedade*, 24(1), 23–33. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100002>
- Medri, W. (2011). *Análise Exploratória de Dados*. Universidade Estadual de Londrina.
- Motta Filho, W. H., Leroy, F. L. D., & Shinkawa, M. (2019). Índice Mineiro de Responsabilidade Social e gasto público: uma análise da eficiência na alocação de recursos públicos nos municípios de Minas Gerais. *Rev. Controle, Fortaleza*, 17(1), 82–113. <https://revista-controlerece.gov.br/index.php/RCDA/article/view/469>
- Nunes, E. S., & Sousa, E. P. (2019). Eficiência no gerenciamento público com a saúde para os municípios cearenses. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 13(1), 98–118. <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/401>
- Oliveira, A. R. V., Mota, S. C., & Vasconcelos, A. C. (2022). Eficiência e Produtividade dos Gastos, Ações e Serviços de Saúde nos Municípios Mais Populosos do Ceará no Contexto da EC 95/2016. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(1). <https://doi.org/10.21118/apps.v14i1.12697>
- Portulhak, H., Raffaelli, S. C. D., & Scarpin, J. E. (2018). A Eficiência da Aplicação de Recursos Voltada à Saúde Pública nos Municípios Brasileiros. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 21–39. https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a2
- Reinaldo, L. M. (2017). *Estimação Clássica e Bayesiana para Dados em Painel*. Universidade de Brasília.
- Rodrigues, A. D. C., Gontijo, T. S., & Gonçalves, C. A. (2021). Eficiência do gasto público em atenção primária em saúde nos municípios do Rio de Janeiro, Brasil: escores robustos e seus determinantes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(2), 3567–3579. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.04342020>
- Silva, A. D. A. P., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2012). Eficiência na Alocação de Recursos Públicos Destinados à Educação, Saúde e Habitação em Municípios Mineiros. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(1), 96–114. <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/389>
- Silva, C. R., Souza, T. C., Lima, C. M. B. L., & Silva Filho, L. B. (2018). Fatores associados à eficiência na Atenção Básica em saúde, nos municípios brasileiros. *Saúde em Debate*, 42(117), 382–391. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811703>
- Souza, F. J. V., & Barros, C. C. (2013). Eficiência na alocação de recursos públicos destinados a assistência hospitalar nos estados brasileiros. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(1), 71–89. <http://doi.org/10.18028/rgfc.v3i1.84>

APÊNDICE A – Análise Exploratória dos Dados, por mesorregião, 2006-2018

Mesorregião	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Campo das Vertentes (36)	imrs	0.72	0.07	0.72	0.48	0.90
	gasto-pc	499.99	279.57	442.65	86.74	1,711.41
	esf-orc	23.75	6.07	23.26	7.25	38.98
	min-const	21.99	4.99	20.84	6.47	38.86
	pop *	8.99	0.96	8.71	7.66	11.82
	emprego	20.79	8.59	18.80	5.50	48.90
	pib-pc **	13.16	9.15	10.56	2.82	62.80
	pbf	6.67	2.36	6.71	1.91	12.31
	q-educ	0.46	0.09	0.46	0.24	0.72
Central Mineira (30)	imrs	0.73	0.08	0.73	0.48	0.92
	gasto-pc	576.16	475.00	477.55	64.32	4,037.16
	esf-orc	21.53	5.72	21.65	5.57	40.57
	min-const	21.40	5.16	20.20	10.68	43.69
	pop *	8.95	1.10	8.87	6.67	11.29
	emprego	23.77	7.87	21.70	11.50	48.40
	pib-pc **	14.12	9.69	11.64	3.69	84.51
	pbf	6.81	2.50	6.64	0.82	13.18
	q-educ	0.47	0.10	0.46	0.20	0.74
Jequitinhonha (51)	imrs	0.68	0.09	0.68	0.36	0.85
	gasto-pc	359.00	179.04	334.80	5.43	1,343.68
	esf-orc	21.23	4.66	21.62	1.10	46.25
	min-const	20.22	3.67	19.78	2.50	32.47
	pop *	9.28	0.71	9.23	7.99	10.77
	emprego	11.79	5.21	10.70	1.80	39.50
	pib-pc **	6.63	3.19	6.12	1.97	23.37
	pbf	12.27	2.54	12.17	5.15	19.94
	q-educ	0.39	0.09	0.38	0.14	0.63
Metropolitana de Belo Horizonte (105)	imrs	0.71	0.08	0.72	0.34	0.91
	gasto-pc	520.24	358.05	445.51	22.67	3,470.68
	esf-orc	21.56	6.41	22.28	2.07	37.57
	min-const	22.11	4.91	21.18	7.55	46.47
	pop *	9.54	1.41	9.23	7.33	14.73
	emprego	24.81	16.85	20.60	3.00	140.50
	pib-pc **	20.79	31.26	11.60	2.70	337.29
	pbf	6.66	2.89	6.27	1.51	16.77
	q-educ	0.43	0.09	0.43	0.20	0.65

Mesorregião	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Noroeste de Minas (19)	imrs	0.71	0.09	0.72	0.42	0.90
	gasto-pc	518.81	230.61	475.30	53.30	1,282.77
	esf-orc	23.38	4.74	23.53	5.84	34.93
	min-const	21.66	5.47	20.25	10.35	41.59
	pop *	9.36	0.96	9.01	8.08	11.43
	emprego	21.24	7.79	19.10	7.20	39.30
	pib-pc **	18.15	10.42	15.31	4.09	56.19
	pbf	8.61	2.83	8.22	2.70	16.19
	q-educ	0.39	0.09	0.40	0.17	0.60
Norte de Minas (89)	imrs	0.71	0.08	0.72	0.38	0.87
	gasto-pc	404.89	184.40	379.40	-	1,508.58
	esf-orc	22.97	6.03	22.61	-	52.16
	min-const	20.84	4.41	19.87	11.70	54.71
	pop *	9.27	0.86	9.00	7.97	12.91
	emprego	12.68	6.42	10.70	1.00	37.70
	pib-pc **	7.97	6.24	6.54	1.84	61.56
	pbf	12.84	2.81	12.97	3.94	25.15
	q-educ	0.33	0.08	0.34	0.12	0.55
Oeste de Minas (44)	imrs	0.75	0.08	0.76	0.38	0.92
	gasto-pc	498.49	271.33	448.85	-	1,748.02
	esf-orc	23.29	5.60	23.29	-	37.95
	min-const	22.01	4.86	21.16	14.60	38.13
	pop *	9.34	1.10	9.15	7.25	12.37
	emprego	28.48	10.85	26.55	10.40	84.40
	pib-pc **	16.44	9.32	14.13	5.14	60.43
	pbf	5.17	2.18	5.03	0.61	10.87
	q-educ	0.48	0.08	0.47	0.25	0.78
Sul/Sudoeste de Minas (146)	imrs	0.74	0.08	0.76	0.36	0.94
	gasto-pc	501.85	280.50	454.63	31.22	1,918.60
	esf-orc	24.58	6.02	24.78	1.37	47.76
	min-const	22.39	4.99	21.76	-	48.58
	pop *	9.22	0.94	9.16	7.34	12.02
	emprego	23.34	9.30	21.45	6.50	92.00
	pib-pc **	15.12	14.95	12.33	3.35	268.46
	pbf	5.54	2.23	5.22	0.86	15.08
	q-educ	0.46	0.09	0.46	0.24	0.76

Mesorregião	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (64)	imrs	0.73	0.08	0.74	0.43	0.91
	gasto-pc	613.06	354.16	547.92	58.95	2,153.80
	esf-orc	21.43	5.59	21.87	3.23	37.01
	min-const	22.48	5.34	21.66	-	43.52
	pop *	9.38	1.23	9.24	7.22	13.43
	emprego	31.45	16.06	27.95	9.80	146.80
	pib-pc **	28.51	24.60	22.45	5.30	199.05
	pbf	5.40	1.81	5.21	1.44	11.30
Vale do Mucuri (22)	q-educ	0.44	0.09	0.44	0.18	0.72
	imrs	0.66	0.07	0.66	0.42	0.83
	gasto-pc	347.62	169.12	325.66	56.47	966.57
	esf-orc	20.31	6.35	19.91	8.68	40.13
	min-const	20.34	5.70	18.86	0.74	41.57
	pop *	9.26	0.82	9.07	7.87	11.85
	emprego	11.53	5.83	9.70	2.90	27.00
	pib-pc **	7.18	3.52	6.48	2.26	17.95
Vale do Rio Doce (99)	pbf	12.72	2.98	13.06	5.13	20.35
	q-educ	0.34	0.08	0.35	0.15	0.52
	imrs	0.71	0.08	0.71	0.37	0.90
	gasto-pc	413.01	207.42	379.86	32.01	1,359.79
	esf-orc	20.99	5.65	21.13	3.11	37.49
	min-const	20.35	4.41	19.61	0.75	44.37
	pop *	9.02	0.89	8.77	7.77	12.54
	emprego	13.87	6.91	11.80	2.50	47.60
Zona da Mata (140)	pib-pc **	8.65	6.19	7.45	2.32	64.20
	pbf	10.61	2.84	10.65	2.23	21.29
	q-educ	0.41	0.09	0.41	0.17	0.76
	imrs	0.74	0.08	0.75	0.42	0.94
	gasto-pc	523.71	294.60	469.70	-	2,061.68
	esf-orc	24.23	5.50	24.07	-	41.52
	min-const	21.39	4.69	20.71	-	49.76
	pop **	8.92	0.95	8.78	7.34	13.24
Zona da Mata (140)	emprego	18.96	10.02	16.70	2.40	78.70
	pib-pc **	10.08	5.83	8.99	2.50	49.50
	pbf	8.23	2.77	8.17	2.14	19.30
	q-educ	0.44	0.09	0.44	0.21	0.73

Notas. * logaritmo natural; ** em mil

NOCLAR PARA AUDITORES: DESAFIOS E CAMINHOS PROMISSORES PARA A CIÊNCIA CONTÁBIL NO BRASIL

NOCLAR FOR AUDITORS: CHALLENGES AND PROMISING PATHS TO ACCOUNTING SCIENCE IN BRAZIL

O artigo foi aprovado e apresentado no XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA), realizado de 14 e 15 de outubro, em Lisboa.

RESUMO

Com o objetivo de elucidar a percepção dos auditores sobre a adoção da norma NOCLAR (Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos) no Brasil, o estudo classificou-se como uma pesquisa quali-quantitativa, em função dos métodos de análise abordados (escala *Likert*, correlação de *Spearman* e discurso do sujeito coletivo). A coleta de dados utilizou um questionário em uma amostra de 32 participações válidas de auditores. Os resultados da análise descritiva revelaram que as respostas referentes ao Novo Código de Ética obtiveram maior concordância em comparação com as da norma NOCLAR. Na análise estatística, os elementos demonstraram elevado grau de correlação significativa, dentre eles, destacou-se que a NOCLAR auxilia na prevenção e divulgação de não conformidades encontradas durante a prestação de serviços. A análise do sujeito do discurso coletivo despontou que os auditores pesquisados não possuem opiniões definidas sobre a norma inserida pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). Observou-se a necessidade de interação relacionada às atualizações das normatizações brasileiras. Este estudo traz contribuições teóricas e práticas, ao incentivar os auditores a refletirem sobre o novo padrão de conduta ética e fomentar o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com o combate a corrupção.

Palavras-Chave: NOCLAR, Auditor Independente, Ética

ABSTRACT

In order to elucidate the perception of auditors on the NOCLAR standard adoption (Response to Noncompliance with Laws and Regulations) in Brazil, the study was classified as a qualitative-quantitative research, depending on the analysis methods discussed (Likert scale, correlation of Spearman and discourse of the collective subject). As data collection, it was used a questionnaire on a sample of 32 valid audit participations. The results of the descriptive analysis revealed that the answers referring to the New Code of Ethics obtained greater agreement in comparison to those of the NOCLAR standard. In the statistical analysis, the elements showed a high degree of significant correlation, among them, it was highlighted that NOCLAR helps in the prevention and disclosure of non-conformities found during the provision of services. The analysis of the subject of the collective discourse revealed that the surveyed auditors do not have definite opinions about the standard inserted by the International Federation of Accountants (IFAC). The need for interaction related to the updates of Brazilian regulations was observed. This study brings theoretical and practical contributions, encouraging auditors to reflect on the new standard of ethical conduct and fostering the development of a society committed to fighting corruption.

Keywords: NOCLAR, Independent Auditor, Ethics

Cecília Aparecida Knaut

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: ceciliaapknaut96@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1653153126895173>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1022-6727>

Taynara Batista

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: taaybatista15@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9935899314281591>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1153-0773>

Rosaly Machado

Doutora em Administração pela Universidade Positivo (POSITIVO). E-mail: rosalymachado@uepg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7062557400395322>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7036-8754>

Franciele Machado De Souza

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: fmsouza@uepg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1749982015214766>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5681-8704>

1. INTRODUÇÃO

A Corrupção e as fraudes são assuntos que não apenas apontam a vulnerabilidade do sistema político, mas também a fragilidade em que várias empresas se encontram (Giacomin, Bleil & Mendes, 2018; Cordeiro & Rodrigues, 2018). Segundo Leal (2012), a auditoria Ernst & Young e a empresa de investigação americana *Kroll* revelaram uma fraude de R\$200 milhões na empresa *Master Blenders*.

Coelho (2017a) apontou que, para criar uma estrutura que auxilie os profissionais de contabilidade na tomada de decisões ao se deparar com ato ilícito cometido por um cliente ou empregador, se faz necessário o uso do *Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations*, ou seja, da Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos (NOCLAR).

Conforme comunicado do Conselho Federal de Contabilidade (2018) esta norma contábil foi criada pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e começou a entrar em vigor em 2017, abordando diversos países. A NOCLAR oferece o direito para que o profissional contábil relate às autoridades possíveis irregularidade descobertas ou ilegalidade na empresa.

Entretanto, a adoção da NOCLAR é um tema debatido em vários países, tais como o Reino Unido (Jeppesen, 2019) e a África do Sul (Rathnasamy & Mahabee, 2022). No cenário brasileiro, a implementação da NOCLAR configurou-se num grande desafio. Em virtude disto, ocorreu a alteração da Normas Brasileiras de Contabilidade – Trabalho de Asseguração (NBC TA 250), referente às leis e aos regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis (Conselho Federal de Contabilidade, 2019b).

Segundo Coelho (2017b), este assunto foi discutido no Brasil, porém existe a necessidade de apoio dos legisladores, reguladores, bem como das empresas de contabilidade, profissionais das organizações contábeis, instituições acadêmicas e outras partes interessadas para que aconteça o *enforcement* desta norma.

De acordo com Giacomin, Bleil e Mendes (2018), os contadores pesquisados do Rio Grande do Sul, não tiveram conhecimento sobre esta norma. Para Lima e Amorim (2018), ocorreram discordâncias entre a legislação brasileira e o sigilo profissional. Na opinião de Ayres et al. (2018), houve o atraso do Brasil em pesquisas de denúncia para o profissional da contabilidade. Cordeiro e Rodrigues (2018) apontaram que a grande maioria dos respondentes não se sentiram completamente seguros para fazer denúncias.

Desta forma, o questionamento desta pesquisa foi: Qual a percepção que os auditores do Brasil têm em relação à norma NOCLAR? O objetivo desta pesquisa pretendeu elucidar a percepção dos auditores sobre a adoção da NOCLAR no Brasil.

Este estudo contribui para a literatura sobre a contribuição da NOCLAR para o combate a corrupção. Para Jeppesen (2019) a ligação entre corrupção e auditoria é pouco pesquisada e, oferece ampla oportunidade de pesquisa. Como contribuição prática, o estudo revelou a percepção limitada dos auditores pesquisados do papel da auditoria na luta contra a corrupção, coadunando com Lima e Amorim (2018), que ressaltaram a relevância da norma NOCLAR e recomendaram a continuidade do estudo.

Ademais, no que se refere ao contexto social, o estudo é oportuno, pois contribui para incentivar todos os profissionais da contabilidade a refletirem sobre esse novo padrão de conduta ética e fomentar a cultura e o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com o combate da corrupção.

2. O CENÁRIO DA CONTABILIDADE PARA OS AUDITORES INDEPENDENTES NO BRASIL

2.1 Auditoria e ética

A auditoria, segundo Santos (2011) consiste em averiguar os registros contábeis com o intuito de informar a sua confiabilidade, com isso, o auditor pode identificar as falhas ou as irregularidades dentro da empresa. Logo, o objetivo da Auditoria é verificar a autenticidade das demonstrações contábeis sendo na área fiscal, financeira e econômica.

Conforme Pinheiro e Cunha (2003), a auditoria pode ser classificada de duas formas: interna e externa. A auditoria interna é realizada por profissionais da própria empresa, enquanto a externa é formada por auditores contratados especificamente para atender a necessidade da mesma, ou seja, trata-se de uma ação independente, não possuindo nenhum vínculo com a empresa auditada.

Em face a fraudes e corrupções, o papel do auditor consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenções de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis decorrentes (Franco & Marra, 2007). Com isso, observou-se que o contributo da realização do trabalho de um auditor é bem abrangente, pois ele pode atuar no sentido de prevenção, além de diminuir as ocorrências de atos corruptos (Paixão et al., 2020).

Diante disso, a credibilidade do papel do profissional de auditoria se fortalece quando ele se empenha em evidenciar práticas que maculam a integridade da organização. A corrupção e fraudes sempre irão existir com maior ou menor intensidade. O *enforcement* deste fato adveio da necessidade de uma posição firme do auditor em seus relatos para que haja o alcance de uma boa gestão nas organizações (Freitas & Sena, 2019). A existência de previsão legal e mecanismos adequados são imprescindíveis para que os auditores consigam “farejar” a corrupção com segurança (Khan, 2006; Freitas & Sena, 2019).

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BACEN) são os órgãos fundamentais de auditoria, pois são estes que ditam as normas dos auditores independentes.

A Norma Brasileira de Contabilidade - Profissional Geral 01 NBCPG01/2019) apontou que para o exercício de seu trabalho seja executado com êxito, o auditor independente não tenha quaisquer tipos de vínculos conjugais ou de parentesco com pessoas de algum cargo administrativo ou acionista.

Conforme a NBC TA 250, também é função do auditor comunicar caso encontre algum ato ilícito ou irregularidade dentro da empresa. Diante destas abordagens, surge uma nova norma para o código de ética da categoria, a NOCLAR, com o objetivo de permitir que o profissional de contabilidade informe aos órgãos competentes desconformidades encontradas nas empresas, assim reforçando o papel do contador no combate à corrupção (CFC, 2019a).

2.2 Adoção da NOCLAR no Brasil

Criada em 2009 pelo Conselho Internacional de Padrões de Ética para Contadores (IESBA), a NOCLAR, ou seja, a resposta a não conformidade de Leis e regulações foi resultado de um meticuloso planejamento. De uma maneira mais ampla, a lei promoveu aos profissionais da área de contabilidade, o direito de reportar desconformidades durante o exercício de suas funções.

No Brasil, a nova regra NOCLAR, publicada em 2017, pelo IESBA trouxe inovações para o código de ética. Entre as mudanças, o auditor ao prestar serviços às entidades deverá informar aos órgãos competentes as inconformidades ou ilegalidades encontradas nas organizações e demais entidades. Ademais, o auditor também deverá reportar, no exercício de suas funções, desvios e regulamentos, entre eles práticas de corrupção, lavagem de dinheiro e determinação deliberada de não pagar impostos.

Segundo Coelho (2017b), ocorreu uma grande barreira para sua adoção no Brasil, uma vez que muitos profissionais de contabilidade não sentiram apoio legislativo ou a proteção necessária para relatar atos ilícitos. Com isso, a NOCLAR encontra empecilho na própria legislação brasileira, pois esta norma pode ser aplicada em outros ordenamentos jurídicos estrangeiros, mas a sua entrada no Brasil é bloqueada pela própria legislação, visto que protege o contribuinte e os profissionais que mantêm as informações em sigilo (Coelho, 2017b).

Entretanto, no Brasil já existem leis que fornecem algum tipo de amparo para o denunciante, tais como a Lei nº 12.846/2013, também denominada como a Lei Anticorrupção, a Lei nº 8.429/1992, que se refere como a Lei da Improbidade Administrativa. E, também, em 2019 ocorreram diversas mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade, dentre elas se encontram a aprovação da NBC PG 01, com o objetivo de estabelecer a conduta ética profissional de contabilidade. E a mudança ocorrida na NBC PG 200 dispôs sobre a aplicação da estrutura conceitual dos contadores empregados dentro das empresas (CFC, 2019d).

Em 2019, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fez um comunicado referente à nova redação da NBC TA 250, que possuía observações referentes a leis e regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis. A NBC TA 250 abordou aspectos relacionados à NOCLAR no que se refere a divulgação de não conformidade ou ainda a suspeita a autoridades externas (CFC, 2019a).

2.3 Estudos Relacionados

Os estudos anteriores que abordaram profundamente sobre a NOCLAR são limitados no Brasil. Em vista disto, realizou-se uma busca bibliográfica no Portal Periódicos Capes, SciELO e Google Acadêmico, com as palavras-chave “NOCLAR”, “ética” e “lei anticorrupção”. Localizou-se quatro artigos brasileiros (Giacomin, Bleil & Mendes, 2018; Lima & Amorim, 2018; Ayres et al., 2018; Cordeiro & Rodrigues, 2018) que enfatizaram diretamente sobre a norma NOCLAR e dois artigos internacionais (Jeppesen, 2019; Rathnasamy & Mahabee, 2022).

Giacomin, Bleil e Mendes (2018) buscaram identificar a percepção e conhecimentos dos contadores do Rio Grande do Sul a respeito da Lei nº 12.846/13, denominada lei anticorrupção que pode contribuir para a redução da corrupção das organizações contra a administração pública e da nova norma ética NOCLAR. Na análise dos dados das pesquisas, muitos respondentes demonstraram ter conhecimento básico sobre a lei anticorrupção, mas pouco sabiam sobre a Norma NOCLAR. Os autores concluíram que só o conhecimento dos profissionais não é o suficiente e que são necessários elementos preestabelecidos, monitoramentos eficazes e cultura de valores morais e éticos.

Na pesquisa de Lima e Amorim (2018), o objetivo foi avaliar os impactos da adoção da NOCLAR no Brasil, na profissão contábil, e observar a contabilidade como uma grande influência na sociedade em que está inserida, além de notar como a NOCLAR pode interferir na ação do profissional como um utilizador da ferramenta contábil.

Ayres et al. (2018), fizeram uma análise dos estudos acadêmicos nacionais e internacionais sobre a possibilidade de denúncia de atos ilícitos por profissionais contábeis. Afirmaram que, nos trabalhos internacionais, identificou-se a evolução das discussões dos profissionais com tema comentado desde 1989. Enquanto no Brasil, somente em 2017, com o surgimento da NOCLAR, começaram a abordar o assunto e ainda se tem certa dificuldade no tratamento da área. Portanto, concluíram que ainda seria necessária a evolução do estudo e discussões sobre o ato de denúncias no Brasil.

Cordeiro e Rodrigues (2018), avaliaram a tendência dos estudantes de contabilidade, do quinto ao oitavo semestre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em realizarem denúncias quando tinham conhecimento de irregularidades. Na análise dos dados foi identificado que os estudantes que demonstraram tendência em reportar o ato ilícito se referiram à administração interna da empresa, e não se sentiram seguros em denunciar aos órgãos responsáveis, com o motivo de comprometer a carreira ou não tinham conhecimento a qual órgão se reportar.

Jeppesen (2019) analisou como diversos tipos de auditoria podem contribuir para o combate à corrupção. O autor relata que a auditoria financeira excluiu a corrupção da definição de fraude e, em vez disso, a classificou como “não conformidade”. Os resultados revelam que a corrupção comercial e política cria distorções nas demonstrações financeiras das organizações doadora e receptora da corrupção.

Rathnasamy e Mahabee (2022) analisaram as implicações do NOCLAR para os auditores e contadores na África do Sul. Os resultados revelaram percepções errôneas sobre a aplicabilidade da norma no contexto sul-africano. Como consequência, poderia levar a uma eventual digressão do pronunciamento. Além disso, os autores relatam que por falta de adequação e compreensão sobre a NOCLAR, os contadores e auditores poderiam inapropriadamente aplicar a estrutura.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se caracteriza como descritivo, pois “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42). No que tange ao processo de pesquisa, classificou-se como quanti-qualitativa, pois, apresentou resultados do questionário em escala *Likert*.

Também aplicou-se o teste *Kolmogorov-Smirnov* (KS). O teste KS resultou em um dado não linear, portanto utilizou-se um não teste paramétrico. Optou-se então, pela Correlação de *Spearman*, gerado no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), além de abordar a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que, segundo Lefèvre (2017, p. 20) “o método do Discurso do Sujeito Coletivo diz respeito especificamente à tarefa de reconstituir Representações Sociais sob a forma de depoimentos coletivos”.

A população atingida na pesquisa configurou-se em auditores do Brasil listados no site do IBRACON, com o total de 8.849 registrados no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio do Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI) em janeiro de 2020, cujos nomes foram obtidos por consulta direta ao gerente do CFC, pois não eram dados públicos. Entretanto, somente 100 auditores apresentavam informações para contato disponíveis, constituindo-se a população do estudo. Sendo assim, constituiu-se a amostra por acessibilidade aos dados, apresentou-se 36 respondentes, sendo 32 respostas válidas.

Para a realização da coleta de dados, a técnica de levantamento utilizada foi o método de pesquisa *survey* e questões descritivas, que propôs a expressão direta das pessoas. Aplicou-se o questionário exclusivamente digital, via e-mail, *LinkedIn*, Facebook e postagem no site do IBRACON, durante o período de 16 de julho de 2020 a 07 de janeiro de 2021.

O questionário foi elaborado a partir da ferramenta de auxílio *Google Forms* (plataforma online), se compôs de 24 (vinte e quatro) questões divididas em três blocos: o primeiro com 9 (nove) questões de escala *Likert* de 5 pontos, onde 0 representou discordo totalmente e 5 concordo totalmente com as Normas Brasileiras Contábeis e NOCLAR. O segundo bloco contemplou 5 (cinco) perguntas abertas, para os respondentes exporem seus conhecimentos e percepções da Norma NOCLAR. As questões apresentadas no questionário foram adaptadas dos artigos publicados na Revista *Transparência* (IBRACON, 2017) por Maciel (2018) e Giacomini, Bleil e Mendes (2018), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Escala *Likert*

Referência	Descrição da afirmativa
A1	A NBC PG 01 é um conjunto único de padrões éticos de alta qualidade que aprimora a qualidade e a consistência dos serviços prestados por contadores profissionais, contribuindo assim para a confiança do público na profissão contábil.
A2	As normas de responsabilidades éticas do Novo Código de Ética apresentam alta qualidade para contadores profissionais, incluindo requisitos de independência do auditor.
A3	Os auditores independentes foram beneficiados por ter um Código de Ética ajustado por normas internacionais do IFAC.

Referência	Descrição da afirmativa
A4	O Novo Código de Ética é altamente desenvolvido, claro e bem estruturado, e orienta o julgamento e o comportamento do auditor independente.
A5	O Novo Código de Ética traz orientação aprimorada para ajudar os auditores independentes a navegar pelas diferentes situações, e poder tomar decisões seguras.
A6	A NOCLAR representa um padrão de resposta ao não cumprimento de leis e regulamentos para a sociedade contemporânea.
A7	A NOCLAR surge para estabelecer expectativas claras para que todos os contadores profissionais entendam e cumpram leis e regulamentos que proíbem a oferta ou aceitação de incentivos em determinadas circunstâncias, como as relacionadas a suborno e corrupção.
A8	A NOCLAR compreendida no contexto de normas éticas da contabilidade incentiva a falar e relatar casos de possível não conformidade com leis e regulamentos.
A9	As diretrizes abordadas da NOCLAR ajustadas ao atual código de ética brasileiro podem aprimorar a governança corporativa e apoiar o interesse público, exortando todos os membros da cadeia de suprimentos de relatórios financeiros, não apenas profissionais de contabilidade, mas também para os reguladores e legisladores que têm um papel de grande importância na prevenção e divulgação de possíveis não conformidades com leis e regulamentos.

Fonte: Adaptado de Maciel (2018) e Giacomini, Bleil e Mendes (2018).

O terceiro bloco foi exclusivo das características dos respondentes com perguntas objetivas e discursivas como, por exemplo, a faixa etária e experiência profissional, formulada de maneira que o participante informasse esses dados em numeral e aplicado o método estatístico de quartil. Para a formulação dessas perguntas foram utilizadas a adaptação de Cordeiro e Rodrigues (2018) e Lima e Amorim (2018).

O pré-teste foi aplicado em três professores de Contabilidade, sendo dois mestres e um doutor, cujas considerações indicaram a necessidade de realizar ajustes na ordem das questões de perfil e a inserção de uma questão no bloco 2.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Análise descritiva

As características dos respondentes e as respectivas quantidades e os percentuais equivalentes ao total da amostra coletada, foram representados na Tabela 2.

Tabela 2 – Característica dos Respondentes

Gênero	Quantidade	%	Faixa Etária	Quantidade	%
Masculino	30	94%	25 a 35 anos	9	28%
Feminino	2	6%	36 a 49 anos	7	22%
Prefiro não responder	0	0%	50 a 60 anos	8	25%
Outros	0	0%	61 a 82 anos	8	25%

Região	Quantidade	%	Nível de Formação	Quantidade	%
Sudeste	17	53%	Bacharelado	21	66%
Sul	10	31%	Pós Graduação	4	13%
Norte	3	9%	Especialista em auditoria	3	9%
Nordeste	2	6%	Mestrado Profissional ou Acadêmico	3	9%
Experiência Profissional	Quantidade	%	Licenciatura	1	3%
2 a 10 anos	11	34%	Atua como Auditor	Quantidade	%
11 a 20 anos	6	19%	Sim	26	81%
21 a 30 anos	9	28%	Não	0	0%
31 a 50 anos	6	19%	No momento não	6	19%

Nota: % = Percentual

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Notou-se uma diferença significativa em relação ao gênero, apesar de ter um total de 32 respondentes da pesquisa, obteve-se respostas de 30 (trinta) homens e apenas 2 (duas) mulheres. Lima, Miranda e Casa Nova (2018), demonstraram que ainda há grandes diferenças na carreira de auditoria entre homens e mulheres.

Sobre a idade dos respondentes, a menor indicação foi representada por 25 anos e a mais elevada por 82 anos, obtendo-se uma distância bastante significativa, porém o maior percentual concentrou-se entre os auditores com faixa etária de 25 a 35 anos, equivalente a 28,13% do total. Em seguida, destacaram-se os participantes entre 36 a 49 anos com o menor percentual de 21,88% e, as faixas entre 50 a 60 anos e 61 a 82 anos obtiveram o mesmo percentual de 25%.

Outro ponto analisado sobre as características dos respondentes foi a região em que exerciam suas atividades profissionais. Pode-se observar a predominância do sudeste entre os participantes da pesquisa, com 53,13% do total; na sequência o Sul com 31,25% de auditores alcançados; o Norte e o Nordeste com os menores índices de 9,38% e 6,25%, respectivamente. De acordo com uma publicação no *site* da CVM, os cadastros da maior parte dos auditores localizam-se na região sudeste do país.

Também buscou-se identificar o nível de formação dos profissionais respondentes, conforme definido na Tabela 1, verificando-se que a maioria dos auditores possuíam apenas graduação, que representa 66% da amostra total, 13% dos profissionais cursaram pós graduação, 9% qualificaram-se em especialistas e mestres e somente 1 enquadrou-se na formação em licenciatura.

O foco principal desta pesquisa concentrou-se na busca da percepção dos Auditores no Brasil com questionamentos importantes acerca da atuação, se estão dentro da população de Auditores, e a experiência profissional, observando-se que todos os participantes atuam ou atuaram em algum momento na área de auditoria contábil. Aqueles que afirmaram não estar diretamente ligados à auditoria atualmente justificaram que são aposentados em empresa de auditoria, fazem parte do comitê de auditoria ou atuam na área de treinamento de auditoria e contabilidade, todos com experiência para opinar sobre a NOCLAR.

Em relação ao tempo de experiência profissional, os resultados apontaram que a maioria dos profissionais atuaram entre 2 e 10 anos no mercado de trabalho, seguido de 28% entre 21 a 30 anos na área de auditoria. Levou-se em consideração os resultados destas análises do perfil dos participantes.

A Tabela 3 contemplou os percentuais de concordância ou discordância dos respondentes, atribuídos a cada pergunta.

Tabela 3 – Relação de respostas da escala *Likert*

Afirmativas	Concordam Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
A1	46,9%	31,3%	12,5%	6,3%	3,1%
A2	46,9%	37,5%	6,3%	6,3%	3,1%
A3	53,1%	34,4%	9,4%	3,1%	0,0%
A4	53,1%	15,6%	28,1%	3,1%	0,0%
A5	28,1%	56,3%	9,4%	6,3%	0,0%
A6	50,0%	28,1%	18,8%	3,1%	0,0%

Afirmativas	Concordam Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
A7	40,6%	40,6%	15,6%	3,1%	0,0%
A8	25,0%	59,4%	12,5%	3,1%	0,0%
A9	43,8%	34,0%	15,6%	6,3%	0,0%
% Geral	43,07%	37,47%	14,25%	4,52%	0,69%

Nota: A = Afirmativas; % Geral = Percentual Geral.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Ao observar os elementos na Tabela 2, as respostas que demonstraram maior percentual são A3 e A4 com 53,1% que concordaram totalmente que o Novo Código de Ética trouxe benefícios para os auditores independentes e é altamente desenvolvido, claro e bem estruturado de forma que orienta o comportamento do profissional.

Nas questões sobre o Novo código de ética, as respostas indicaram uma maior concordância em relação aos questionamentos sobre a NOCLAR, dado que todas obtiveram um percentual igual ou menor do que 50% de concordância. Ayres et al. (2018), em sua análise dos estudos nacionais e internacionais, perceberam que os profissionais de contabilidade brasileiros possuem mais resistência na realização de denúncias.

4.2 Análise da Correlação de Spearman

Para analisar a relação entre as opiniões dos auditores de contabilidade, que participaram da pesquisa sobre a norma NOCLAR, foi utilizado o método estatístico denominado correlação de Spearman cujas associações obtidas estão destacadas na Tabela 3.

Tabela 4 – Análise de Correlação de Spearman

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9
A1	1								
A2	0,614**	1							
A3	0,583**	0,705**	1						
A4	0,518**	0,457**	0,293	1					
A5	0,663**	0,479**	0,527**	0,433*	1				
A6	0,509**	0,463**	0,449**	0,531**	0,490**	1			
A7	0,549**	0,386*	0,388*	0,613**	0,456**	0,624**	1		
A8	0,593**	0,669**	0,697**	0,472**	0,520**	0,644**	0,599**	1	
A9	0,718**	0,622**	0,694**	0,492**	0,676**	0,676**	0,571**	0,792**	1

Nota: A = Afirmativa; ** = 1%; * = 5%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Em relação à análise da Tabela 4, tomou-se como base os três maiores e três menores coeficientes com significância da correlação. Os maiores coeficientes estão na associação de A9 com A8 com variação de 0,792, assim como, mostrou-se associada com a A1 com 0,718 de coeficiente correlacionado, portanto a NOCLAR ajustada ao atual código de ética, auxilia na prevenção e divulgação de não conformidades com leis e regulamentos na defesa do poder público, associada positivamente com a presença de um padrão de respostas ao não cumprimento de leis e regulamentos e a NBC PG 01, que padroniza questões éticas à qualidade e a consistência dos serviços prestados, contribuindo para confiança na profissão (CFC, 2019c).

Ayres et al. (2018) apontaram que o profissional contábil tem o dever de ser leal com a sociedade, cumprir um compromisso com o zelo do interesse público. E, de acordo com o presidente do CFC, Zulmir Breda, no Brasil a NOCLAR está à disposição do auditor, permitindo que informe irregularidades sem contrariar as normas éticas, representando um recurso importante para combater a ilegalidade. (Breda, 2019).

As afirmativas A3 e A2 se correlacionaram com coeficiente igual a 0,705, que de acordo com o ajuste do Novo Código de Ética, Federação Internacional de Contadores (IFAC), trouxe benefícios para os auditores independentes de acordo que estas normas de responsabilidade éticas apresentam alta qualidade para profissionais contábeis, inclusive requisitos

de independência do auditor. Conforme a NBC PA 400.1 (Conselho Federal de Contabilidade, 2019e) esta norma define os requisitos e o material de aplicação sobre a forma de aplicar a estrutura conceitual para manter a independência na realização desses trabalhos de auditoria. Morás, Souza e Cunha (2019) observaram que a independência do auditor interno é essencial para conservar a qualidade do exercício de sua profissão.

Outra associação analisada apresentou-se nas posições A7 com relação à A2 e à A3, que apesar de terem um coeficiente mais baixo, se relacionam a ponto que a NOCLAR surge para que os profissionais entendam e cumpram leis e regulamentos, proíbe aceitação de incentivos relacionados a atos ilícitos, em concordância com o Novo Código de Ética, que além de alta qualidade ainda dá independência ao auditor depois de ajustado pelo IFAC.

Ayres et al. (2018) destacaram que o Novo Código de Ética junto com a NOCLAR tem o objetivo de permitir que o profissional informe aos órgãos competentes desconformidades ou ilegalidades detectadas onde presta serviço, reforçando o papel no combate à corrupção. Também está contemplado na NBC PG 01 (CFC, 2019e), a qual os profissionais devem ser independentes e ressalta que estes não sejam influenciados por fatores que afetem sua conduta. Contudo, afirmou Batista (2019), que a preocupação com a corrupção cresceu nos últimos anos, e a adoção da nova norma internacional vem para combater a fraude e a corrupção.

E a associação entre A5 e A4, que se referem ao Novo Código de Ética ser claro e bem estruturado, além de orientar o auditor em diferentes situações para a tomada de decisão. Para afirmar esse contexto, Alves et al. (2007) ressaltaram que o código de ética tem como objetivo regular as ações de membros de uma mesma categoria e possui padrões morais que o profissional deve aceitar e observar, sendo assim, uma prescrição de conduta.

4.3 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo

Para demonstrar os discursos coletivos dos pesquisados, as respostas ao desafio da adoção da NOCLAR foram categorizadas de acordo com o grau de dificuldade leve e grave. A Tabela 5 expôs as opiniões encontradas:

Tabela 5 – Análise do Discurso Coletivo

Quais foram os desafios encontrados na adoção e ajustamentos da norma internacional do IFAC “NOCLAR” para as Normas Brasileiras de Contabilidade?	
Categoria	Ideias Centrais
Leve	Em minha opinião não houve grandes desafios; Vejo que o procedimento ainda está em andamento pois a norma não foi concretizada. Contudo, não tenho opinião sobre o assunto.
Grave	Acredito que o maior desafio foi a adaptação das normas à realidade brasileira, pois a legislação e a cultura no Brasil são muito diferentes das internacionais; Acho que a falta de preparo dos profissionais de contabilidade está sendo um desafio para a adoção da norma.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

A partir da análise da Tabela 5, notou-se opiniões bem divergentes no processo para implementação da NOCLAR no Brasil, primeiro obteve-se opiniões que destacavam um leve grau de dificuldade, com o argumento que não são grandes desafios ou são processos naturais, por outro lado a maior parte dos pesquisados relataram encontrar maiores desafios por parte dos profissionais. Entretanto, Guimarães et al. (2011) definiram que a expectativa é que os profissionais procurem qualificar-se no que diz respeito à implementação das Normas Contábeis.

Outro aspecto desafiador, indicado pelos auditores, foi a adaptação das normas internacionais às normas brasileiras, contudo, Castilho et al. (2015) mencionaram que a Lei Nº 11.638/2007 tem o intuito de padronizar as normas brasileiras com as internacionais divulgadas pelo IASB. Além disso, alguns participantes acreditaram que a NOCLAR não foi concretizada no Brasil, porém, o comunicado do CFC (2019b) destacou que alguns aspectos da NOCLAR, como a comunicação sobre a não conformidade à autoridade externa, foram implementados na NBC TA 250.

Em seguida, os auditores pesquisados foram questionados em relação ao papel dos relatórios do auditor. Os discursos do sujeito coletivo demonstraram que os pesquisados possuem opiniões bem dispersas sobre as principais mudanças nas práticas do auditor independente brasileiro, advindas dos ajustamentos da NOCLAR. Dentre os argumentos identificados através da análise do discurso, as ideias centrais foram que as principais mudanças estavam presentes no “combate dos atos ilícitos”, “responsabilidade do auditor”, a “adaptação profissional”, “equivalência com práticas internacionais”, entre outras, além de grande parte ter afirmado não ter opinião sobre o assunto. Giacon, Bleil e Mendes (2018) ressaltaram a precariedade diante do nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade. Na Tabela 6, apresentou-se os discursos coletivo para os auditores pesquisados.

Tabela 6 - Análise do Discurso Coletivo

Os relatórios do auditor independente têm um grande papel a desempenhar no gerenciamento de atos de corrupção?	
Categoria	Ideias Centrais
Concordam	Entendo que os relatórios tem que atender às normas vigentes.
Discordam	Nosso trabalho, como auditor, não é buscar atos de corrupção e sim a conformidade das informações contábeis. Não é nosso objetivo, mas ajuda a combater.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Ao analisar o discurso coletivo, percebeu-se que um grande número dos respondentes concordou que os relatórios podem auxiliar na evidenciação de ilegalidade, porém, alguns participantes afirmaram que não é o objetivo principal dessa funcionalidade.

Outra questão aplicada, tem referência com o cumprimento dos princípios fundamentais da NOCLAR, sobre as ameaças e salvaguardas identificadas no ambiente de trabalho do auditor independente, os discursos relacionados a essa questão não apresentaram um posicionamento, limitando-se às palavras-chave “Sim” e “Não”. No entanto, na minoria dos discursos encontrou-se as ideias centrais “o auditor deve avaliar pelo seu julgamento” e “a norma precisa ser permanentemente reavaliada”.

Outro ponto evidenciado, foi que a responsabilidade é um fator essencial na auditoria independente, mas toda responsabilidade vem acompanhada de consequências, uma delas, no caso da norma em questão, é a segurança. De acordo com Coelho (2017b), os profissionais contábeis, ao relatar uma irregularidade, não podem contar com proteção e apoio legislativo. Caso seja de interesse público, dependerá da disponibilidade de proteção legal. Portanto, o último questionamento foi elaborado de modo que os participantes apresentassem suas ideias sobre de que forma a inserção de determinadas diretrizes da NOCLAR ao Novo Código de Ética (NBC PG 01 e NBC PG 200) afetou as responsabilidades e a segurança no desenvolvimento das atividades do auditor independente.

Os resultados revelaram que as ideias centrais dos discursos coletivos foram o “aumento de responsabilidade do auditor” e em contrapartida “as normas anteriores já previam segurança ao auditor”. Ademais, alguns pesquisados estavam de acordo que as mudanças aplicadas interferem mais uma vez na responsabilidade do auditor, enquanto discursos opostos abordaram que a segurança era um fato já tratado anteriormente e essas normas seriam apenas registradas formalmente. Entretanto, Coelho (2017b) confirmou que há um dilema entre, denunciar e ficar exposto a processos civis segundo as considerações jurídicas, ou não denunciar e aceitar consequências de omissão.

Em geral, os relatos dos auditores pesquisados em relação a NOCLAR despontaram um alto nível de respostas indefinidas. Notou-se que todas as indagações foram diretamente ligadas à NOCLAR, em que muitos dos participantes responderam não terem opinião sobre o assunto. Esses achados corroboraram com os resultados das questões da escala *Likert*, que apresentou os percentuais mais baixos de concordância nas perguntas sobre a norma do IFAC, comparado com as demais perguntas sobre o Novo Código de Ética.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este trabalho teve como objetivo elucidar a percepção dos auditores sobre a adoção da NOCLAR no Brasil, pode-se inferir que as respostas dos auditores pesquisados referentes ao Novo Código de Ética obtiveram maior concordância em comparação com as da norma NOCLAR. Ademais, os respondentes não possuem opiniões definidas sobre a norma inserida pelo IFAC.

Segundo a análise descritiva, os resultados indicaram o consenso dos respondentes sobre o Novo Código de Ética apresentar benefícios aos auditores e orientá-los melhor, observou-se também o índice mais baixo de concordância sobre a NOCLAR. Em relação à análise da correlação de *Spearman*, os elementos atingiram elevado grau de correlações significâncias, apontando que a inserção da nova norma implementada em 2017 auxilia na prevenção e divulgação de não conformidades encontradas durante a prestação de serviços.

Além disso, na análise do discurso do sujeito coletivo, as ideias centrais estavam relacionadas ao aumento da responsabilidade dos auditores e dificuldade de adaptação das normas brasileiras às internacionais, ademais, demonstraram um preocupante número de respondentes que não possuíam opiniões definidas sobre a norma inserida pelo IFAC. Assim, evidenciando que esse assunto necessita de mais abordagem, divulgação e interesse por parte dos profissionais, ao atualizar-se com aplicações de novas normas.

Utilizou-se como base as pesquisas de Cordeiro e Rodrigues (2018) e Giacomini, Bleil e Mendes (2018), com uma abordagem e metodologia diferenciada, de forma que se buscou o posicionamento de uma classe que realiza auditoria independente em conformidade com as leis e normas contábeis éticas e pelos métodos de análise, que não foram encon-

trados nos estudos relacionados. Os artigos citados alinharam-se com os resultados encontrados nesta pesquisa, que é a necessidade do aperfeiçoamento e instrução das novas leis e normas de combate à corrupção.

Percebeu-se a divergência nos resultados entre os métodos quantitativos e qualitativos, esclarecendo que os auditores possuíam uma percepção limitada da inserção da NOCLAR no Brasil. Entretanto, isto pode derivar da própria legislação brasileira, embora a NOCLAR seja bem fundamentada, ocorre empecilhos para a sua devida efetivação, entre eles estão o dever do sigilo profissional e a proteção da privacidade.

Houve uma limitação da pesquisa, referente à colaboração da população, em decorrência da coleta ter sido realizada de forma *online*, devido à pandemia provocada pelo COVID-19. Estes são pontos que poderão ser explorados pelas futuras pesquisas com uma amostra maior, assim como, aprofundar o estudo comparativo entre o Novo Código de Ética e a NOCLAR. E outra sugestão para futuras pesquisas é aplicação de questionários focando em empresas de auditoria *Big Four*.

REFERÊNCIAS

- Ayres, R. M. & et al. (2018). O profissional de contabilidade e o mecanismo de denúncia em um contexto de lac e de NOCLAR: análise comparativa de estudos internacionais e nacionais. *Ambiente Contábil*, v. 10, n. 2, jul./dez. 2018. DOI <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018.v10n2ID12975>.
- Batista, S. (2019). O ceticismo profissional na Contabilidade e a mitigação de risco. In: *Conselho Federal de Contabilidade*. [S. l.], 31 maio de 2019. Recuperado de: <https://cfc.org.br/destaque/o-ceticismo-profissional-na-contabilidade-e-a-mitigacao-de-risco/>.
- Breda, Z. I. (2019). Compliance: um caminho para a governabilidade. In: *Conselho Federal de Contabilidade*. [S. l.], 25 jan. 2019. Recuperado de: <https://cfc.org.br/destaque/compliance-um-caminho-para-a-governabilidade%EF%BB%BF/>.
- Coelho, I. (2017a). *NOCLAR in Brazil: one step at a time*. International Federation of Accountants, 11 maio 2017. Recuperado de: <https://www.ifac.org/global-knowledge-gateway/ethics/discussion/NOCLAR-brazil-one-step-time>.
- Coelho, I. (2017b). Mais responsabilidades aos profissionais. *CRCSC Jornal: Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina*, ano XXV, p. 3.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2018). In: Comunicação CFC. *Aplicação da NOCLAR no Brasil é tema de reunião na Ifac*. 1 mar. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/aplicacao-da-NOCLAR-no-brasil-e-tema-de-reuniao-na-ifac/>.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2019a). In: Feliciano, R. *CFC altera redação da NBC TA 250 sobre leis e regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis*. 15 fev. Recuperado de: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-altera-redacao-da-nbc-ta-250-sobre-leis-e-regulamentos-na-auditoria-de-demonstracoes-contabeis/>.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2019b). *NBC TA 250. Consideração de leis e regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis*, 14 fev. Recuperado de: https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2019/NBCTA250.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2019c). *NBC PG 01. Código de ética profissional do contador*. 7 fev. Recuperado de: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG01&arquivo=NBCPG01.doc.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2019d). *NBC PG 200 (R1). Contadores empregados (contadores internos)*. 27 nov. Recuperado de: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG200\(R1\)&arquivo=NBCPG200\(R1\).doc](https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG200(R1)&arquivo=NBCPG200(R1).doc).
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2019e) *NBC TA 400. Independência para trabalho de auditoria*, 27 nov. Recuperado de: https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPA400&arquivo=NBCPA400.doc.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2020). *NBC TA- De Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica*. Recuperado de: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/#>.
- Cordeiro, T. A. & Rodrigues, A. T. L. (2018). *Denúncia e sigilo profissional: a tendência dos estudantes de ciências contábeis da UFRGS em relatar casos de irregularidades praticados por clientes, empregadores ou colegas de profissão*. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado de: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/197588>.
- Franco, H. & Marra, E. (2007). *Auditoria Contábil*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Freitas, C. D. S. C. & Sena, R. A. (2019). O Papel da Auditoria Interna na Detecção de Fraudes e Erros em Iniciativas Privadas. *ID on line Revista de Psicologia*, 13(43), 578-592.
- Giacomin, J.; Bleil, C.; & Mendes, J. (2018). O combate à corrupção no Brasil e a responsabilidade dos contadores: um estudo sobre a percepção da classe contábil do RS sobre a Lei 12.846/2013 e a Norma NOCLAR. *RIC. Revista de Informação Contábil*, 12(2): 16-33.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projeto de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Guimarães, L. M.; Paulúcio, N. F.; Almeida, F. M. M.; & Moura, R. M. (2011). O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos. In: *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 8. Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: SEGET.
- Ibracon. (2017). Os desafios da NOCLAR. *Revista Transparência*, 7: 22-26.
- Khan, M. A. (2006). Role of audit in fighting corruption. In *Comunicação apresentada na Conferência: Ethics, Integrity, and Accountability. In the Public Sector: Re-building Public Trust in Government through the Implementation of the UN Convention against Corruption: Russia. Proceedings...*

- Jeppesen, K. K. (2019). The role of auditing in the fight against corruption. *The British Accounting Review*, 51(5), 100798.
- Leal, A. L. (2012). Fraude de mais de R\$200 milhões com Café Pilão. *Revista Exame*, n. 18, p. 1, 14. Recuperado de: <https://exame.com/revista-exame/cafe-com-fraude/>.
- Lefèvre, F. (2017). *Discurso do Sujeito Coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo*. São Paulo: Copyright. 80 p.
- Lima, L. D., Amorim, W. S. (2018). *Os Impactos da Adoção da NOCLAR no Brasil*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas. Recuperado de: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/1061>.
- Lima, J. P. R., Souza, C. M., & Casa Nova, S. P. D. C. (2018). Auditoria é coisa de mulher? Percepção de diferenças entre profissionais. In *4th UnB Conference on Accounting and Governance & 1º Congresso UnB de Iniciação Científica-CCGUnB. Proceedings...* Brasília, UnB.
- Maciel, R. (2018). *A implementação da NOCLAR no Brasil*. Russell Bedford. Recuperado de: <https://russellbedford.com.br/noticias/a-implementacao-da-NOCLAR-no-brasil/>.
- Morás, V. R., Souza, T. R., Cunha, P. R. (2019). Ameaças à independência do auditor: uma análise a partir da percepção de auditores independentes em consonância a NBC PA 290. *Contabilidade Vista & Revista*, 30(3):46-72. Doi: 10.22561/cvr.v30i3.4885. Recuperado de: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4885>.
- Pinheiro, G. J., & Cunha, L. R. S. (2003). A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes. *Contab. Vista & Rev.*, Belo Horizonte, 14(1):31-48.
- Rathnasamy, S., & Mahabeer, V. (2021). The impact on auditors of non-compliance with laws and regulations. *Jurnal Akuntansi dan Auditing Indonesia*, 107-114.
- Santos, F. (2011). *Auditoria Contábil*. [São Paulo]: Clube de Autores.
- Silva, F. R., Lopes, L. P., & Barbosa, M. V. (2017). Capacitação profissional do auditor nas instituições de ensino e sua inserção no mercado. *Revista Valore*, 2(1), 51-69.

(DES)MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE EMPÍRICA NO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL

(UN)MOTIVATION AND ORGANIZATIONAL PERFORMANCE: EMPIRICAL ANALYSIS IN THE BRAZILIAN CAPITAL MARKET

O artigo foi aprovado e apresentado no XXI USP International Conference in Accounting, realizado de 28/07 a 30/07/2021, em São Paulo (SP)

RESUMO

O estudo testou, por meio de modelagem econométrica, se empresas do mercado de capitais do Brasil que contêm mais empregados desmotivados são as que obtêm um menor desempenho de mercado. O presente trabalho avança ao adotar a rotatividade de pessoas nas empresas (*turnover*) como *proxy* para a mensuração da (des)motivação dos funcionários. Em um contexto organizacional, há uma premissa geral de que funcionários mais motivados exercerão melhor desempenho e, pela lógica do contraditório, é possível assumir, também, que, quanto mais pessoas saem intencionalmente da empresa, mais desmotivadas estão. Para mensurar o desempenho da empresa, foi utilizado o retorno de mercado. Apesar de sofrer influências externas, percebe-se que a média da cotação das ações das empresas no mercado pode refletir e representar o desempenho de uma organização. Nesse sentido, os resultados empíricos esperados buscaram corroborar a hipótese de que a motivação dos funcionários tem um impacto positivo no desempenho corporativo e tem valor relevante refletido nos preços das ações, isto é, o mercado valoriza tal intangível. Uma vez que o coeficiente da variável “desmotivação” foi negativo e estatisticamente significativo, confirmou-se a hipótese central e, portanto, é possível afirmar que existe relação inversa entre o desempenho de mercado da empresa, medido pelo retorno das ações, e a desmotivação dos empregados.

Palavras-chave: Desempenho de mercado; Motivação de empregados; Rotatividade de empregados.

ABSTRACT

The study tested, through econometric modeling, whether companies in the Brazilian capital market that contain more employees unmotivated are the ones with the lowest market performance. The present paper advances by adopting the turnover of people in companies as a proxy for measuring the (un)motivation of employees. In an organizational context, there is a general premise that more motivated employees will perform better and, by the logic of the contradictory, it is also possible to assume that the more people leave intentionally from the company, the more unmotivated they are. The company's performance was measured by market return. Despite suffering external influences, it is possible to perceive that the average price of shares in the market can reflect and represent the performance of an organization. In this sense, the expected empirical results sought to corroborate the hypothesis that employee motivation has a positive impact on corporate performance and has a relevant value reflected in stock prices, that is, the market values such intangibles. Since the coefficient of the variable “unmotivation” was negative and statistically significant, the results confirm the central hypothesis and it is possible to affirm, therefore, that there is an inverse relationship between the company's market performance, measured by the stock return, and the employee demotivation.

Keywords: Market performance; Employee motivation; Employee turnover.

Débora Pinto de Castro

Pós-graduanda em Finanças e Controladoria pela Universidade de São Paulo (MBA USP/Esalq). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de Revenue Assurance na Gran Cursos Online. E-mail: deboracastro4@live.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6447-7447>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0356432634955979>

Paulo Roberto Barbosa Lustosa

Doutor em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001. Graduado em Engenharia Civil, pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, Rio de Janeiro, 1981. Docente na Universidade de Brasília, nos níveis de graduação e pós-graduação. E-mail: lustosa@unb.br. Orcid: 0000-0003-4624-197X. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0206424732066059>

Mariana Guerra

Doutora em Administração, Universidade de Brasília, 2013. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2008. Docente na Universidade de Brasília, nos níveis de graduação e pós-graduação. E-mail: profamarianaguerra@gmail.com. Orcid: 0000-0001-5234-5172. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8787862553284096>

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto organizacional, há uma premissa geral de que funcionários mais motivados e satisfeitos exercerão melhor desempenho e obterão ganho de produtividade (Zhong, Wayne, & Liden, 2016). Entretanto, essa premissa não tem a simplicidade que aparenta, uma vez que a mensuração da motivação é subjetiva, em razão da dificuldade de se entender a origem da motivação nos indivíduos e as diferentes formas como essa se manifesta. Por ser uma ação humana multicausal e contextual, existem diferentes variáveis para mensurar a motivação. Outra dificuldade na premissa é o desempenho, que depende não só de empregados mais motivados e satisfeitos, mas também de outros fatores que influenciam o resultado da empresa.

Para psicólogos organizacionais, o desempenho de uma pessoa pode ser entendido em termos de motivação (desejos e preferências) e de condições para sua satisfação no trabalho (Vroom, 1964). Segundo Schneider, Hanges, Smith e Salvaggio (2003), existe uma correlação positiva entre a satisfação geral dos funcionários e o desempenho financeiro e de mercado da organização. Na literatura acadêmica, Filbeck e Preece (2003) encontraram uma resposta positiva estatisticamente significativa para o anúncio dos integrantes da lista da Fortune e os retornos ajustados ao risco de longo prazo mais elevados dessas empresas em comparação com uma amostra correspondente. Os resultados empíricos de Fulmer, Gerhart e Scott (2003), Brammer, Brooks e Pavelin (2009), Edmans (2011) e Faleye e Trahan (2011) são semelhantes e corroboram a visão de que relações fortes com os funcionários podem ser uma fonte de vantagem competitiva significativa.

O presente trabalho avança ao adotar a rotatividade de pessoas das empresas (*turnover*) como *proxy* para mensurar a (des)motivação dos funcionários. Conforme Parker, Nouri e Hayes (2011), o *turnover* (isto é, a saída dos colaboradores da organização) é abordado em estudos acerca do contexto laboral e se destaca por seus aspectos positivos e negativos às organizações. Como importante tópico de gestão, surge preocupação quando o índice tem relação com diminuição da produtividade, perda de capital humano diferenciado, aumento dos custos de recrutamento, seleção e formação e decréscimo dos lucros (Huang, Lawler, & Lei, 2007; Kuypers, Guenter, & Emmerik, 2015; Li, Lourie, Nekrasov, & Shevlin, 2022).

Em que pese a rotatividade de funcionários ser um custo significativo para as empresas e uma métrica fundamental relativa ao capital humano organizacional (Li *et al.*, 2022), as empresas comumente não divulgam tal informação. A literatura científica aponta, ainda, algumas razões para a saída dos colaboradores da organização, entre as quais o relacionamento com as chefias (Lloyd, Boer, Keller, & Voelpel, 2015), a insatisfação do trabalho (Edmans, 2011) e a incerteza, o conflito de papéis e o relacionamento no ambiente da organização (O'Driscoll & Beehr, 2000). Nesse sentido, admite-se *turnover* como *proxy* de insatisfação e(ou) desmotivação na empresa, conforme Edmans (2011), pois os empregados que estão motivados e satisfeitos em seu ambiente de trabalho têm menos intenção de sair da organização. Ademais, de acordo com Moodley, Hove e Karidia (2018), quando empresas apresentam elevadas taxas de *turnover*, é mais provável que essas sejam derivadas de desmotivação e insatisfação da força de trabalho.

No presente estudo, para a mensuração do desempenho da empresa, foi utilizado o retorno de mercado, qual seja, retorno do preço da ação, conforme Filbeck e Preece (2003), Fulmer, Gerhart e Scott (2003), Brammer, Brooks e Pavelin (2009), Edmans (2011), Faleye e Trahan (2011) e Li *et al.* (2022). Apesar de sofrer influências externas, como o andamento do mercado, é possível perceber que o preço das ações pode refletir e representar o desempenho de uma organização. Nesse sentido, os resultados empíricos esperados deste trabalho buscam corroborar a hipótese de que a satisfação/motivação dos funcionários tem impacto positivo no desempenho corporativo e tem valor relevante refletido nos preços das ações, ou seja, o mercado valoriza esse intangível. Para tanto, o estudo testa, por meio de modelagem econométrica, se empresas do mercado de capitais do Brasil que contêm mais empregados desmotivados são as que obtêm um menor desempenho de mercado. Ainda, foram consideradas outras variáveis no modelo testado, tal como a eficiência da produção da empresa, por se entender que outros fatores influenciam o desempenho de uma organização.

Especificamente, foi feita a análise empírica utilizando-se a técnica de regressão linear multivariada em painel de dados em uma amostra composta por empresas negociadas na bolsa de valores brasileira (B3), excluindo-se as empresas financeiras, com dados anuais referentes ao período de 2004 a 2017.

Além desta introdução, o estudo contempla, na segunda seção, o referencial teórico, que contextualiza e fundamenta a satisfação e a (des)motivação e o seu impacto no desempenho e, ainda, traz pesquisas empíricas que tratam o tema para fundamentar a hipótese geral desta pesquisa. Na terceira parte, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização dos testes empíricos e o detalhamento das variáveis que compõem o estudo. Na quarta seção, apresenta-se a análise dos resultados encontrados. Por último, abordam-se as conclusões e as contribuições do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A motivação tem papel importante no desempenho dos funcionários *vis-à-vis* o desempenho organizacional, tema central da contribuição de Maslow (1943), Herzberg, Mausner e Snyderman (1959) e Turner (1988), entre outros. Nesse sentido, a literatura comportamental organizacional sugere que o estudo de pessoas no trabalho não deve ser isolado do estudo da organização (Hopwood, 1974; Lewis, 1983), isso porque uma força de trabalho satisfeita pode ser determinante de um melhor desempenho organizacional (Schneider, Hanges, Smith, & Salvaggio, 2003; Mafini & Poole, 2013).

Para Schneider *et al.* (2003), a produtividade e a eficiência organizacional são obtidas mediante a satisfação dos funcionários e a sensibilidade às suas necessidades fisiológicas e socioemocionais, de maneira holística. De forma coinci-

dente, os construtos satisfação e motivação podem ser tomados, em hipótese, como relacionados entre si e ao desempenho organizacional, segundo Edmans (2011). Especificamente, uma meta-análise conduzida por Judge, Thoresen, Bono e Patton (2001) encontrou uma relação positiva entre satisfação individual do funcionário e fatores como motivação, envolvimento no trabalho, cidadania organizacional (isto é, participação ativa do indivíduo na política da organização) e o desempenho no trabalho. Em outra meta-análise (Harter, Schmidt, & Hayes, 2002), constatou-se uma relação positiva entre satisfação e produtividade dos funcionários, lucro, rotatividade e satisfação do cliente em cerca de 8.000 unidades de negócios de 36 organizações, nos cinco continentes do mundo.

Considerando-se tais construtos coincidentes entre si, entre as diferentes abordagens para tratar a temática satisfação/motivação de funcionários e desempenho organizacional, toma-se a proposta de Kanfer (1992), que orienta que teorias podem ser mapeadas de acordo com sua proximidade para a ação, em dois extremos: (i) de construções distais, em que o impacto no comportamento e no desempenho são indiretos, e (ii) de construções próximas, que impactam diretamente o comportamento e o desempenho da pessoa. As teorias de construções próximas enfocam construções motivacionais no nível do propósito da ação, razão por que a análise das motivações, nessas construções, parte dos objetivos do indivíduo em vez de analisar os fatores que os influenciam.

Com base nas diferentes abordagens teóricas, a literatura empírica tem apresentado resultados que corroboram a relação direta entre motivação e satisfação dos funcionários e desempenho organizacional (Fulmer, Gerhart, & Scott, 2003; Schneider *et al.*, 2003; Brammer, Brooks, & Pavelin, 2009; Edmans, 2011; Faleye & Trahan, 2011; Mafini & Poole, 2013; Ferreira & Almeida, 2015; Nemashakwe & Shumba, 2015; Varma, 2017; Moodley, Hove, & Karidia, 2018).

Há, ainda, estudos acerca do custo do capital humano organizacional a partir do *turnover*, a exemplo de Belo *et al.* (2014) e de Gutiérrez *et al.* (2020), os quais evidenciam a relação entre a taxa de contratação/demissão e o desempenho da empresa, com ênfase, entretanto, na gestão do risco das organizacionais frente ao custo do capital humano. Avançando na revisão da literatura, Moodley, Hove e Karidia (2018) tratam de *turnover* e atestam que, quando empresas têm elevadas taxas de *turnover*, é mais provável que essas sejam derivadas de desmotivação e insatisfação da força de trabalho. Mais recentemente, Li *et al.* (2022), ao considerarem que o *turnover* aumenta a incerteza operacional, encontraram uma associação positiva entre o volume de negócios e a incerteza do desempenho financeiro futuro, medida pelos retornos futuros das ações.

2.1 Literatura empírica

O estudo de Fulmer, Gerhart e Scott (2003) indicou que relações positivas com os funcionários podem ser consideradas um ativo intangível e duradouro e, portanto, podem ser uma fonte de vantagem competitiva para as empresas. Esses autores avaliaram uma série de medidas de desempenho de empresas de capital aberto incluídas nas “100 melhores empresas para se trabalhar na América”, cujos resultados indicam que tais medidas podem ser afetadas por relações altamente positivas com os funcionários.

Em Schneider *et al.* (2003), os dados de atitude dos funcionários de 35 empresas foram analisados no nível organizacional, em cotejo com o retorno sobre ativos (em inglês, *return on assets* – ROA) e com o desempenho de mercado (lucro por ação, do inglês *earnings per share* – EPS) dessas organizações. Para tanto, foram utilizadas análises defasadas a fim de se explorar a prioridade em uma provável ordem causal. Os resultados revelaram que a satisfação geral no trabalho e a satisfação com a segurança foram previstas pelo ROA e pelo EPS mais fortemente do que o inverso, embora algumas das relações reversas, também, tenham sido significativas. A satisfação com o salário sugeriu uma relação mais recíproca com ROA e EPS. A discussão dos resultados fornece uma estrutura preliminar para a compreensão das questões que envolvem atitudes dos funcionários, práticas de trabalho de alto desempenho e desempenho organizacional financeiro e de mercado.

Brammer, Brooks e Pavelin (2009), por sua vez, consideraram o desempenho das ações das 100 melhores corporações listadas pela pesquisa anual da *Business Ethics*, ao avaliarem, especificamente, os possíveis efeitos do anúncio de curto prazo na época da publicação da pesquisa e se os retornos de longo prazo são maiores para as empresas listadas. Os resultados evidenciaram que há reação positiva do mercado à presença de uma empresa nas 100 melhores do *ranking* e que os detentores de ações dessas empresas ganham pequenos retornos anormais durante uma janela de anúncio.

Edmans (2011) voltou seu foco para a relação entre a satisfação do funcionário e o retorno das ações de longo prazo, em uma amostra do *ranking* das “100 melhores empresas para se trabalhar na América”. Os resultados indicam que as melhores empresas obtiveram ganhos e retornos de anúncios significativamente mais positivos, corroborando as teorias sobre capital humano que indicam que a satisfação do funcionário está positivamente correlacionada ao retorno para o acionista. Entretanto, Edmans (2011) observou que o mercado de ações não valoriza totalmente os intangíveis, tal qual é discutido no presente estudo.

De forma semelhante, Faleye e Trahan (2011) utilizaram a teoria dos *stakeholders* e observaram que os anúncios de políticas favoráveis aos trabalhadores estão associados a retornos anormais positivos de ações. As empresas favoráveis aos trabalhadores também superaram as empresas similares, tanto no que concerne a retornos de longo prazo no mercado de ações quanto a resultados operacionais. Além disso, a probabilidade e os benefícios da facilidade de trabalho aumentaram com a demanda por mão de obra altamente qualificada. Ainda, os benefícios de práticas favoráveis ao trabalho superaram significativamente os custos, de modo que o que é bom para os funcionários é bom para os acionistas.

Sob outra perspectiva, Mafini e Poee (2013) deram enfoque às organizações públicas e discutiram a relação entre satisfação dos funcionários e desempenho organizacional, com a intenção de contribuir para o discurso acerca da influência dos recursos humanos no desempenho organizacional. Para tanto, aplicaram um questionário a uma amostra, por conveniência, de 272 membros de um departamento governamental sul-africano. Os resultados da análise de regressão indicaram correlações positivas entre o desempenho organizacional e todos os cinco fatores de satisfação do funcionário, a saber: condições de trabalho, utilização de capacidade, criatividade, trabalho em equipe e autonomia. Nesse sentido, o estudo corrobora a hipótese de que uma força de trabalho satisfeita tem relação com um melhor desempenho organizacional.

Ao investigar uma empresa de fabricação e *marketing* localizada em Bulawayo, Zimbabwe, Nemashakwe e Shumba (2015) buscaram avaliar o impacto da motivação nos funcionários da companhia, que estava com baixo desempenho. O foco foi explicar a efetividade de estratégias motivacionais realizadas pela empresa, em um dado período, para os funcionários. Para o fim proposto, os autores utilizaram a pesquisa descritiva, por meio da aplicação de um questionário a uma amostra de funcionários da empresa. Os resultados indicaram que a motivação e o desempenho dos funcionários eram relacionados, no sentido de que um baixo desempenho da organização afeta negativamente a motivação dos empregados.

Avançando no estudo sobre *turnover*, Ferreira e Almeida (2015) desenvolveram um estudo no setor de comércio varejista brasileiro com uma empresa do setor de materiais para construção que possui diversas filiais. Nessa investigação, os autores analisaram a relação entre rotatividade dos funcionários e desempenho organizacional, ao testarem se as organizações com menor rotatividade de funcionários eram aquelas com melhores resultados, tanto em termos econômicos quanto organizacionais, medido por volume de vendas (faturamento) e acidentes de trabalho, respectivamente. Uma das hipóteses era a de que, quanto maior fosse a rotatividade de funcionários, menores seriam as vendas da filial. A amostra foi composta por dados de diversas filiais da mesma empresa, para possibilitar melhores comparações. Os dados são referentes a um período de 24 meses, entre janeiro de 2010 a dezembro de 2011, e foram coletados de relatórios gerenciais e de sistemas de informação da própria empresa. Foram realizadas regressões cujos resultados evidenciaram forte relação negativa entre rotatividade de funcionários e vendas, ou seja, a rotatividade de funcionários é prejudicial às vendas da empresa.

Para Varma (2017), um dos grandes desafios das organizações é gerenciar o *turnover* da força de trabalho, que pode ser derivado da falta de motivação e de comprometimento perante a organização. Nesse sentido, o autor busca mostrar a importância da motivação e sua relação com a satisfação no trabalho no desempenho da empresa. Para tanto, utilizou um método qualitativo de pesquisa para investigar o conceito de motivação e satisfação no trabalho pelo empregado, por meio da análise de 100 questionários aplicados aos funcionários de diferentes empresas. Entre os achados, destacam-se: (i) a motivação dos empregados de uma empresa pelo objetivo da organização capacita a empresa a alcançar seus objetivos com mais facilidade; (ii) a estratégia para a motivação do funcionário é diferente para distintas organizações e para diferentes funcionários, o que é um fator importante que permite que os funcionários decidam se permanecem ou se saem da empresa; (iii) a pauta de motivação dos empregados não é propriamente entendida e praticada por muitas organizações e, como resultado, aumenta o número de funcionários que deixam as empresas em busca de um melhor local de trabalho; e (iv) as organizações, hoje em dia, enfrentam o grande desafio de reter e atrair novos talentos, e estratégias relacionadas à motivação podem contribuir para o sucesso da empresa no longo prazo.

Por fim, Moodley, Hove e Karidia (2018) realizaram um estudo em uma empresa de suprimentos de energia da cidade de KwaZulu-Natal, na África do Sul, com o intuito de identificar os fatores motivacionais dos funcionários, determinar o impacto geral da motivação no desempenho da empresa e fazer recomendações acerca da gestão. Um dos pontos trazidos pelos autores em relação ao impacto da motivação no desempenho da organização foi a diminuição do *turnover*, ou seja, quando empresas apresentam elevadas taxas de *turnover*, é mais provável que essas sejam derivadas de desmotivação e de insatisfação da força de trabalho. A pesquisa descritiva envolveu técnicas quantitativas, e a coleta de dados foi feita por questionário aplicado a todos os funcionários da empresa. O estudo apontou que o desempenho da organização fica prejudicado quando os empregados estão desmotivados, do que se conclui que, quando os funcionários estão suficientemente motivados, tanto eles quanto a organização têm melhor desempenho.

Conforme se observa nos trabalhos mostrados, os estudos empíricos indicam relação existente entre motivação/satisfação dos funcionários e desempenho da empresa. Segundo Li *et al.* (2022), há poucos trabalhos empíricos que evidenciam que o *turnover* é informação relevante para o desempenho organizacional. Nesse sentido, o presente estudo diferencia-se e avança em relação às demais pesquisas pela mensuração das duas principais variáveis: para mensurar o desempenho das empresas, foi utilizado o desempenho de mercado, levando-se em consideração a média da cotação das empresas no mercado de ações brasileiro; para medir a variável (des)motivação, utilizou-se o *turnover*, calculado pela variação relativa do percentual do número de empregados que pediram para sair em relação ao número total de trabalhadores da empresa.

2.3 Hipótese geral da pesquisa

Para Dalton, Krackhardt e Porter (1981), o *turnover* pode ter aspectos positivos, por permitir a substituição de trabalhadores menos produtivos e aumentar o desempenho organizacional. Além disso, permite aos indivíduos que saem da organização encontrar um trabalho mais desafiante, menos estressante e com melhor remuneração.

Nos estudos revisados que tratam de *turnover*, como o de Moodley, Hove e Karidia (2018), quando empresas têm elevada variação relativa do percentual do número de empregados que pediram para sair em relação ao número total de trabalhadores da empresa, é mais provável que essas sejam derivadas de desmotivação e de insatisfação da força de trabalho. Observa-se, ainda, que, quando os empregados estão desmotivados, o desempenho da organização fica prejudicado. Ademais, segundo Ferreira e Almeida (2015), há forte relação negativa entre rotatividade de funcionários e faturamento (vendas), ou seja, a rotatividade de funcionários é prejudicial ao desempenho da empresa. Para Li *et al.* (2022), *turnover* aumenta a incerteza operacional, o que leva à associação positiva entre o volume de negócios e a incerteza do desempenho financeiro futuro.

Nesse sentido, além dos fundamentos teóricos apontados, os estudos empíricos confirmam a relação da motivação/satisfação dos funcionários com o desempenho organizacional, uma vez que funcionários motivados tendem a permanecer na empresa e a desempenhar melhor suas atividades, o que impacta no resultado organizacional mais positivo. Por conseguinte, uma desmotivação dos funcionários representa maior saída de empregados e, com isso, piora o resultado (desempenho) organizacional.

No presente estudo, espera-se que uma maior desmotivação dos funcionários, mensurada por meio do *turnover*, seja inversamente relacionada ao desempenho de uma organização, medido pelo retorno das ações. Em face do exposto, é formulada a seguinte hipótese geral, enunciada na forma alternativa (H1): existe relação inversa entre o desempenho de mercado da empresa, medido pelo retorno das ações, e a desmotivação dos empregados.

3 METODOLOGIA

3.1 Detalhamento dos procedimentos

Para a composição da amostra e a realização deste estudo, foram utilizados dados anuais de 190 empresas brasileiras com ações negociadas na bolsa de valores brasileira (B3), excluindo-se as empresas financeiras¹, referentes ao período de 2004 a 2017. Assim, foram coletados dados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), relativos ao número de trabalhadores, de saídas e de demissões de cada uma das empresas, nos respectivos anos da amostra, para o cálculo da variável de interesse relacionada à (des)motivação. Além disso, no banco de dados da Economática, coletaram-se dados das demonstrações contábeis das empresas tanto para a variável dependente, referente ao desempenho de mercado, quanto para algumas das variáveis de controle. Também, foram coletados dados no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para uma das variáveis de controle.

Os dados coletados passaram por uma transformação no *software* Stata de análise de dados. Especificamente, foi realizado um saneamento para possibilitar dar prosseguimento aos testes econométricos. Foram excluídos os valores negativos e zerados da receita líquida de vendas e do lucro bruto das empresas, para que esses dados inconsistentes não influenciassem nos resultados da pesquisa, e converteu-se a variável “preço da ação”, que estava como *string*, para a numérica. A partir disso, com base nos índices coletados, foram geradas as variáveis de interesse da pesquisa, que incluem quatro representações de *turnover*, conforme será detalhado a seguir. Posteriormente, foram geradas as variáveis derivadas das variáveis originalmente coletadas, como se observa na Figura 1 adiante. Por fim, foi convertida a variável “empresa” em “id” e foi feita a definição do painel de dados por “id” e “ano”.

A respeito da desmotivação dos funcionários (*Proxy = turnover*), destacam-se as quatro mensurações testadas, das quais duas se mostraram significativas. Especificamente, a desmotivação foi mensurada por (i) razão entre o número de funcionários demitidos pela empresa e o número total de trabalhadores no ano, (ii) razão entre o número de funcionários que pediram demissão voluntariamente e o número total de trabalhadores no ano, (iii) variação da razão do número de funcionários demitidos pela empresa e do número total de trabalhadores entre um ano e outro e (iv) variação da razão do número de funcionários que pediram voluntários de demissão e do número total de trabalhadores entre um ano e outro. O cálculo do *turnover* pela variação relativa anual dos pedidos de demissão é interessante porque se alinha ao desempenho de mercado das empresas, medido pelo retorno anual de suas ações, que é uma variação relativa do preço da ação. As variáveis que se mostraram significativas foram as duas últimas aqui mencionadas. O estudo optou pela última, ou seja, variação média anual dos pedidos de demissão, pois se entende que essa representa melhor a desmotivação do funcionário em relação à empresa por indicar uma saída voluntária do funcionário, ou seja, por escolha e decisão do próprio indivíduo.

As demais variáveis do modelo (Figura 1) são variáveis de controle: Produto Interno Bruto (*PIB*), retorno de mercado no ano (*rm*), eficiência da produção da empresa (*efic*) e retorno sobre os ativos da empresa (*roa*). Na Figura 1, a seguir, com a descrição das variáveis, são referenciadas literaturas para cada uma das variáveis de controle. As duas bases (RAIS e Economática), filtradas apenas para as variáveis primárias de interesse da pesquisa, foram mescladas. Foram excluídas 14 observações com receita líquida de vendas negativa. Para não distorcer o cálculo da variável de controle eficiência da produção (*efic*), foram excluídas 77 observações com lucro bruto negativo.

¹As empresas financeiras foram excluídas porque contabilizam duas (eficiência operacional e retorno dos ativos operacionais) das três variáveis selecionadas para controlar o desempenho de mercado. A interpretação de eficiência operacional e retorno dos ativos em bancos é bastante diferente de como é feito nas empresas não financeiras.

A amostra final resultou em um painel desbalanceado com 190 empresas, que cobre o período de 2004 a 2017, totalizando 1.732 observações empresas-ano. A regressão realizada é em painel desbalanceado, com opção pelo painel de efeitos aleatórios, pois o teste de Hausman realizado indicou que esse é preferível em comparação ao painel de efeitos fixos. Saliente-se que foi realizada regressão de efeitos fixos, e os resultados foram essencialmente os mesmos. Para a realização da pesquisa, foi rodada uma regressão linear multivariada em painel, conforme a especificação que se segue.

$$r_{it} = \beta_0 + \beta_1 desmot_{it} + \beta_2 PIB_t + \beta_3 rm_t + \beta_4 efic_{it} + \beta_5 roa_{it} + \varepsilon_{it},$$

em que:

r_{it} = desempenho de mercado da empresa i no ano t ;

$desmot_{it}$ = desmotivação dos empregados da empresa i no ano t ;

PIB_t = PIB do país no ano t ;

rm_t = retorno de mercado no ano t ;

$efic_{it}$ = eficiência da produção da empresa i no ano t ;

roa_{it} = retorno sobre os ativos da empresa i no ano t .

As variáveis do modelo econométrico anterior foram mensuradas e são apresentadas na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Mensuração das variáveis do modelo econométrico

Variável	Símbolo	Mensuração	Literatura
Desempenho de mercado da empresa	r_{it}	$r_{it} = \frac{P_t - P_{t-1}}{P_{t-1}}$, em que P_t é o preço de mercado da empresa no ano t , e P_{t-1} é o preço de mercado da empresa no ano $t-1$.	Li et al. (2022)
Turnover dos empregados (proxy da desmotivação)	$vrdevol_{it}$	$vrdevol_{it} = \frac{\frac{n_saidas_t - n_saidas_{t-1}}{n_trab_t - n_trab_{t-1}}}{\frac{n_saidas_{t-1}}{n_trab_{t-1}}}$, em que n_saidas_t é o número de saídas voluntárias de funcionários da empresa no ano t , n_trab_t é o número de funcionários da empresa no ano t , n_saidas_{t-1} é o número de saídas voluntárias de funcionários no ano $t-1$, e n_trab_{t-1} é o número de funcionários da empresa no ano $t-1$.	Li et al. (2022) usaram os empregados demitidos e que pediram demissão no cálculo do turnover. Nesta pesquisa, usam-se apenas os empregados que pediram demissão, de forma voluntária
Eficiência da produção	$efic_{it}$	$efic_{it} = \frac{lb}{rlv}$, em que lb é o lucro bruto da empresa, e rlv é a receita líquida de vendas da empresa.	Novy-Marx (2013)
Retorno de mercado	rm_t	$rm_t = \frac{ibov_t - ibov_{t-1}}{ibov_{t-1}}$, em que $ibov_t$ é o índice Bovespa no ano t , e $ibov_{t-1}$ é o índice Bovespa no ano $t-1$.	Banz (1981)
Retorno sobre os ativos operacionais	roa_{it}	$roa_{it} = \frac{ebit}{A0}$, em que $ebit$ é o lucro operacional da empresa, e $A0$ é o ativo operacional da empresa (ativo total menos os investimentos em coligadas e controladas).	Novy-Marx (2013)
Produto Interno Bruto (PIB)	PIB_t	PIB_t =, que representa a porcentagem do PIB do país no ano t .	Acikalin et al. (2008) e Sousa (2017)

A hipótese geral dessa pesquisa, formulada de maneira alternativa, é $H_1: \beta_1 < 0$. Com isso, espera-se que o coeficiente da variável desmotivação, variável de interesse deste estudo, seja negativo e estatisticamente significativo, resultando que a desmotivação dos funcionários tenha uma relação inversa à do desempenho de mercado da empresa. Portanto maior desmotivação significa menor desempenho, e menor desmotivação significa maior desempenho.

3.2 Racionalidade para a escolha das variáveis de controle

Um problema recorrente em estudos que buscam verificar o efeito de uma variável de interesse qualquer no retorno de mercado é o risco de o coeficiente da variável de interesse conter viés, seja por problemas de especificação incompleta do modelo, seja por razões econométricas. No primeiro caso, dado que o retorno de mercado é uma variável

influenciada por muitos fatores, há o risco de se omitir variáveis na especificação, o que torna o modelo potencialmente endógeno (Gow *et al.*, 2016). No segundo caso, que também se relaciona com o primeiro, problemas de correlação entre as variáveis independentes e existência de tendências no termo de erro, que contrariam a premissa de variância constante desse, podem comprometer a robustez dos resultados (Frost, 2019). Para mitigá-los, foram feitas escolhas cuidadosas das variáveis de controle, e as regressões foram rodadas com a opção de ajuste para erros-padrão robustos².

Foram selecionadas quatro variáveis de controle, duas no nível do mercado e duas no nível da empresa. No primeiro caso, foram selecionados o retorno de mercado (*rm*) e o *PIB*; no segundo, no nível da empresa, a eficiência operacional (*efic*) e o retorno dos ativos (*ROA*). Há vasta literatura que usa a associação entre o retorno da ação da firma e o retorno de mercado, embasada no modelo de Sharpe de único fator (também conhecido como *market model*), na otimização de portfólios para investimentos no mercado de ações (Banz, 1981; Bilbao *et al.*, 2007).

A escolha do retorno de mercado, medido pela variação anual relativa do índice Bovespa, isola os efeitos do mercado na variação relativa do preço da ação da empresa, restando apenas a análise de efeitos específicos da própria empresa no retorno. Mesmo assim, incluiu-se a variação anual do PIB (Acikalin *et al.*, 2008; Sousa, 2017) como variável de controle adicional de mercado, pois a correlação entre o retorno de mercado e a variação do PIB foi relativamente baixa (menos que 30%).

Quanto às duas variáveis de controle no nível da empresa, usou-se a eficiência operacional, já que a literatura documenta associação do lucro bruto (relativizado por alguma outra variável contábil de tamanho) e do retorno dos ativos operacionais (a exemplo de Novy-Marx, 2013) com o retorno de mercado da empresa. Ressalve-se que a correlação entre essas duas variáveis contábeis de rentabilidade foi menor que 10%, razão por que foi mantida na especificação.

Para evitar a multicolinearidade entre variáveis independentes e em razão do tamanho limitado da amostra, não se utilizaram outras variáveis contábeis para controle, como o ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) e o endividamento, ou variáveis mistas, de mercado e contábil, como o índice Preço/Lucro.

4 RESULTADOS

4.1 Estatística descritiva

A Tabela 1 mostra as estatísticas descritivas das variáveis desta pesquisa. Como se observa, o retorno anual médio das ações (*r*) das empresas que compõem a amostra durante o período amostral de 2004 a 2017 foi de 23,75% e o desvio padrão de 94,56%. Tais valores refletem um retorno bastante volátil, uma vez que o desvio padrão resultou em praticamente quatro vezes a média, o que reflete uma característica do mercado de capitais brasileiro (Pinheiro, 2019). Isso também se torna evidente quando se observa o valor mínimo de 96,65% de queda do preço da ação em um ano em uma determinada empresa da amostra, e, em contraponto, um valor máximo de retorno de 1.638,46% de outra empresa em determinado ano.

O número de trabalhadores (*n_trab*) também se mostrou bastante heterogêneo. A média obtida foi de 7.022 funcionários, sendo possível inferir que as empresas da amostra são de grande porte. Além disso, o desvio padrão é de 14.721 e ultrapassa duas vezes o valor da média. É possível notar o reflexo dessa heterogeneidade, observando também os valores mínimo e máximo de funcionários das empresas, de modo que existe empresa com apenas 1 funcionário em um ano da amostra e empresa com 148.701 funcionários.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis do modelo econométrico

Variável	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
<i>r</i>	1.543	0,2375	0,9456	-0,9666	16,3846
<i>n_trab</i>	1.732	7.022,24	14.721,32	1	148.701
<i>n_saídas</i>	1.732	1.845,06	4.421,46	0	43.246
<i>vrdevol</i>	1.481	0,1870	0,9988	-1	15,1458
<i>efic</i>	1.732	0,3414	0,1987	0,0015	1
<i>ROA</i>	1.732	0,0553	0,2868	-10,3501	1,1621
<i>rm</i>	1.545	0,1133	0,3229	-0,4122	0,9096
<i>PIB</i>	1.732	0,0257	0,0333%	-0,035	0,075

2 A tendência de heterocedasticidade nos erros foi mitigada pela própria forma de mensuração da variável de interesse. Optou-se pela variação anual relativa das demissões voluntárias, o que faz com que essa variável tenha uma distribuição espacial (*cross-section*) com a mesma ordem de grandeza da variável dependente, que é medida pela variação anual relativa no valor de mercado da empresa. As duas variáveis independentes de mercado também são variações anuais relativas (*PIB* e retorno do mercado). As duas variáveis contábeis de controle (*efic* e *ROA*) são relativizadas, mas como porcentagem da receita líquida (*efic*) e dos ativos (*ROA*). Por conta desses cuidados de mensuração, a heterocedasticidade dos erros medida pelo teste de Breusch-Pagan foi marginal ($F = 2,02$, significativo a 10%) e, por essa razão, optou-se por se corrigir a pequena autocorrelação dos resíduos rodando todas as regressões com erros-padrão robustos.

A variação média anual dos pedidos de demissão (n_saidas) para as empresas da amostra, no período de 2004 a 2017, foi de 18,70%, ou seja, na média, houve crescimento anual no número de pedidos voluntários de demissão, ressalvada a significativa variabilidade, demonstrada pelo desvio-padrão de 99,88%. Esses números refletem a grande diferença entre as variações anuais dos pedidos de demissão das empresas. Em um ano da amostra, uma empresa teve uma variação negativa de 100% (vide valor mínimo de n_saidas), o que mostra que, nesse período, os funcionários estavam mais motivados, pois não houve saída de funcionários. Há, também, uma empresa na amostra com variação máxima de 1.514,58% de saídas voluntárias de funcionários de um ano para o outro, o que pode refletir grande desmotivação ou, talvez, contratação temporária. Não há informações suficientes no estudo para uma análise mais qualitativa do que os números sinalizam.

Em média, o lucro bruto foi de 34% das vendas das empresas constantes na amostra, com variabilidade relativamente pequena de 19,87%, número menor que o da média (vide desvio-padrão de $vrdevol$). No período, houve empresas com uma eficiência da produção ($efic$) muito baixa, com a menor taxa alcançando 0,15%. Em contraponto, houve empresas com margem sobre vendas de 100%, provavelmente por ser empresa de prestação de serviços sem registro de custo variável.

O retorno operacional contábil, medido pelo lucro operacional em relação aos ativos operacionais (ROA), teve uma média de 5,53%, com grande variabilidade, de 28,68%. Observam-se empresas com retorno sobre os ativos negativo (-1.035,01%) e outras com ROA positivo (116%).

O mercado teve um retorno médio (rm) de 11,33%. Se for realizada a comparação com o retorno anual médio das ações (r), como esperado, é possível inferir que, no período amostral, investir nas empresas é melhor que investir no mercado, uma vez que a média de retorno das ações das empresas, no ano, foi de 23,75%, superior à do retorno de mercado, com evidência de, praticamente, 12% ao ano a mais de retorno, na média. Tal observação indica que investir no mercado é mais seguro do que nas empresas em si, mas o risco menor reduz o retorno financeiro. Percebe-se o reflexo dessa diminuição do risco pelo desvio-padrão de 32,29%, praticamente um terço menor do que a porcentagem do desvio-padrão do retorno anual das ações das empresas (r). O retorno de mercado (rm) teve valor mínimo, em um dos anos, de -41,22%, e o retorno máximo no período foi de 90,96%.

Por fim, o PIB do País teve um crescimento médio de 2,57% ao ano no período de 2004 a 2017, de modo que, em um ano da amostra, houve uma queda de 3,5% e, em outro, houve um crescimento de 7,5% no PIB.

4.2 Matriz de correlação

Na Tabela 2, apresenta-se a matriz de correlação entre as variáveis da pesquisa, e é possível observar que houve correlação significativa de 91,46% entre o número de saídas voluntárias (n_saidas) e o número de trabalhadores totais (n_trab) das empresas da amostra. Essa relação é esperada, uma vez que a quantidade de funcionários que sai de uma empresa impacta a quantidade de empregados que nela permanece, influenciando o número total de trabalhadores. Ademais, a significativa correlação não influencia os resultados e a qualidade deles, pois essas especificações foram utilizadas para o cálculo da variável de interesse referente à desmotivação.

Tabela 2 - Matriz de correlação entre as variáveis da hipótese da pesquisa

	r	n_trab	n_saidas	$vrdevol$	$efic$	roa	rm	PIB
r	1,0000							
n_trab	-0,0028	1,0000						
n_saidas	-0,0119	0,9161***	1,0000					
$vrdevol$	-0,0818***	-0,0209	-0,0111	1,0000				
$efic$	0,0489*	-0,0645***	-0,0832***	0,0060	1,0000			
roa	0,0645**	0,0456*	0,0304	-0,0111	0,0860***	1,0000		
rm	0,4245***	-0,0261	-0,0443*	-0,0917***	0,0168	-0,0236	1,0000	
PIB	-0,0197	-0,0543	-0,0739***	0,0523**	0,0291	0,0527**	-0,2660***	1,0000

Nota. * = $p < 10\%$; ** = $p < 5\%$; *** = $p < 1\%$.

Ainda na Tabela 2, verifica-se que existe uma relação negativa entre a variável dependente r e a variável de interesse $vrdevol$. A magnitude dessa correlação foi significativa e negativa, ainda que baixa (-0,0818), e isso talvez permita antecipar que, no modelo estatístico, a relação entre desempenho e desmotivação será estatisticamente significativa e negativa, o que corrobora a hipótese desta pesquisa.

O retorno anual das ações das empresas (r) teve correlação significativa positiva com a eficiência da produção ($efic$), ainda que baixa (0,0489). Resultado semelhante foi obtido para o retorno operacional contábil (ROA), com relação significativa e positiva, ainda que fraca (0,0645), com a variável dependente r .

Por sua vez, o retorno de mercado (rm), uma das variáveis de controle, denotou uma relação de 0,4245 significativa e positiva com o retorno de ações das empresas (r), o que demonstra que, quando o mercado cresce, o retorno da empresa também cresce, pois os preços das ações das empresas se movimentam de acordo com o comportamento do mercado. Já rm e variável de interesse $vrdevol$ têm relação significativa e negativa, porém baixa (0,0917).

Destaque-se, ainda, que a correlação do PIB com o desempenho das empresas ($vrdevol$) foi significativa e positiva, ainda que baixa (0,0523), o que indica que, conforme o PIB aumenta, o desempenho da empresa também aumenta.

Não houve correlação significativa entre a variável de interesse $vrdevol$ e as demais variáveis de controle ($efic$ e ROA), o que não prejudica o modelo estatístico a ser mensurado.

4.3 Teste da hipótese geral

Para testar a hipótese geral, foram realizadas regressões em OLS (*Ordinary Least Squares*), com dados empilhados, e em painel, de efeitos fixos e de efeitos aleatórios. Verificou-se que os resultados se apresentaram consistentes em todos os tipos de regressão, mas, conforme o teste de Hausman, os dados serão apresentados com base na regressão por efeitos aleatórios, dado que a amostra é muito heterogênea e a variabilidade entre as empresas é maior que a variabilidade dentro das próprias empresas. Todas as regressões foram operacionalizadas por meio de erros-padrão robustos para a correção da heterocedasticidade, ou seja, para assegurar que a variância do termo de erro seja constante (Frost, 2019).

Tabela 3 - Resultados da regressão entre o retorno (desempenho) de mercado das empresas e a desmotivação dos funcionários

Especificação (variável independente)	OLS (<i>Pooled</i>)	Painel	
		Efeitos aleatórios	GLM
$vrdevol$	-0,040*** (0,013)	-0,040*** (0,013)	-0,041*** (0,013)
$efic$	0,150 (0,098)	0,150* (0,093)	0,103* (0,057)
ROA	0,212* (0,126)	0,212* (0,123)	0,212* (0,125)
rm	1,269*** (0,087)	1,269*** (0,088)	1,260*** (0,087)
PIB	2,443*** (0,618)	2,443*** (0,644)	2,318*** (0,612)
Cons	-0,025** (0,036)	-0,025 (0,033)	Omit
N.º observações	1.479	1.479	1.479
R2 ajustado	0,200	0,206	--
Erro-padrão robusto	Sim	Sim	Sim

Nota. * = $p < 10\%$; ** = $p < 5\%$; *** = $p < 1\%$. Erro-padrão robusto entre parênteses, sob o coeficiente do estimador.

Conforme se observa na Tabela 3, o coeficiente da variável de interesse ($vrdevol$), que aproxima a motivação dos empregados no sentido inverso (*desmotivação*), é negativo e estatisticamente significativo, com nível de confiança 99%, nos três modelos. Mantidas constantes as variáveis de controle, um acréscimo de 1% na desmotivação dos empregados produz, em média, uma redução de 0,04% no desempenho médio das empresas da amostra no mercado. Esse resultado se alinha com pesquisa recente de Li *et al.* (2022), em que os autores encontraram um coeficiente negativo de -0,029 no *turnover* de empregados numa regressão contra o ROA (retorno dos ativos) de um trimestre à frente como variável dependente, e de -0,0324 quando a variável dependente é o retorno anormal acumulado de mercado do trimestre seguinte. A Tabela 3 mostra que os resultados permanecem consistentes e indiferenciados para os três tipos de regressão analisados (dados empilhados (*pooled*), mínimos quadrados generalizados (GLM) e painel de efeitos aleatórios³).

3 Regressões não tabuladas mostram que os resultados são, também, essencialmente os mesmos para painel de efeitos fixos.

As quatro variáveis de controle também se apresentaram estatisticamente significativas, em diferentes graus, e na mesma direção do seu efeito teoricamente esperado no retorno de mercado da empresa. Os coeficientes do retorno do mercado (*rm*) e do PIB são ambos positivos e significativos a 1%, mostrando que, na média, o crescimento do mercado, capturado pelo índice Bovespa, produz crescimento na mesma direção do retorno das ações das empresas. Por seu turno, se o PIB cresce (ou diminui) também aumenta (ou reduz) o retorno de mercado (desempenho) das empresas. Quanto às duas variáveis de controle no nível da empresa, *Efic* e *ROA*, ambas foram marginalmente significantes e positivas, no nível de confiança de 90%. Esses resultados também se alinham aos da vasta literatura que usa o ROA e a margem bruta como controles em estudos com algum construto do mercado como variável dependente. Exemplo, para o ROA, é o estudo de Li *et al.* (2022), já citado; para a margem bruta (*proxy* da eficiência da produção), cita-se o estudo de Novy-Marx (2013).

Em síntese, os resultados da regressão, seja OLS, seja em painel, indicam fortes evidências de que existe uma relação inversa entre a motivação dos empregados, medida pelo índice de rotatividade (*turnover*), e o desempenho da empresa, medido pelo retorno de mercado. Contudo, a mensuração direta da motivação teria de ser feita por algum mecanismo de entrevista ou questionário aos empregados da empresa, para conhecer o seu grau de satisfação em relação ao trabalho. Como isto é operacionalmente difícil de ser realizado em uma grande amostra de empresas, optou-se por medir a desmotivação, essa, sim, possível de ser capturada pela rotatividade, conforme documentado na literatura. Os resultados mostraram que, quanto maior for a desmotivação, menor será o desempenho de mercado, e vice-versa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar, de forma empírica, a relação entre (des)motivação dos funcionários e desempenho de mercado das empresas. A hipótese testada foi a de que existe relação inversa entre o desempenho de mercado da empresa, medido pelo retorno das ações, e a desmotivação dos empregados. Nesse sentido, a principal contribuição do estudo para a academia e a literatura empírica decorre da mensuração do *turnover* dos empregados como *proxy* para a desmotivação, sendo testada sua relação inversa com o retorno de mercado das ações das empresas.

Pelos estudos de Judge, Thoresen, Bono e Patton (2001) e de Harter, Schmidt e Hayes (2002), sabe-se que a relação entre satisfação/motivação dos funcionários e desempenho organizacional é direta, mas, dada a dificuldade de se definir uma *proxy* confiável para mensurar a primeira variável, optou-se, nesta investigação, por se utilizar sua representação inversa — desmotivação —, já que, para essa variável, o índice de saída voluntária dos empregados da empresa pode ser considerado uma *proxy* razoável.

Os resultados evidenciam que a motivação tem impacto direto no desempenho organizacional, o qual reflete nos preços das ações das empresas. Em outras palavras, os resultados mostraram fortes evidências de que existe relação inversa entre a desmotivação dos empregados, medida pela rotatividade do trabalhador na empresa, e o desempenho de mercado das empresas da amostra, nos anos testados, o que revela que, quanto maior for a desmotivação, menor será o desempenho de mercado, e vice-versa. Os resultados desta pesquisa alinham-se aos de estudo recente de Li *et al.* (2022), em que os autores utilizaram uma grande amostra de mais de 80 mil observações trimestrais para testar a relação entre *turnover* de empregados e desempenho. Todavia, a presente pesquisa difere do estudo de Li *et al.* (2022) em pelo menos dois aspectos: (i) a variável de interesse, aqui, foi calculada como a variação anual relativa dos pedidos de demissão voluntária (ou seja, de quanto aumentou ou diminuiu percentualmente os pedidos de demissão em cada ano), ao passo que aqueles autores calcularam o *turnover* por indisponibilidade de dados separados, como a relação entre as demissões trimestrais (inclui demitidos pela empresa e demissões voluntárias) e o total dos empregados ativos de cada empresa; (ii) o desempenho, nesta pesquisa, considera o retorno acionário da empresa no mercado, o que garante robustez à especificação econométrica, na medida em que essa variável endógena é relacionada às variáveis exógenas de interesse e de controle; no estudo de Li *et al.* (2022), ao contrário, o desempenho é uma medida contábil (ROA), ressaltando-se que os autores usaram o ROA do trimestre seguinte e também regrediram, em testes adicionais, o *turnover* com variáveis de mercado.

Os resultados desta investigação, ainda, corroboram a proposta de Dalton, Krackhardt e Porter (1981), para quem o *turnover* pode ter aspectos positivos, por permitir a substituição de trabalhadores menos produtivos e aumentar o desempenho organizacional, além de reorganizar a estrutura da empresa. Ademais, o *turnover* permite aos indivíduos buscar um trabalho mais desafiante e com melhor remuneração.

Uma limitação desta pesquisa, a qual não compromete os resultados aqui encontrados, é o tamanho da amostra, de 1.480 observações empresas-ano, que pode ser considerado pequeno para estudos econométricos. Esse é um problema que reflete o tamanho limitado do mercado de capitais do Brasil. A amostra somente com os dados da RAIS era de quase 30 mil observações anuais, mas a mesclagem dessa base com as empresas de capital aberto negociadas na B3 causou a perda de quase 90% das observações iniciais.

Com o avançar do tempo e, conseqüentemente, o aumento no tamanho da amostra, será possível continuar com este estudo usando filtragens diversas que não comprometam o tamanho das subamostras, como por regiões do Brasil ou por áreas e ramos de atuação das empresas, para entender se a região ou a atuação da empresa interfere na relação entre motivação e desempenho de mercado. Além disso, a pesquisa abre espaço para que seja aprofundada, no que se refere à motivação, utilizando-se outras formas de mensurá-la, como coletas qualitativas por meio de questionário ou de entrevista.

REFERÊNCIAS

- Acikalin, S.; Rafet, A.; & Seyfetin, U. (2008). Relationships between stock markets and macroeconomic variables: an empirical analysis of the Istanbul Stock Exchange. *Investment Management and Financial Innovations*, 5(1), 8-16.
- Banz, R. W. (1981). The relationship between return and market value of common stocks. *Journal of Financial Economics*, 9(1), 3-18.
- Belo, F., Lin, X.; & Bazdresch, S. (2014) Labor hiring, investment, and stock return predictability in the cross section. *J. Political Econom.* 122(1),129-177.
- Bilbao, A.; Arenas, M.; Rodríguez, M. V.; & Antomil, J. (2007). On constructing optimal portfolios for single-index model. *European Journal of Operational Research*, 183(2), 827-847.
- Brammer, S.; Brooks, C.; & Pavelin, S. (2009). The stock performance of America's 100 best corporate citizens. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 49(3), 1065-1080.
- Dalton, D. R.; Krackhardt, D. M.; & Porter, L. W. (1981). Functional turnover: An empirical assessment. *Journal of Applied Psychology*, 66(6), 716-721.
- Edmans, A. (2011). Does the stock market fully value intangibles? Employee satisfaction and equity prices. *Journal of Financial Economics*, 101(3), 621-640.
- Faleye, O.; & Trahan, E. A. (2011). Labor-friendly corporate practices: Is what is good for employees good for shareholders? *Journal of Business Ethics*, 101(1), 1-27.
- Ferreira, L. C. M.; & Almeida, C. B. A. (2015). Rotatividade de funcionários e desempenho organizacional: um estudo no comércio brasileiro. *Brazilian Business Review*, 12(4), 28-61.
- Filbeck, G.; & Preece, D. (2003). Fortune's Best 100 Companies to Work for in America: do they work for shareholders? *Journal of Business Finance & Accounting*, 30(5), 771-797.
- Frost, J. (2019). Regression analysis: an intuitive guide for using and interpreting linear models. E-book, State College Pennsylvania, Statistics by Jim Publishing.
- Fulmer, I. S.; Gerhart, B.; & Scott, K. S. (2003). Are the 100 best better? An empirical investigation of the relationship between being a 'great place to work' and firm performance. *Personnel Psychology*, 56(4), 965-993.
- Gow, I.; Larcker, D. L.; & Reiss, P. C. (2016). Causal inference in accounting research. *Journal of Accounting Research*, 54(2), 477-523.
- Gutiérrez, E., Lourie, B., Nekrasov, A., & Shevlin, T. (2020) Are online job postings informative to investors? *Management Sci.*, 66(7), 3133-3141.
- Harter, J. K.; Schmidt, F. L.; Hayes, T. L. (2002). Business-unit level relationship between employee satisfaction, employee engagement, and business outcomes: A meta-analysis. *Journal of Applied Psychology*, 87(2), 268-279.
- Herzberg, F.; Mausner, B.; & Snyderman, B. B. (1959). A hypothesis related and expanded and motivation versus hygiene. In: *The Motivation to Work* (pp. 107-119). New York: John Wiley.
- Hopwood, A. G. (1974). *Accounting and Human Behaviour*. London: Accounting Age.
- Huang, T.-C.; Lawler, J.; & Lei, C.-Y. (2007). The effects of quality of work life on commitment and turnover intention. *Social Behavior and Personality*, 35(6), 735-750.
- Judge, T. A.; Thoresen, C. J.; Bono, J. E.; & Patton, G. K. (2001). The job satisfaction–job performance relationship: A qualitative and quantitative review. *Psychological Bulletin*, 127(3), 376-407.
- Kanfer, R. (1992). Work motivation: New directions in theory and research. In: Cooper, C. L; Robertson, I. T. (Eds.). *International Review of Industrial and Organizational Psychology* (v. 7, pp. 1-53). London: John Wiley & Sons.
- Kuypers, T.; Guenter, H.; & Emmerik, H. (2015). Team turnover and task conflict: A Longitudinal Study on the Moderating Effects of Collective Experience. *Journal of Management*, 20(10), 1-25.
- Lewis, P. V. (1983). *Managing Human Relations*. Boston: Kent Publishing Company.
- Li, Q.; Lourie, B.; Nekrasov, A.; & Shevlin, T. (2022). Employee turnover and firm performance: large-sample archival evidence. *Management Science*, Articles in Advance, 1-17.
- Lloyd, K. J.; Boer, D.; Keller, J. W.; & Voelpel, S. (2015). Is my boss really listening to me? The impact of perceived supervisor listening on emotional exhaustion, turnover intention and organizational citizenship behavior. *Journal of Business Ethics*, 130(3), 509-524.
- Mafini, C.; & Poole, D. R. I. (2013). The relationship between employee satisfaction and organisational performance: Evidence from a South African government department. *SA Journal of Industrial Psychology*, 39(1), 1-9.
- Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, 50(4), 370-396.
- Moodley, S.; Hove, G.; & Karidia, A. M. (2018). The factors affecting employee motivation and its impact on organisational performance at an engineering supplies company in Durban, KwaZulu-Natal. *Arabian Journal of Business and Management Review*, 7(4), 55-65.
- Nemashakwe, P.; & Shumba, V. (2015). Motivating Employees in a Poor Performing Company: A Case of Elvic (Private) Limited, Zimbabwe. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, 3(7), 737-751.
- Novy-Marx, R. (2013). The other side of value: the gross profitability premium. *Journal of Financial Economics*, 108(1), 1-28.

- O'Driscoll, M.; & Beehr, T. A. (2000). Moderating effects of perceived control and need for clarity on the relationship between role stressors and employee affective reactions. *The Journal of Social Psychology, 140*(2), 151-159.
- Parker, R. J.; Nouri, H.; & Hayes, A. F. (2011). Distributive justice, promotion instrumentality and turnover intentions in public accounting firms. *Behavioral Research in Accounting, 23*(2), 169-186.
- Pinheiro, J. P. (2019). *Mercado de Capitais*. São Paulo: Grupo GEN, 2019.
- Schneider, B.; Hanges, P. J.; Smith, D. B.; Salvaggio, A. N. (2003). Which comes first: Employee attitudes or organizational financial and market performance?. *Journal of Applied Psychology, 88*(5), 836-851.
- Sousa, M. I. P. (2017). Determinantes da rentabilidade das ações: um estudo das empresas cotadas na Euronext Lisbon.
- Turner, J. H. (1988). *A Theory of Social Interaction*. USA: Stanford University Press.
- Varma, C. (2017). Importance of employee motivation & job satisfaction for organizational performance. *International Journal of Social Science & Interdisciplinary Research, 6*(2), 10-20.
- Vroom, V. H. (1964). *Work and Motivation*. New York: Wiley.
- Zhong, L.; Wayne, S. J.; & Liden, R. C. (2016). Job engagement, perceived organizational support, high-performance human resource practices, and cultural value orientations: A cross level investigation. *Journal of Organizational Behavior, 37*, 823-844.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, PRÁTICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS DOS DOCENTES EM CONTABILIDADE

ASSESSMENT OF LEARNING, PRACTICES AND TEACHER EDUCATION: PERSPECTIVES OF TEACHERS IN ACCOUNTING

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos professores, de cursos de Ciências Contábeis de Universidades públicas do Nordeste brasileiro, acerca das práticas docentes na avaliação da aprendizagem. Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa de pesquisa, com resultados obtidos a partir de autorrelatos, construídos mediante um questionário estruturado, composto de perguntas abertas e adaptado do estudo de Lima, Vendramin e Tonin (2020). Tal perspectiva metodológica permitiu o levantamento de reflexões acerca da vivência, da autoavaliação da prática docente e do processo de formação e do crescimento do público investigado. Os questionários foram enviados, via *e-mail*, por meio de um formulário do *Google Forms*, para 90 docentes de universidades públicas do Nordeste, dos cursos de Ciências Contábeis, com retorno de 21 profissionais. Os resultados deste estudo apontam que as experiências com disciplinas, nos cursos de pós-graduação, foram relevantes para a formação da identidade dos docentes. Além disso, observou-se o uso de diversos métodos de aprendizagem, avaliação e de recursos tecnológicos, o que promoveu uma formação socioconstrutivista. Os achados desta pesquisa contribuem para a reflexão, por parte dos docentes, sobre as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula e as diversas formas de avaliação da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação de Aprendizagem. Práticas Docentes. Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

This study aims to analyze the perception of teachers in Accounting programs at Public Universities in Northeast Brazil regarding teaching practices in learning assessment. To this end, a qualitative research approach was adopted, with the analysis of self-reports constructed through a structured questionnaire composed of open-ended questions, adapted from the study by Lima, Vendramin, and Tonin (2020). This methodological perspective allowed for reflections on the experience, self-assessment of teaching practices, and the process of training and growth of the analyzed audience. The questionnaires were produced in *Google Forms* and sent via *email* to 90 (ninety) teachers of Accounting programs at Public Universities in Northeast Brazil, with a response rate of 21 (twenty-one) professionals. The results of this study indicate that experiences with disciplines in graduate programs were relevant to the formation of the teachers' identity. Additionally, the use of diverse learning methods, assessment methods, and technological resources was observed, which promoted socio-constructivist training. The findings of this research contribute to the reflection by instructors on the pedagogical practices used in the classroom and the various forms of learning assessment.

Keywords: Learning Assessment. Teaching Practices. Teaching and Learning.

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Auditoria e Perícia Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduada em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente do curso de Ciências Contábeis na faculdade Católica do rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: keliane.melo.14@gmail.com. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-9029-7685>. Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/9831937191019526>

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Auditoria e Perícia Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduada em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente do curso de Ciências Contábeis na faculdade Católica do rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: sabrinauern@gmail.com. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-1925-0021>. Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/2581514944166547>

Levy Ruanderson Ferreira da Silva

Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (FACEX). Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Facex (UNIFACEX). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de pesquisa por meio do convênio entre a FAPERN e Escola de Governo do Rio Grande do Norte. Email: levy.ruanderson@gmail.com. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-8891-9270>. Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/562095555909243>

Aneide Oliveira Araujo

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Especialização em Consultoria Industrial pelo Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE). Graduação em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora Titular Aposentada do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, docente do curso de graduação e Pós-graduação (mestrado). Email: aneide.ufrn@gmail.com. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-7106-3290>. Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/4460316018073490>

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas que versam sobre o docente e sua repersonificação quanto aos saberes no desempenho da sua função vêm ganhando espaço desde a década de 1980, intensificando a identidade profissional do professor, intitulada identidade docente (Diniz-Pereira, 2014). Essa identidade, por sua vez, pode ser compreendida como necessária para a prática docente, pois revela o compromisso que o professor possui quanto à sua função social, elencada com a autonomia e comprometimento do docente (Iza, Benites, Sanches Neto, Cyrino, Ananias, Arnosti & Souza Neto, 2014).

Na contabilidade, Silva (2018) discute que, para ser docente, não basta apenas dispor de competências técnicas; faz-se necessária, ainda, a compreensão das teorias de aprendizagem e seus métodos, aplicáveis às diferentes maneiras de avaliar o conhecimento, e as diversas metodologias de ensino, aspectos esses primordiais aos professores de contabilidade. Aprofundando sobre a avaliação do conhecimento discente, Luckesi (2013) enfatiza que a utilização apenas de exames de cunho somativo possui características de seletividade e classificação, já a prática de avaliar é determinada pela inclusão e diagnóstico de aprendizagem.

O processo avaliativo sempre foi uma ferramenta importante utilizada pelos professores para compreender a construção do conhecimento do discente; no entanto, a avaliação ainda tem sido pouco explorada no que diz respeito a como os professores aprenderam e como eles aplicam essa visão fundamentada da aprendizagem (Mulliner & Tucker, 2017). A avaliação da aprendizagem dos alunos é determinada pela junção de diversas ações dos professores, objetivando fomentar a avaliação formativa de aprendizagem, com atividades adequadas para alcançar esse objetivo e com avaliações somativas, para certificá-la (Carless, 2015).

Dessa forma, observa-se que as avaliações podem ser utilizadas para verificar o nível de aprendizagem e o modo como esse conhecimento é utilizado para construir novos saberes, além de perceber se houve assimilação do que foi inicialmente proposto (Baird, Andrich, Hopfenbeck, & Stobart, 2017). As avaliações evidenciam desempenhos observados pelos docentes, embora o anseio seja de que os alunos possam utilizar-se desse conhecimento para gerar novas competências (Baird *et al.*, 2017).

Assim, percebe-se que o processo de avaliação da aprendizagem vai além da simples aplicação de exames para verificar se o aluno está apto a seguir aos assuntos posteriores. Avaliar, com efeito, consiste em um processo gradativo de acompanhamento, a partir de práticas pedagógicas, observando as particularidades de cada discente. Isso porque apenas atribuir uma nota pode significar o engessamento do ensino, considerando que somente essa prática não mensura, com exatidão, o conhecimento e as competências adquiridas no processo de aprendizagem.

O avaliar é um processo gradativo, custoso, compreensível e reflexivo. Esses aspectos fazem com que os docentes busquem destinar tempo para o aluno, considerando as suas particularidades e as suas formas de aprender, o que pode implicar, ainda, na utilização de ferramentas avaliativas adequadas, que favoreçam a construção do ensino e da aprendizagem (Spinardi & Both, 2018). Desse modo, urge que, na literatura, seja desenvolvido um debate mais aprofundado sobre como os docentes de contabilidade têm evoluído no que diz respeito às práticas avaliativas.

Diante do exposto, o presente estudo busca compreender como a avaliação da aprendizagem tem sido utilizada pelos docentes para favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção dos docentes de Ciências Contábeis de IES públicas acerca de suas próprias práticas docentes na avaliação da aprendizagem?** Com isso, visa-se, como objetivo, analisar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis, de Universidades públicas do Nordeste brasileiro, acerca das práticas pedagógicas na avaliação da aprendizagem.

Quanto às contribuições, mencionam-se, pelo menos, duas: a primeira diz respeito à reflexão que o presente estudo trará aos docentes de contabilidade sobre as práticas pedagógicas utilizadas na construção do saber, permitindo discussões acerca de como o processo de mudança e sensibilização é necessário para o corpo docente, de forma que ocorra uma busca por metodologias que propiciem a avaliação formativa; e a segunda relaciona-se às políticas governamentais que podem ser adotadas pelos órgãos competentes para potencializar o uso de diversas formas de avaliação, destacando como poderiam ser adaptadas em diferentes contextos para alcançar melhores resultados de aprendizagem.

O presente estudo justifica-se por estimular discussões sobre a preferência dos métodos avaliativos utilizados entre os docentes, de modo que a ação de avaliar proporcione melhorias no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, busca-se promover uma reflexão nos professores quanto à necessidade de conhecer e/ou reciclar as práticas avaliativas empregadas com os seus alunos, de forma que se adaptem às diversas circunstâncias em sala de aula.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Processo de ensino e avaliação da aprendizagem

Entre as diversas atribuições do professor no contexto educacional, destaca-se o processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes (Lima *et al.*, 2020), que decorre da necessidade de estabelecimento de critérios, os quais visem, prioritariamente, a construção do conhecimento, para atribuir valor ou qualificar a ação educativa (Maffezzoli & Pereira, 2020). Logo, o processo educativo, ao longo da vida do ser humano, emerge da necessidade de avaliação, prin-

principalmente porque, através desses procedimentos e técnicas, que medem o desempenho, o docente compreenderá as lacunas cognitivas que poderão ser superadas pelos estudantes.

O processo de avaliação possibilita ao professor realizar um diagnóstico sobre o aprendizado do aluno (Heinz, Quintana & Cruz, 2019). Esse argumento foi confirmado na pesquisa de Melo, Tonin e Facci (2021), a qual reforça que o ato de avaliar tem por objetivo construir bases sólidas de conhecimento, a fim de produzir resultados a partir das experiências educativas dos estudantes. Dessa forma, sob a perspectiva do cognitivismo, os procedimentos e técnicas utilizados devem abarcar as vivências e experiências dos alunos, valorizando-os como participantes ativos na edificação de construtos mentais para realização do conhecimento.

No entanto, o processo avaliativo, no ensino superior, revela-se uma atividade normativa e complexa na sociedade moderna (Foucault, 2007). Segundo Lima *et al.* (2020), o docente deve realizar ajustes no processo avaliativo, de modo a evitar o caráter excluyente/autoritário e a limitação aos conceitos preestabelecidos de aprovação ou reprovação, adotando, então, a “pedagogia da excelência”, a qual permite interpretar conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas pelos alunos. Além disso, o processo de avaliação da aprendizagem deve refletir o posicionamento didático-pedagógico, as intencionalidades e as habilidades dos atores envolvidos, como também ser estabelecido com planejamento e, por fim, considerar as particularidades entre os discentes (Oliveira & Santos, 2005; Chuieire, 2008; Petrucci & Batiston, 2006).

Assim, faz-se necessário que o processo de avaliação da aprendizagem baseie-se em competências que tenham como foco o aluno (Heinz, Quintana & Cruz, 2019). Dessa forma, as diferenças intelectuais devem ser observadas nos diferentes contextos e tipos de avaliações da aprendizagem, estabelecendo modelos que permitam a definição de objetivos educacionais coesos à realidade dos indivíduos.

2.2 Abordagens dos diferentes tipos de avaliação da aprendizagem

É relevante destacar que, na literatura, existe uma carência a respeito de discussões sobre a avaliação da aprendizagem no ensino superior, de maneira que, genericamente, o processo de avaliação é tratado como uma obrigação burocrática imposta pelas instituições de ensino, não evidenciando, assim, a sua importância. Dito isso, independente da metodologia utilizada em sala de aula, não é adequado aplicar ou dar maior relevância à apenas um método avaliativo, porque, se um professor(a) escolher trabalhar dessa forma, o resultado pode não ser fidedigno, uma vez que se limitará a um período restrito, usando somente uma abordagem para verificação do conhecimento do discente (Maffezzolli & Pereira, 2020).

Nesse sentido, dentre os tipos de avaliação da aprendizagem mais comuns no ensino da contabilidade, destacam-se a avaliação diagnóstica, cumulativa, somativa e formativa. A avaliação diagnóstica pode ser compreendida como uma atividade avaliativa geralmente realizada antes ou no início do processo de aprendizagem, cujo objetivo é conseguir informações sobre o conhecimento, habilidades e capacitação dos discentes, de modo que os docentes conheçam as particularidades de cada aluno e, posteriormente, possam estruturar o processo de ensino e aprendizagem a partir da conjuntura constatada (Alexandre, 2019; Piccoli & Biavatti, 2017).

A avaliação somativa traduz-se em testes, que procuram identificar quais competências esperadas foram atingidas pelos discentes mediante uma lista de determinações relacionadas ao desempenho. Tais testes, por sua vez, devem ser elaborados pelo docente no início do processo de ensino e aprendizagem, logo após a realização da avaliação diagnóstica, nos casos em que ela for aplicada. A avaliação somativa, nesse sentido, tem como propósito evidenciar o aprendizado do estudante, constatando o nível de absorção do conteúdo a partir de competências pré-estabelecidas; isto é, trata-se de uma avaliação conclusiva, que soma todos os elementos apresentados (Leonardi *et al.*, 2017; Piccoli & Biavatti, 2017).

A avaliação cumulativa verifica a permanência e retenção do conhecimento assimilado em sala de aula, de modo que as orientações se tornem contínuas e que os docentes acompanhem diariamente a evolução do aluno quanto à temática ou assunto abordado em sala de aula. A conexão estabelecida entre o professor e o aluno, por meio da avaliação contínua e cumulativa, nesse sentido, pode resultar em melhores resultados no que concerne ao aprendizado e ao desempenho do aluno (Cazzanelli *et al.*, 2020).

A avaliação formativa, por seu turno, pode ser entendida como o monitoramento progressivo do aluno, auxiliando-o no aprimoramento de suas habilidades cognitivas, à medida que são fornecidas informações sobre o seu progresso (Silva *et al.*, 2020). A inserção de jogos na metodologia utilizada em sala de aula, por exemplo, está associada à avaliação formativa, pelos seguintes aspectos: (i) existir *feedback* instantâneo; (ii) reconhecer o erro como impulsor da aprendizagem, por intermédio de novos feitos; e (iii) manusear diversos meios para alcançar o mesmo propósito (Gonçalves, Freitas, & Gonçalves, 2021).

Quando se trata da avaliação da aprendizagem, é necessário acompanhar todo o processo de ensino, início, desenvolvimento e fim, sendo importante, nesse percurso, oferecer *feedbacks* aos aprendizes, para que estes se tornem agentes de avaliação (Bailey & Garner, 2010). Com isso, tem-se, como instrumentos de avaliação formativa, a autoavaliação e avaliação por pares.

A autoavaliação consiste na exteriorização, pelos discentes e docentes, por meio de *feedbacks*, de seus saberes e sentimentos sobre as atividades e matérias apresentadas. De maneira geral, ela atravessa todas as etapas avaliativas; nela, o aluno manifesta suas dificuldades, obstáculos e superações e, no fim do processo, o professor, ou o próprio discente, concede a si mesmo um conceito ou uma nota (Cazzanelli *et al.*, 2020).

A avaliação por pares, ou *Peer Assessment*, é uma estratégia de avaliação formativa e alternativa. Nela, o aluno exerce tanto a figura de avaliador, uma vez que avalia o desempenho dos seus colegas, quanto de avaliado, pois eles também o avaliam, o que faz com que ambos sejam envolvidos no processo de avaliação da aprendizagem. Na *Peer Assessment*, portanto, os discentes figuram dois papéis antagônicos: primeiro, o de par-avaliado, aquele que realiza a atividade e a submete à avaliação pelos demais colegas; e, segundo, o par-avaliador, que corrige e avalia o trabalho submetido, podendo os critérios da avaliação serem previamente definidos pelo docente da disciplina (Hypolito, Rosa & Luccas, 2020).

Para Souza (2012), o desenvolvimento das práticas avaliativas de ensino tem apresentado limitações no que se refere à interligação e sustentação da verdadeira oportunidade de educação, pois desconsidera os aspectos sociopolíticos e econômicos que afetam o processo de ensino e aprendizagem na graduação. No decorrer das décadas, as pesquisas com enfoque na educação buscaram discutir a compreensão das técnicas de avaliação de aprendizagem, a fim de auxiliar no desenvolvimento de profissionais capacitados e contribuir para a igualdade social.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs colabora para a aprendizagem, visto que a globalização está cada vez mais atualizada e se desenvolvendo. O ensino e a aprendizagem com inserção das TICs amplia as possibilidades de informações e contribui para o processo de aprendizagem independente das habilidades e condições de instrumento de avaliação de aprendizagem (Afonso *et al.*, 2013).

Um dos instrumentos utilizados pelos docentes para determinar a consolidação do aprendizado é a avaliação, que considera os resultados desse procedimento para medir o desempenho do aluno sobre o seu aprendizado. Dessa forma, cabe destacar que os critérios da avaliação perpassam pelo objetivo que se pretende alcançar, isto é, a aprendizagem do educando. Alguns atributos, todavia, precisam ser considerados para se obter sucesso nesse processo, como o estabelecimento prévio, pelo docente, dos critérios que serão utilizados na verificação do conhecimento do discente (Barrio *et al.*, 2015).

Nesse sentido, é necessário ressaltar a importância de definir, no planejamento pedagógico, os critérios e metodologias que serão utilizados durante o percurso avaliativo. Assim, realizar um acompanhamento do alcance dos objetivos e da forma como eles são alcançados colabora para o processo de ensino e aprendizagem, visto que esses objetivos norteiam a prática do docente (Depresbiteris, 2007).

Lopes e Carvalho (2017) observam que os instrumentos avaliativos de ensino vão além de provas escritas e que, por isso, podem apresentar-se de diversas formas, desde avaliações escritas, objetivas ou subjetivas, questionários até exames orais, seminários etc. Os professores podem, ainda, inovar, por meio da observação participativa e prática, de trabalhos em grupo, de trabalhos em dupla, entre outros. Souza (2020) diz que, em meio à inovação tecnológica e mental, outros instrumentos e formas de avaliação da aprendizagem surgem periodicamente no campo escolar e universitário e que, desse modo, é fundamental que, em conjunto, Estado e IES formem os docentes para atuarem com essas novas técnicas, a fim de que o instrumento de avaliação seja utilizado corretamente no momento de verificar o conhecimento do educando.

Assim sendo, a avaliação é entendida como um processo que envolve informações únicas em relação aos conhecimentos desenvolvidos pelo discente. É justamente na busca pelo aprimorando dessas formas de avaliar o desempenho do aluno que a avaliação da aprendizagem iniciou a análise de aspectos mais amplos, sendo eles: currículos, atividades, escolas, políticas adotadas pelos sistemas de ensino, de modo a entender as necessidades individuais de cada discente, a fim de definir o emprego correto do ensino, com uma avaliação mais inclusiva no processo da aprendizagem (Souza, 2020).

2.3 Estudos recentes relacionados à temática da avaliação de aprendizagem

Neste tópico, destaca-se os estudos anteriores relacionados ao tema da presente pesquisa. Desse modo, parte-se do pressuposto de que os instrumentos de avaliação da aprendizagem são relevantes tanto para os alunos da educação básica quanto para os do ensino superior. Percebe-se, de forma geral, que os estudos sobre a temática têm se debruçado, principalmente, sobre o fato de esses instrumentos e técnicas se manterem atualizados para uma melhor aplicação ao corpo discente. Dessa forma, busca-se analisar as investigações precedentes para revelar os riscos e as expectativas sobre tal assunto.

No processo de avaliação e aprendizagem, faz-se necessário destacar que a diversificação das formas de avaliar pode potencializar a capacidade do docente, de ensinar, e do aluno, de construir o conhecimento. Consoante a isso, Souza (2012) teve como objetivo analisar as repercussões da trajetória prática da avaliação da aprendizagem no ensino superior. Para isso, o autor fez uso da metodologia de revisão da literatura, a fim de discutir o histórico da avaliação no âmbito do ensino superior. Em suma, os resultados evidenciados por ele apontaram para a predominância de docentes que aplicam avaliações tradicionais. Esse achado reforça que os professores ainda seguem a linha clássica de avaliação dos discentes.

Destaca-se, também, a existência de fatores que contribuem para a formação do conhecimento durante o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, conforme Barrio *et al.* (2015), cujo objetivo foi verificar os fatores que participam do processo de ensino-aprendizagem por meio da avaliação. Tais fatores foram: a capacidade do aluno, o valor do aluno avaliar a disciplina e a valorização do tipo de avaliação e do professor, com a finalidade de compreender como essas ações influenciam no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, foram aplicados testes parciais, sem notas mínimas, ao longo do semestre, os quais equivaliam a quatro pontos ao final da atividade. Cada teste possuía um conteúdo diferente, para que houvesse estímulo nos alunos. A coleta de dados se resumiu à pontuação dos alunos e à ficha técnica com informações respondidas por eles.

Evidenciou-se, ainda, que a avaliação global dos alunos em relação à matéria foi de 3,9 em 5. A média sobre a valorização dos discentes foi de 3,8 em 5, enquanto a média das atividades de ensino foi de 4,54 em 5. As discussões, a partir dos achados, mostram que a avaliação contínua e duradoura auxilia no desempenho acadêmico no fim do semestre, consolidando a superação do discente quanto aos conteúdos das disciplinas básicas e o motivando a continuar na busca pela aprimoração do conhecimento já construído.

Discutindo uma temática relacionada com a desta pesquisa, Lopes e Carvalho (2017) buscaram conceituar e compreender a finalidade da avaliação da aprendizagem, sua função educacional e o porquê de muitos docentes ainda “percarem” no que diz respeito ao assunto. O estudo dos teóricos é de cunho bibliográfico. Assim, em um primeiro momento, os autores discutem a necessidade de o homem avaliar ações e, em um segundo momento, utilizam a obra de Hamilton Werneck “Prova, provão, camisa de força da educação (1995)”. Por fim, os pesquisadores concluem que a avaliação da aprendizagem não está em punir o aluno, e sim em utilizá-la como ferramenta para diagnosticar o conhecimento e dificuldades dos discentes.

Com a diversificação das metodologias avaliativas, os docentes compreenderam a responsabilidade de incorporar, em suas práticas, novas formas de ensino e de aprendizado, culminando em um processo democrático que entende as particularidades dos discentes. Sobre isso, a investigação de Badia e Chumpitaz-Campos (2018) buscou compreender se os docentes universitários adotavam novas vozes pedagógicas em suas práticas de avaliação da aprendizagem através de um processo de formação de professores. A pesquisa utilizou, como metodologia, as abordagens qualitativa e quantitativa, por meio da aplicação de um questionário com os 32 professores. O principal achado do estudo do autor foi o de que os professores entendem que seu discurso educacional sobre a avaliação da aprendizagem tem aumentado na avaliação das práticas de aprendizagem.

Destacando, ainda, a pesquisa de Badia & Chumpitaz-Campos (2018), três grupos de professores foram identificados em duas práticas de avaliação de aprendizagem: professores com prevalência da avaliação para aprendizagem de voz conceitual; professores com ligeira prevalência de avaliação para aprendizagem de voz prática; e professores com forte prevalência de avaliação para aprendizagem com voz (essas vozes são o perfil que o professor adota ao longo da construção de sua carreira). Os pesquisadores constataram que, no ensino superior, o instrumento e técnica de aprendizagem se dá por meio da avaliação somativa, a qual consiste em testar os resultados de aprendizagem de cada discente ao longo da graduação e ao final desta, incluindo-se, também, a avaliação formativa.

Considerando-se, também, a formação de novos docentes em contabilidade, percebe-se, a partir dos argumentos de Nganga *et al.* (2016), que a ampliação do acesso ao ensino superior, nos últimos anos, os processos de diversidade e inclusão dos alunos, os avanços tecnológicos e a globalização do conhecimento impõe uma nova postura de ensino e aprendizagem aos docentes. O estudo enfatiza que o professor deve adquirir novas competências e experiências para organizar situações de aprendizagem, focando, principalmente, em um desenvolvimento pedagógico, crítico, analítico, comunicativo, trabalho em equipe e criativo. Tais aspectos podem estar associados a novas formas de avaliação.

Essa discussão sobre os novos modos de avaliação na formação docente, por sua vez, é motivo de debate do estudo de Rodrigues (2019), que discute sobre o processo avaliativo alinhado à aplicação de metodologias ativas e de relatórios de prática supervisionada. Tal modelo avaliativo, predominantemente ativo, caracteriza-se por organizar a formação com base nos interesses dos discentes e se centrar nas competências, gestão flexível dos conteúdos, compartilhamento de novas ideias e avaliação compartilhada. Essa perspectiva socioconstrutivista desenvolve, no aluno, a autonomia acadêmica e profissional, sendo o professor uma figura primordial nesse processo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se como descritiva, uma vez que busca descrever o comportamento de uma determinada população e sua relação com o meio, além de observar, registrar, verificar, correlacionar os fatos e investigar situações. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, que visa, por meio das evidências, trazer mais robustez à pesquisa, aprofundando-se no fenômeno estudado (Flick, 2009; Silva & Menezes, 2005; Yin, 2015). Classifica-se, ainda, como qualitativa quanto à abordagem do problema, já que busca uma melhor compreensão dos dados investigados, objetivando uma maior profundidade em sua análise (Cardano, 2017; Dalfovo, Lana & Silveira, 2008; Godoy, 1995).

Como instrumento de coleta de dados, a partir de uma adaptação do estudo de Lima *et al.* (2020), utilizou-se um questionário estruturado, com perguntas abertas – a fim de torná-las mais claras e precisas, que auxiliou os respondentes na elaboração de um “autorrelato” sobre a suas experiências docentes no que diz respeito à avaliação da aprendizagem. Ressalta-se que uma questão, por não estar no escopo desta investigação, foi excluída. O questionário já havia sido validado, por isso, optou-se por seguir com o envio aos docentes. O instrumento de coleta foi encaminhado, via *e-mail*, por meio de um *link* para um formulário do *Google Forms*, a uma média de 90 docentes do curso de Ciências Contábeis de universidades públicas do Nordeste. Reforça-se que os *e-mails* foram coletados dos *websites* oficiais das instituições de ensino.

No anexo do questionário, os pesquisadores preocuparam-se, ainda, em incluir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando o anonimato e a liberdade dos docentes em suas respostas por meio da preservação de suas identidades. Os *e-mails* foram enviados no período de 26 de março de 2022 a 31 de maio de 2022, obtendo-se o retorno de 21 respondentes. Destaca-se, também, que fora realizado o protocolo para estudo de caso, com a finalidade de atender ao rigor metodológico e aos critérios de qualidade da pesquisa qualitativa (Flick, 2009).

Como posto, diante das estratégias de pesquisa, optou-se por aplicar o autorrelato, utilizado com a finalidade de captar, no formato escrito/verbalizado, as experiências docentes dos respondentes desta pesquisa quanto aos construtos do ensino e da aprendizagem durante esse processo. Para Moreira e Monteiro (2010), por meio disso, é possível identificar as origens das crenças do ‘ser professor e do tornar-se professor’, permitindo o levantamento de reflexões acerca de suas vivências, da autoavaliação de sua prática docente e de seu processo de formação e crescimento.

No autorrelato, constavam nove perguntas, elaboradas com foco nas seguintes dimensões investigadas: Formação e identidade docente, prática docente e avaliação da aprendizagem, conforme evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estrutura dos relatos

Dimensão analisada	Questões norteadoras
Formação e Identidade Docente	1. Como se deu seu processo de formação acadêmica? Fale como se sucedeu. 2. Como você enxerga a docência? Qual a relevância da mesma? 3. Em algum momento você teve alguma formação para a docência? Se sim, conte um pouco sobre.
Prática docente	4. Poderia descrever como ocorrem suas aulas? Quais metodologias utilizadas? 5. Você utiliza algum recurso tecnológico para interagir com os alunos em aula, como, por exemplo, uso de aplicativos no celular ou outros? Se sim, poderia falar um pouco sobre isso.
Avaliação da Aprendizagem	6. Como você avalia a aprendizagem dos alunos? Se puder, fale com detalhe sobre atividades, provas, etc. E, caso utilize algum recurso tecnológico, pedimos que fale sobre o seu uso. Considera essas formas de avaliações adequadas? Por quê? 7. Após as avaliações, você dá algum tipo de feedback aos alunos? De que forma? 8. Como você utiliza as informações obtidas pelas avaliações aplicadas e pelas notas atribuídas?

Fonte: Adaptado de Lima *et al.* (2020).

Para se estabelecer o tamanho final da amostra, utilizou-se da técnica de saturação teórica. Nessa técnica, o número final da amostra é definido após suspensão na inclusão de novos participantes, a partir do momento no qual os dados obtidos apresentam repetição, ou seja, não possuindo a necessidade de prosseguir com a coleta (Minayo, 2017).

A saturação teórica de ambas as categorias foi considerada alcançada no relato de experiência de número 16, ou seja, a partir desse ponto, nenhuma nova informação foi identificada e considerada relevante para a teorização. Após essa constatação, novos relatos foram coletados, para a necessária confirmação. Optou-se por utilizar mais cinco autorrelatos, objetivando possuir uma maior margem de segurança em relação à saturação. Com o intuito de manter o anonimato dos respondentes, eles foram nomeados com uma numeração que vai de 1 a 21.

Como técnica de tratamento dos dados, realizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2010), observando os códigos e categorias presentes nas transcrições, com utilização do *software* ATLAS.ti 9®, iniciando-se pela pré-análise e exploração do material por intermédio da codificação e categorização e passando, posteriormente, para o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

4 RESULTADOS

4.1 Perfil da amostra

A Tabela 2 apresenta a caracterização dos participantes da pesquisa. Para manter o anonimato dos respondentes, foi atribuída uma ordem numérica, conforme esclarecido na metodologia. De acordo com os resultados, a maioria dos participantes da pesquisa são docentes de universidades federais, identificados com gênero masculino, idade superior a 40 anos, com doutorado na área temática do estudo e com mais de 10 anos de experiência docente.

Tabela 2 - Caracterização dos Participantes

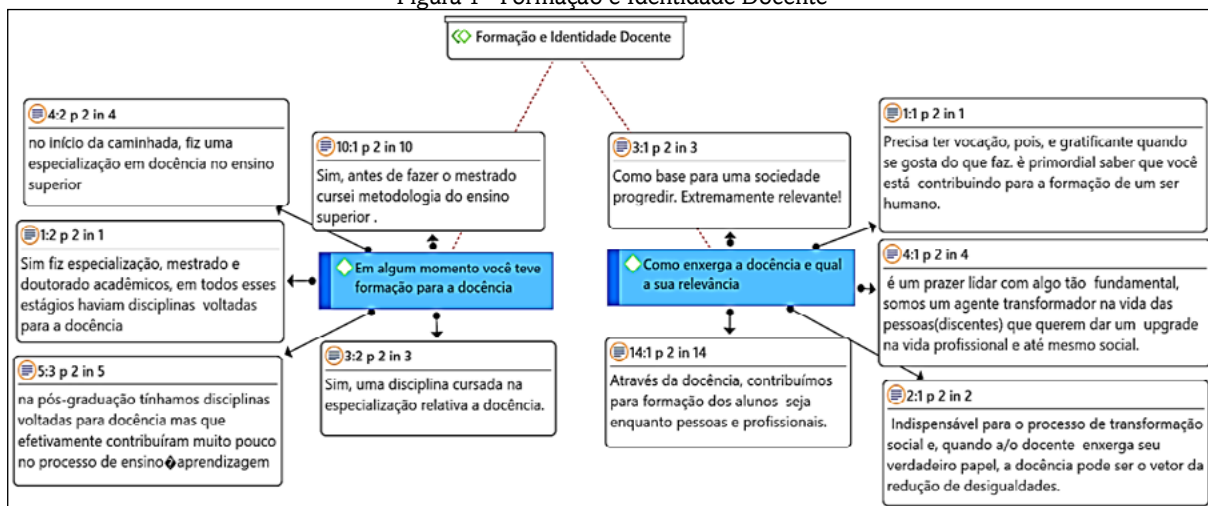
Entrevistado	Instituição de Ensino	Estado	Gênero	Idade	Grua de formação	Experiência Docente
Professor 01	Estadual	RN	Masculino	Mais de 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 02	Federal	BA	Masculino	36 e 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 03	Federal	PE	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 04	Federal	CE	Masculino	36 e 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 05	Federal	RN	Masculino	Mais de 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 06	Federal	BA	Masculino	Mais de 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 07	Estadual	RN	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 08	Federal	RN	Masculino	Entre 25 e 30	Especialização	1 a 3 anos
Professor 09	Federal	PE	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 10	Federal	BA	Feminino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 11	Federal	PE	Feminino	Mais de 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 13	Federal	PE	Masculino	Mais de 40	Pós-Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 14	Estadual	RN	Feminino	Entre 36 e 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 16	Estadual	RN	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 18	Federal	MA	Masculino	Mais de 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 19	Estadual	RN	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 20	Federal	MA	Masculino	Mais de 40	Especialização	Mais de 10 anos
Professor 21	Federal	BA	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 22	Federal	BA	Masculino	Mais de 40	Mestrado	Mais de 10 anos
Professor 23	Federal	MA	Feminino	Mais de 40	Doutorado	Mais de 10 anos
Professor 24	Estadual	RN	Feminino	Entre 25 e 30	Especialização	1 a 3 anos

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

4.2 Formação e Identidade Docente

Partindo-se do pressuposto de que existe a necessidade de formação e de construção de uma identidade docente, tem-se a Figura 1, que evidencia os achados deste estudo quanto à formação de identidade dos participantes, destacando o processo de qualificação trilhado para a sua concretização e as diferentes percepções no que tange à relevância da formação profissional.

Figura 1 - Formação e Identidade Docente



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Conforme os relatos dos participantes, observa-se que os docentes obtiveram experiências, nos cursos de pós-graduação, que contribuíram significativamente para sua formação, ressaltando a relevância das disciplinas específicas de metodologia de ensino no contexto universitário. Esse resultado ressalta os esforços dos programas de pós-graduação brasileiros em contabilidade de promoverem a capacitação docente, conforme demonstrado por Lima & Bertolin (2022), ao apontarem que, dos 22 programas ativos identificados na amostra da pesquisa desenvolvida por eles, apenas quatro não ofereciam nenhuma disciplina de formação pedagógica.

Destaca-se, ainda, a importância da preparação prévia do estudante para a vida docente, atentando para a contribuição desses profissionais no mercado (Nganga *et al.*, 2016). Nesse sentido, os resultados desta pesquisa evidenciam que a docência é percebida pelos respondentes como indispensável para o progresso social. Além disso, os participantes também enfatizam a relevância do professor para a formação profissional e pessoal dos alunos. Ou seja, os docentes sinalizam que se faz necessário ter vocação para seguir com essa carreira, pois o educador atua como um agente transformador na vida dos discentes. Assim, Diniz-Pereira (2014) e Iza *et al.* (2014) complementam a relevância do foco no professor, que busca a identificação docente com a profissão, compreendendo que a prática pedagógica requer o compromisso do professor quanto à sua função social.

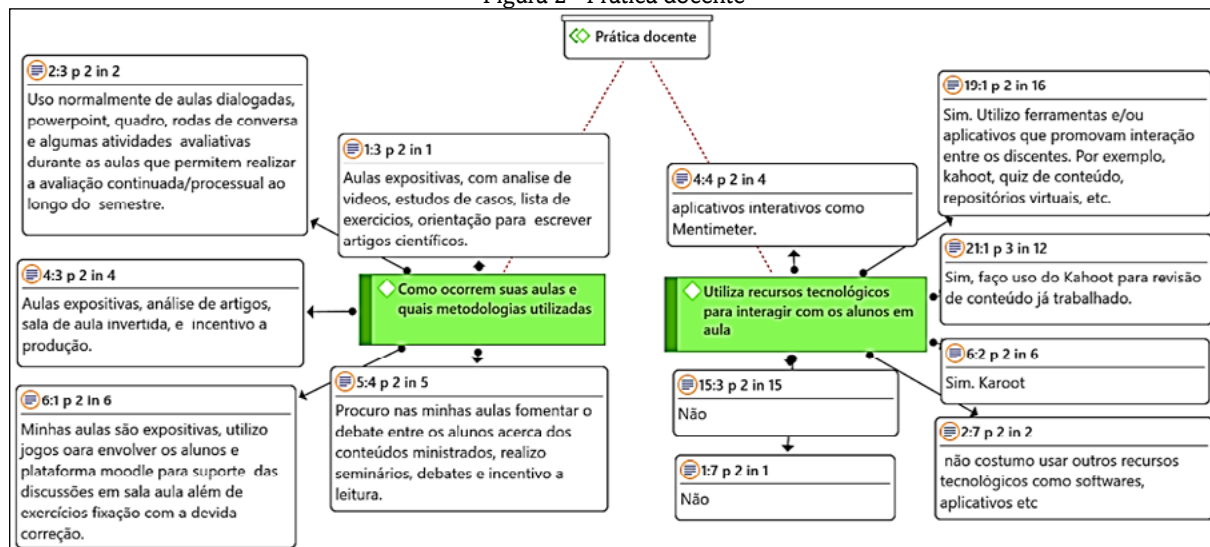
Com base nisso, Silva (2018) ressalta que, para ser docente em contabilidade, não basta apenas dispor de competências técnicas, faz-se necessário ainda a compreensão das teorias da aprendizagem, os métodos e as diversas formas de avaliar o conhecimento. Ademais, o autor salienta que o professor deve buscar a educação continuada, pois, para avaliar o processo de ensino e aprendizagem, é preciso acompanhar o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Na próxima seção, demonstram-se os achados empíricos obtidos, quanto à prática docente dos participantes, sobre como ocorrem as aulas e metodologias e recursos tecnológicos utilizados.

4.3 Prática Docente e Métodos

Com o intuito de compreender como é a prática docente dos respondentes, tem-se os apontamentos apresentados na Figura 2 a respeito das metodologias utilizadas em sala de aula.

Figura 2 - Prática docente



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Conforme exposto na Figura 2, as metodologias utilizadas variam entre aulas dialogadas, rodas de conversas, debates, atividades avaliativas de forma contínua, jogos, estudos de casos, aplicações de ensino, exercícios e correções das atividades. No entanto, observa-se a predominância das aulas tradicionais expositivas, com o uso de apresentações, quadro e pincel. Esse resultado diverge da pesquisa realizada por Rodrigues (2019), que enfatiza o uso da formação ativa pelos novos professores, caracterizada pela organização a partir dos interesses do aluno, centralização nas competências identificadas, gestão flexível do conteúdo, tempo e espaço de aprendizagem, planificação e avaliação compartilhada.

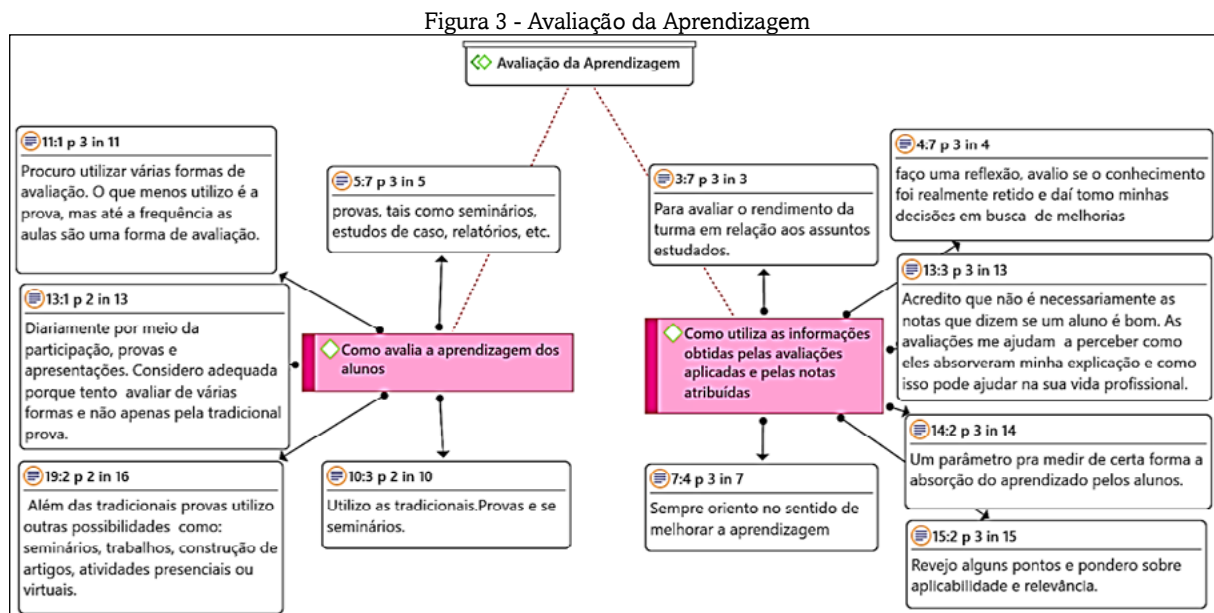
O processo de avaliação decorre da necessidade de estabelecimento de critérios para atribuir valor à ação educativa, de modo que ocorra uma priorização na construção do conhecimento (Maffezzolli & Pereira, 2020). Dessa forma, Melo *et al.* (2021) afirmam que os procedimentos e técnicas adotadas devem abarcar as vivências e as experiências dos alunos, valorizando-os como participantes ativos na construção do conhecimento.

No que diz respeito aos recursos tecnológicos utilizados para interagir em sala de aula, destaca-se o *Kahoot*, *Quiz* de conteúdo, *Mentimeter* e repositórios virtuais. Em contrapartida, alguns afirmam que não utilizam recursos tecnológicos em sua prática pedagógica. No cenário atual, o ensino e a aprendizagem, através das TICs, amplia as possibilidades de informações e contribuição no processo da aprendizagem, independente das habilidades e condições do instrumento de avaliação (Afonso *et al.*, 2013). Além disso, o docente deve realizar ajustes, no processo avaliativo, ao longo da formação discente, com a finalidade de evitar o caráter autoritário e que se limite aos conceitos preestabelecidos de aprovação ou reprovação, adotando uma “pedagogia da excelência” (Lima *et al.* 2020).

Sendo assim, as metodologias ativas proporcionam a inserção do aprendiz no processo de ensino e aprendizagem, estimulando o desenvolvimento de habilidades e competências, considerando as particularidades entre os discentes (Oliveira & Santos, 2005; Chuieire, 2008; Petrucci & Batiston, 2006).

4.4 Avaliação da aprendizagem

A Figura 3 evidencia as respostas de como os docentes avaliam a aprendizagem dos alunos e de que forma utilizam as informações obtidas por meio das avaliações aplicadas e notas atribuídas a eles.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

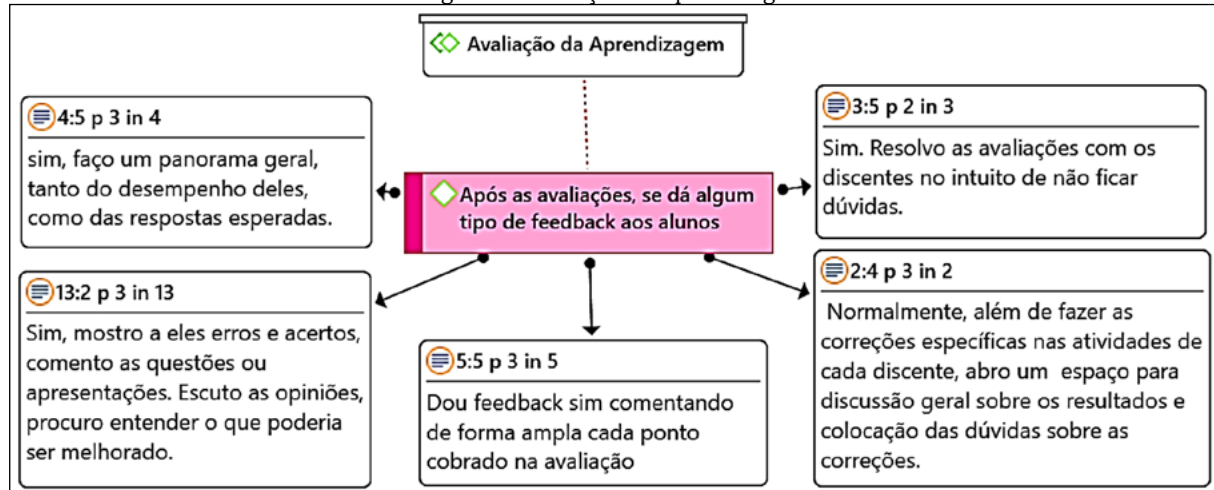
No que tange ao formato de avaliação da aprendizagem dos alunos adotado pelos docentes, eles descrevem que atuam de forma diversificada e contínua, com utilização de provas, frequência, apresentações, seminários, trabalhos, construção de artigos, estudo de caso e relatórios. Além disso, percebe-se que alguns docentes se utilizam dos métodos tradicionais de ensino e de avaliação, com o uso de aulas expositivas e avaliações periódicas. Os resultados corroboram para o que aponta Souza (2012), o qual observa a predominância de práticas tradicionais pelos docentes em suas avaliações.

Para Luckesi (2013), o uso do exame somativo, ao final de cada período, propicia uma aprendizagem significativa, já a prática de avaliar com o foco no aprendizado é determinada pela inclusão do aluno no processo avaliativo e diagnóstico de sua aprendizagem. Enquanto isso, Maffezzolli e Pereira (2020) e Lopes e Carvalho (2017) enfatizam que a perspectiva adotada pela maior parte dos respondentes desta pesquisa, que destacam que não é adequado utilizar exclusivamente um único método avaliativo, pois o docente não consegue ter um resultado fidedigno, tendo em vista haver diversas formas de aprendizagem.

No que diz respeito às informações obtidas pelas avaliações aplicadas e pelas notas obtidas, os respondentes constatarem que buscam atuar de forma reflexiva quanto ao conhecimento que foi realmente adquirido, procurando, quando necessário, melhorar as suas metodologias, para que a aprendizagem seja realmente efetivada. Os achados desta pesquisa corroboram com Souza (2020), no que diz respeito a como os docentes utilizam os resultados das avaliações. O autor destaca que a avaliação da aprendizagem analisa vários aspectos, sendo eles: currículos, atividades, políticas adotadas pelos sistemas de ensino, de modo a entender as necessidades individuais de cada aluno, tendo como propósito uma avaliação mais inclusiva no processo da aprendizagem. Nessa linha, Lopes e Carvalho (2017) concluem que a avaliação da aprendizagem não reside na punição do aluno, e sim em sua utilização como ferramenta para diagnosticar o conhecimento e as dificuldades do aluno.

Na Figura 4, verificou-se a avaliação da aprendizagem com relação aos *feedbacks* após as avaliações e a opinião deles quanto à situação dos alunos que colam.

Figura 4 - Avaliação da Aprendizagem



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Como descrito na Figura 4, após as avaliações, os *feedbacks* são dados aos alunos, visando sanar as possíveis dúvidas, verificar o desempenho da turma, além de buscar compreender a visão do aluno com o intuito de aperfeiçoar a metodologia utilizada. Percebe-se que os docentes que fazem parte da amostra desta pesquisa se utilizam de avaliações somativas e formativas, principalmente dessas últimas, com a preocupação de obter *feedbacks*, o reconhecimento do erro, bem como entendem quando há a necessidade de impulsionar a aprendizagem por novos feitos, tais como novas metodologias e meios avaliativos, na busca de melhorias para o processo de ensino, visando alcançar um propósito comum, uma aprendizagem significativa (Gonçalves *et al.*, 2021).

Além disso, Carless (2015), em seus achados, assevera que a avaliação da aprendizagem será determinada pela junção de diversas ações dos professores, objetivando fomentar a sua avaliação formativa, com atividades adequadas para alcançar esse objetivo e com avaliações somativas para certifi-cá-la, objetivando verificar o nível de aprendizagem e como esse conhecimento é utilizado na construção novos saberes. Nessa perspectiva, Baird *et al.* (2017) destacam que as avaliações evidenciam desempenhos observados pelos docentes, embora o anseio seja de que os alunos possam utilizar-se desse conhecimento para gerar novas competências.

Assim, avaliar significa um processo gradativo de acompanhamento, em que é necessário observar as particularidades, pois atribuir apenas uma nota pode significar o engessamento do ensino, considerando que não se consegue mensurar com exatidão o conhecimento e as competências adquiridas nesse processo.

Conclui-se, portanto, que os docentes que fazem parte dessa amostra podem sofrer a influência do ambiente institucional no qual estão inseridos. Disso advém, por conseguinte, as diversas formas de avaliação da aprendizagem: alguns docentes diversificam os seus métodos pedagógicos e utilizam metodologias ativas, enquanto outros detém-se a perspectivas tradicionais de avaliação da aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou analisar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis, de Universidades públicas do Nordeste brasileiro, acerca das práticas docentes na avaliação da aprendizagem. Empregou-se uma abordagem qualitativa, por meio de autorrelatos construídos por intermédio de um questionário estruturado com perguntas abertas. A amostra final conteve 21 respondentes, na qual foi possível alcançar o objetivo proposto, tendo em vista que se buscou entender os sentidos que os docentes dão à avaliação da aprendizagem, bem como o processo de formação que os levaram à prática docente.

Espera-se que este estudo contribua para a expansão da bibliografia sobre a avaliação da aprendizagem no Curso de Ciências Contábeis, auxiliando os docentes desse curso a refletirem sobre as práticas avaliativas empregadas no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, visa-se, ainda, que essa reflexão tome proporção para alcançar as instituições de ensino, desde seus regimentos internos, regras e culturas associadas à avaliação, para que ela se torne mais efetiva.

Os principais achados desta pesquisa relacionam-se com a experiência dos professores enquanto alunos em disciplinas específicas nos cursos de pós-graduação, demonstrando os esforços dos programas brasileiros frente às práticas pedagógicas e à formação da identidade docente. Essa preocupação é melhor compreendida quando os participantes destacam a relevância do docente para o progresso social. Além disso, observou-se o uso de diversos métodos de aprendizagem e de avaliação pelos docentes, promovendo uma formação socioconstrutivista. No entanto, aponta-se, ainda, a predominância de aulas expositivas, com apresentações, quadro e pincel, por alguns professores, divergindo das novas formas de aprendizagem apresentadas por docentes que estão em processo de formação, conforme apresenta o estudo de Rodrigues (2019).

Observou-se, também, nos achados desta pesquisa, a presença de formas diversificadas de os docentes avaliarem seus alunos, valendo-se das práticas pedagógicas tradicionais de ensino, com o uso de provas, frequência, apresentações, seminários, trabalhos, construção de artigos, estudos de caso e relatórios, corroborando para o que propõe Souza (2012). O estudo aponta, ainda, para a reflexão dos docentes a partir das informações obtidas pelas avaliações aplicadas e pelas notas obtidas, buscando principalmente o aprimoramento das metodologias de ensino utilizadas em sala de aula. Finalmente, os respondentes frisaram a importância do *feedback*, visando filtrar e mitigar as possíveis falhas durante a interlocução entre o docente e o aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Como limitação da pesquisa, cabe ressaltar que o estudo foi realizado somente com docentes do Nordeste brasileiro do curso de Ciências Contábeis, de tal maneira que os achados aqui não podem ser generalizados, devido às distintas vivências retratadas em outros meios e áreas do conhecimento. Dessa forma, sugere-se, para pesquisas futuras, a investigação da temática com docentes de IES privadas, outros estados, universidades e cursos, com vistas a ampliar o debate na literatura sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- Afonso, F., Jesús Águila, Ó. D., Amado Salvatierra, H. R., Aparicio Morataya, M. U., Argueta Quan, R. A., Barchino Plata, R., ... & Villalba de Benito, M. T. (2013). *Guía metodológica para la implantación de desarrollos curriculares virtuales accesibles*.
- Alexandre, E. R. (2019). Avaliação das aprendizagens no ensino superior: um enfoque sobre os documentos institucionais. *Brazilian Journal of Development*, 5(1), 763-779.
- Badia, A., & Chumpitaz-Campos, L. (2018). Teachers learn about student learning assessment through a teacher education process. *Studies in Educational Evaluation*, 58, 1-7.
- Baird, J. A., Andrich, D., Hopfenbeck, T. N., & Stobart, G. (2017). Assessment and learning: Fields apart?. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 24(3), 317-350.
- Bardin, L. (2010). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições.
- Bailey, R., & Garner, M. (2010). O feedback na avaliação do ensino superior vale o papel em que está escrito? Reflexões de professores sobre suas práticas. *Ensino no Ensino Superior*, 15(2), 187-198.
- Barrio, M. I. P., Escamilla, A. C., García, M. N. G., Fernández, E. M., & de la Rosa García, P. (2015). Influence of assessment in the teaching-learning process in the higher education. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 176, 458-465.
- Cardano, M. (2017). Manual de pesquisa qualitativa. *Uma contribuição da teoria da argumentação* Petrópolis: Vozes.
- Carless, D. (2015). Exploring learning-oriented assessment processes. *Higher Education*, 69(6), 963-976.
- Cazzanelli, P., Fabricio, C. M., Amaral-Rosa, M., & Ramos, M. G. (2020). Percepções de professores acerca da avaliação da aprendizagem. *CONTRAPONTO: Discussões científicas e pedagógicas em Ciências, Matemática e Educação*, 1(1), 49-64.
- Chueire, M. S. F. (2008). Concepções sobre a avaliação escolar. *Estudos em avaliação educacional*, 19(39), 49-64.
- Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista interdisciplinar científica aplicada*, 2(3), 1-13.
- Depresbiteris, L. (2007). Instrumentos de avaliação: a necessidade de conjugar técnica e procedimentos éticos. *Revista Aprendizagem*, 1(1).
- Diniz-Pereira, J. E. (2014). Professores (as): identidades forjadas. *Profissão docente: quais identidades. Uberlândia: EDUFU*, 1, 55-71.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa-3*. Artmed editora.
- Foucault, M. (2007). Discipline and punish: The birth of the prison (pp. 445-471).
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, 35(2), 57-63.
- Gonçalves, M. C., Freitas, A. L. C., & Gonçalves, E. M. N. (2021). Modelo de Avaliação Formativa para a Aprendizagem com Gamificação: Um Estudo de Caso para o Ensino de Engenharia. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, 29, 358-384.
- Hypolito, V. A. H. A., Rosa, S. S., & Luccas, S. (2020). Avaliação pelos pares com o uso de tecnologias digitais no ensino superior. *Revista Meta: Avaliação*, 12(35), 281-307.
- Heinz, M. U., Quintana, A. C., & da Cruz, A. P. C. (2019). Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo dos estudantes de Contabilidade— influência do Método de Caso à luz da Taxonomia de Bloom. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 13(4).
- Iza, D. F. V., Benites, L. C., Sanches Neto, L., Cyrino, M., Ananias, E. V., Arnosti, R. P., & de Souza Neto, S. (2014). Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(2), 273-292.
- Leonardi, T. J., Galatti, L. R., Scaglia, A. J., De Marco, A., & Paes, R. R. (2017). Pedagogia do esporte: sinalização para a avaliação formativa da aprendizagem. *Pensar a Prática*, 20(1).
- Lima, J. P. R., & Bertolin, R. V. (2022). Avaliação da Aprendizagem no processo de formação docente em contabilidade. *Desafio Online*, 10(1).
- Lima, J. P. R., Vendramin, E. D. O., & Tonin, J. M. D. F. (2020). Avaliar para quê? sentidos e práticas da avaliação da aprendizagem na visão de docentes de contabilidade. In: XIV CONGRESSO ANPCONT, 2020, Foz do Iguaçu. *Anais... Foz do Iguaçu*, 1-18.

- Lopes, E. S., & Carvalho, A. C. F. (2017). Avaliação da Aprendizagem: um Desafio para o Docente. *Id on Line Revista de Psicologia*, 10(33), 304-319.
- Luckesi, C. C. (2013). *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. Cortez editora.
- Maffezzoli, A. P., & Pereira, T. M. (2020). Avaliação da aprendizagem no ensino superior: concepções e desafios. *Revista Aproximação*, 2(03).
- Melo, J. A. S., Tonin, J. M. F., & Facci, N. (2021). Ciclo de Aprendizagem Adept E O Desempenho Acadêmico Em Contabilidade De Custos. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 266-290.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista pesquisa qualitativa*, 5(7), 1-12.
- Moreira, V., & Monteiro, D. C. (2010). O uso de instrumentos e procedimentos de pesquisa sobre crenças: promovendo formação reflexiva. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 49(1), 205-221.
- Mulliner, E., & Tucker, M. (2017). Feedback on feedback practice: perceptions of students and academics. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 42(2), 266-288.
- Nganga, C. S. N., Botinha, R. A., Miranda, G. J., & Leal, E. A. (2016). Mestres e doutores em contabilidade no Brasil: uma análise dos componentes pedagógicos de sua formação inicial. REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, 14(1), 83-99.
- Oliveira, K. L. D., & Santos, A. A. A. D. (2005). Compreensão em leitura e avaliação da aprendizagem em universitários. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18, 118-124.
- Petrucchi, V. B. C., & Batiston, R. R. (2006). Estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem em contabilidade. *Didática do ensino da contabilidade*. São Paulo: Saraiva.
- Piccoli, M. R., & Biavatti, V. T. (2017). Avaliação da aprendizagem no curso de ciências contábeis: uma abordagem a partir dos instrumentos avaliativos dos planos de ensino das disciplinas do eixo profissional. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (225), 52-65.
- Rodrigues, A. L. (2019). Didática da economia e contabilidade na formação inicial de professores: Revisão de literatura. *Educação, Sociedade & Culturas*, (55), 53-72.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. *UFSC, Florianópolis, 4a. edição*, 123.
- Silva, F. C., Carvalho, A. C. S., Ligabo, M., Rodrigues Jr, D., & Rodrigues, R. C. (2020). Proposta para Implementar Avaliação Formativa no Ensino Médio. *Ciência & Educação (Bauru)*, 26.
- Silva, I. L. (2018). Como as teorias da educação podem ser aplicadas no ensino da contabilidade. *Millenium*, 2(7), 13-20.
- Souza, A. M. L. (2012). Avaliação da aprendizagem no ensino superior: aspectos históricos. *Revista Exitus*, 2(1), 231-254.
- Souza, E. P. (2020). Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, 110-118.
- Spinardi, J. D., & Both, I. J. (2018). Blended learning: o ensino híbrido e a avaliação da aprendizagem no ensino superior. *Boletim técnico do senac*, 44(1).
- Yin, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.

CASO DE ENSINO

"A DR DA FINANCIAL PART"

"THE DR OF THE FINANCIAL PART"

RESUMO

O caso da Financial Part discute a temática de fraudes contábeis envolvendo as partes relacionadas. O objetivo do caso é estimular a reflexão crítica dos discentes nas consequências das fraudes corporativas para os usuários externos da contabilidade e para a própria empresa, sendo útil para a aprendizagem de conceitos em disciplinas associadas à auditoria, legislação comercial, contabilidade avançada e mercado financeiro. Além disso, são realizadas reflexões éticas sobre o papel do contador diante de exemplos de como as fraudes podem ocorrer e seus diversos impactos sobre as informações contábeis das organizações, bem como as decisões tomadas por quem tem o controle e/ou somente influências significativas nas companhias. Desse modo, o caso parte de dados baseados em fatos reais de fraudes contábeis em instituições financeiras, fazendo com que os estudantes vivenciem os dilemas de diferentes ocorrências na vida real e, assim, sejam capazes de reconhecer e descrever os problemas enfrentados pelos profissionais contábeis em situações eticamente questionáveis.

Palavras-chaves: fraudes contábeis; ética contábil; partes relacionadas.

ABSTRACT

Financial Part case discusses the issue of accounting fraud involving related parties. Objective of the case is to stimulate critical reflection by students on the consequences of corporate fraud for external accounting users and for the company itself, being useful for learning concepts in subjects associated with auditing, commercial legislation, advanced accounting and financial market. In addition, ethical reflections are carried out on the role of the accountant in the face of examples of how fraud can occur and its various impacts on the accounting information of organizations, as well as the decisions made by those who have control and/or only significant influences on companies. In this way, the case is based in real data of accounting frauds in financial institutions, making students experience the dilemmas of different occurrences in real life and, thus, being able to recognize and describe the problems faced by accounting professionals in ethically questionable situations.

Keywords: accounting fraud; accounting ethics; related parts.

Sabrina Rafaela Pereira Borges

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Docente na Faculdade do Trabalho – FATRA. E-mail: sabrinarpb@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7110-0784>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5350225565963165>

Bruna Cristina Silvério Diniz

Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Discente na Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: brunacsdiniz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2220-5280>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4575741168572875>

Raquel da Silva Rodrigues

Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Analista Contábil na Cargill Agrícola S.A. E-mail: raquel_silva_r@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7475-2852>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2046492814415655>

Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - USP. Docente da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: elisabeth@ufu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4176-9153>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0096454436809091>

1 PARTE I - O CASO PARA ENSINO

1.1 Apresentação da Empresa

Em 1994 foi constituída a Financial Part, uma empresa brasileira do setor financeiro, situada no noroeste de Minas Gerais. A empresa realiza serviços financeiros bancários comerciais, sobretudo, empréstimos e financiamentos para produtores rurais.

A Financial Part se preocupava em ter rentabilidade e responsabilidade social pelos seus traços familiares, e somente decidiu abrir o seu capital em 2003 em busca de angariar mais recursos para ampliar o seu negócio e conquistar ainda mais o mercado e a sua sustentabilidade financeira. Além disso, a empresa contava com mais de 25 mil funcionários em suas diversas filiais no país.

A partir de 2010, a companhia tem adotado um controle acionário fortemente concentrado e uma alta reputação no mercado financeiro, faturando anualmente mais de R\$30 bilhões de reais. Assim, suas ações apresentaram um crescimento de mais de 30% no valor de mercado no período de 2010 a 2015, gerando um retorno para os acionistas acima do retorno médio da carteira de mercado desde a abertura do seu capital. Portanto, a empresa tem-se apresentado no mercado como uma companhia favorável para investimento e a mesma desde 2005 faz parte do grupo das empresas situadas no Novo Mercado da Bolsa, Mercado e Balcão (B3).

O interessante é que mesmo com a crise de 2008 que assolou o mercado financeiro global, a organização conseguiu se manter como uma das instituições financeiras com maiores ativos no mercado nacional. Para isso, a instituição efetivou diversas parcerias com outras instituições financeiras com vistas à recuperação e aproveitando as oportunidades do mercado e dos incentivos oferecidos pelo governo. Como consequência, a empresa conseguiu indicadores econômico-financeiros estáveis no período de crise, com índices de liquidez e endividamento acima da média setorial.

1.2 Situação-Problema

Em 2009, a Financial Part é surpreendida quando um funcionário da companhia realiza uma denúncia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Receita Federal do Brasil (RFB), dizendo que a organização estava cometendo fraudes em pagamentos elevados de bônus de remuneração para os administradores e sonegações fiscais. Logo, os órgãos competentes iniciaram um processo administrativo que levou mais de quatro meses de investigação juntamente com o apoio do Banco Central com os recursos proferidos no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) e também no Ministério Público Federal.

Dentre as irregularidades constatadas por meio das investigações, chamou a atenção da mídia e das autoridades fiscais àquelas associadas às partes relacionadas. Havia registros, sem comprovação, com entidade que fornecia plano de benefícios pós-emprego aos funcionários com o intuito de aumentar as despesas com pessoal; omissão de transações nos registros contábeis com entidades controladas por membros da própria família controladora da empresa (embutindo as transações em uma conta denominada “outros”, o que poderia passar despercebido por pessoas fora da organização); bem como a inclusão de companhias classificadas como coligadas sem de fato a organização ter uma influência significativa sobre as mesmas.

Portanto, o laudo final das investigações mostrou que a Financial Part utilizou, principalmente, a conta de coligadas e controladas para conseguir inflar os seus resultados e, assim, melhorar o seu desempenho econômico-financeiro no contexto da crise de 2008. Para isto, as descobertas evidenciaram que a companhia duplicava o registro de participações em empresas controladas e coligadas, além de vendas de carteiras de clientes e recebíveis a longo prazo que também foram fraudados. Destarte, semelhante ao caso da Enron nos Estados Unidos (Murcia; Borba; & Schiehl, 2008), a Financial Part conseguia inflar os lucros também ao desviar as suas dívidas para as empresas que controlava por meio de transferência de empréstimos mútuos, o que camuflava as despesas e acabava superestimando os seus ganhos.

A partir destes fatos, o esquema desenvolvido pela Financial Part chamou a atenção da área forense ao perceberem a utilização de contratos de transferências de passivos onerosos e alienações, transferências de intangíveis da Financial Part entre as empresas que compartilhavam do mesmo controle acionário, funcionando como um falso gerenciamento de resultados e também um mercado negro de compras e vendas de créditos. Tais créditos (inclusive tributários) eram inflados por meio de indexadores vedados em lei e as quantias eram totalmente maquiadas, chegando até a 760% a mais do seu valor original. Além disso, encontraram-se muitas empresas também de fachadas.

As empresas envolvidas possuíam elevados volumes de transações com a Financial Part como se pode observar no laudo fornecido na Figura 1, mas que em notas explicativas, não havia nenhum fato que poderia resultar em influência significativa. Desse modo, o laudo da auditoria comprovou que as empresas se utilizavam do grupo de sociedade para que a fiscalização não estranhasse certas movimentações em suas operações. Conseqüentemente, dúvidas ainda pairam nas investigações sobre possíveis existências de operações com partes relacionadas “fantasmas”, envolvendo inclusive os denominados paraísos fiscais, tais como Bermudas, Suíça e Ilhas Cayman.

Figura 1 – Laudo da análise das partes relacionadas da Financial Part S/A

	Partes Relacionadas	Participação Financial Part	Descrição	Volume médio de negociação com o banco em milhares de R\$
1	Banco Financial Part S.A		<i> Holding a qual o banco pertence</i>	54.999,70
2	SouexAdministradora de Cartões de Crédito Ltda	100%	Atividade principal: Cartões de crédito e débito	37.179,00
3	Banco Público Federal	25%	Detentor do Capital da Financial Part	6.437,10
4	FundInvestments S.A	100%	Atividade principal: Gestão de fundos de investimentos	1.117,94
5	Financial Part Prestadora de Serviços Ltda	95%	Atividade principal: despachantes e administração de cartões e convênios	1.028,00
6	PPA Promoções e Vendas Ltda	2%	Atividade principal: Marketing e Propaganda	829,73
7	Davi Borges Participações Ltda		<i> Holding da qual o Financial Part fazia parte</i>	605,26
8	Tech S.A	0%	Atividade principal: Gestão de redes de autoatendimento	271,00
9	Pagamento Fácil Ltda	0%	Atividade principal: Processamento de <i>pagamentos</i> para <i>e-commerce</i> . Empresa constituída, mas nunca operou	251,25
	Partes Relacionadas		Descrição	Volume médio de negociação com o banco em milhares de R\$
10	VMZ Ltda	10%	Empresa da família Davi Borges. Atividade principal: Concessionária (Compra, Venda e Aluguel) de veículos.	236,67
11	AndrasColdiLtda	80%	Atividade principal: <i>Factoring</i> e fomento Mercantil	114,33
12	Perícia Ltda	5%	Atividade principal: Previdência privada e seguro de vida.	97,78
13	Movedau S.A	1%	Atividade principal: Imobiliária.	84,75
14	Hotel Borges Ltda	15%	Empresa do grupo familiar Borges. Atividade principal: Hotelaria.	74,39
15	Serviçal Ltda	98%	Atividade principal: 2ª via de fatura, boletos e outros <i>serviços</i>	52,20
16	Promotora de Vendas Ltda	0%	Atividade principal: Publicidade. Empresa constituída, mas sem relato de atuação.	78,26
17	SBRM Ltda	8%	Atividade principal: Serviços administrativos e de apoio de escritório.	14,46
18	Almeida Empreendimentos Líder Ltda	12%	Atividade principal: Incorporação de empreendimentos imobiliários.	10,16
19	Teatro Lindezas Artísticas Ltda	0%	Atividade principal: Artes cênicas.	1,00

Fonte: Elaborado pelas autoras

Uma das partes envolvidas com a Financial Part era a AndrasColdi, uma empresa controlada pela Financial Part e especializada em *factoring*. A partir da investigação houve evidências de que a AndrasColdi adquiria ativos de partes relacionadas da própria Financial Part, pagando valores bem mais elevados em comparação as transações com as partes não relacionadas e obtendo o recebimento de garantias nas transferências dos recursos. Para isso funcionar e conseguir enganar o próprio Banco Central, os sistemas de controle interno do banco tinham sido corrompidos de modo a construir dados paralelos com o auxílio de *hackers* especializados. Tal esquema funcionava da seguinte maneira, por exemplo: quando uma carteira de clientes era lançada no sistema, ele conseguia “quebrá-la” em várias partes e automaticamente simulava como se as carteiras fossem de diferentes bancos.

Em depoimentos, a diretoria do banco mencionou que desconhecia os registros contábeis efetuados pelos seus contadores. Destarte, o Sr. Davi, um dos executivos do banco, relatou que um dos contadores, o Sr. Carlos, que trabalhava na empresa a mais de 10 anos, ajudou na aplicação ilícita das transações em troca de recebimento de proventos adicionais.

Sendo assim, contadores e executivos foram envolvidos em um processo judicial associado à adulteração de registros, por meio da utilização de transações com seus parceiros. Contudo, os envolvidos no caso sempre tentavam racionalizar o acontecido justificando a busca de maior competitividade no mercado diante de um contexto de crise econômica. Esta pressão econômica externa sofrida pelo Banco, fica evidente no relato de um dos contadores da *holding*:

“Em 2008 teve essa crise e o Financial Part só ia dar prejuízo. Então o senhor Davi e as outras empresas falavam para mim: ‘Carlos, o banco precisa ter dinheiro e mostrar resultado para os acionistas, se não eles vão investir na concorrência. Não podemos perder os investidores. Então, faz o seguinte: simule que aquela empresa que agora controlamos tem algumas receitas a receber de parte de carteiras de clientes, e você tenta dar um jeito de parecer que esses créditos foram antecipados. Ninguém vai atrás de verificar isso e não se preocupa com as papeladas porque conhecemos um cara que pode arrumar fácil isso aí’”, Afirma Carlos Casa Monarca, um dos contadores do Banco Financial Part.

O fato é que cópias de e-mails evidenciaram que a diretoria tinha ciência do que estavam fazendo com a área contábil da empresa. Prova disso pode ser evidenciado no seguinte trecho:

“(…) Prezados senhores, as metas e valores repassados pelo departamento financeiro estão em desacordo com as normas contábeis vigentes no país, descumprindo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00- Estrutura Conceitual Básica, CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas e também o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Devemos dar prosseguimento mesmo assim?”

Claro que a resposta da diretoria foi afirmativa. Porém, não passou muito tempo e “a casa caiu”. Após as operações as quais a justiça considerou como fraudulentas, a Financial Part recebeu uma multa pelos crimes financeiros e fiscais praticados. Enquanto o caso ainda estava em julgamento, o mercado reagiu a esses fatos e no mesmo instante em que o escândalo caiu na mídia, as ações da empresa tiveram uma forte queda no mercado financeiro brasileiro, caindo em média 20% do seu valor. Além da credibilidade abalada e dos prejuízos para a empresa, todos os *stakeholders* tiveram perdas impossíveis de quantificar. Assim, como todo relacionamento tem a sua “DR”, o problema central da Financial Part foi justamente querer fraudar as suas partes relacionadas.

2 PARTE II - NOTAS DE ENSINO

2.1 Objetivos Educacionais

Ao final deste caso para ensino, o discente será capaz de:

- Debater questões relativas às fraudes envolvendo as partes relacionadas;
- Saber identificar e aplicar os conceitos de controle e influência significativa em sociedades empresariais;
- Compreender o papel da contabilidade diante de irregularidades contábeis, demonstrando questões de dilemas éticos da profissão contábil;
- Ser capaz de reconhecer e descrever os problemas enfrentados pelos profissionais da contabilidade em situações eticamente questionáveis.

Nesse sentido, ao elucidar o panorama da complexidade envolvendo o tratamento indevido com as transações entre partes relacionadas, o presente caso contribui para que auditores, investidores, e outros públicos de interesse das organizações, possam acompanhar os sinais de alertas envolvendo os grupos de empresas e as suas movimentações financeiras.

2.2 Fontes e Métodos de Coleta de Dados

Os dados apresentados da Financial Part (empresa fictícia) são baseados em fatos reais. Foi utilizado como base o conteúdo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 05 R1 e os dados da fraude contábil do Banco Panamericano,

que foi acusado em 2010 de ter empresas fantasmas que atuavam em sua *holding* para conseguir burlar os seus resultados contábeis, utilizando, sobretudo as contas de clientes e partes relacionadas. Tais informações foram obtidas por meio da consulta dos acórdãos emitidos pelo Banco Central e o CRSFN, bem como consulta às demonstrações financeiras do banco, relatórios da mídia e processos sancionadores administrativos na Comissão de Valores Mobiliários (CMV). Ademais, tem-se como inspiração também o caso da Enron, nos Estados Unidos. Ainda, o caso Financial Part envolve questões do Código de Ética Contábil das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) PG 01 e também do Pronunciamento Técnico Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 36(R3) que trata sobre a elaboração dos demonstrativos consolidados.

2.3 Utilização Recomendada

O caso pode ser utilizado como ferramenta de ensino-aprendizagem para estudantes de graduação do curso de ciências contábeis em disciplinas de contabilidade intermediária, auditoria, legislação comercial, contabilidade avançada e no conteúdo de ética. Também cabe a aplicação em cursos como administração, economia e disciplinas afins.

2.4 Alternativas para Análise do Caso em Sala de Aula

Espera-se que o (a) discente identifique as ações realizadas pela Financial Part, principalmente no que refere a evidenciação com partes relacionadas e possíveis soluções para as mesmas por meio de embasamento teórico (CPC, Normas, Resoluções, Leis).

A partir desses objetivos, os discentes devem refletir sobre as condutas profissionais de contadores e gestores quanto às práticas contábeis; a importância da veracidade das informações dos demonstrativos contábeis que impactam nas decisões internas e também no mercado financeiro; os desafios da contabilidade e o seu papel na sociedade; e evidenciar na prática como são as decisões éticas e as práticas interorganizacionais questionáveis, considerando os aspectos econômico-financeiros, sociais e ambientais.

Sendo assim, seguem sugestões para o plano de aula:

Opção 1- Júri-Simulado

1 – Primeiramente o (a) docente conduz os discentes a estudarem o estudo de caso, a fim de identificar as lacunas apresentadas. Posteriormente, o professor (a) orienta aos discentes a busca por leituras (a exemplo de Resoluções, CPC, Normas) e pesquisas (Artigos) que possam ajudar a resolver o caso.

2 – Após a apresentação do caso para a turma e o estudo feito por eles, será realizado o segundo momento da atividade (na mesma aula ou outra aula a depender do tempo e da modalidade de ensino presencial ou remota), através de um Júri-Simulado (ou outra estratégia de ensino escolhida pelo professor (a)), onde haverá a discussão entre dois grupos com representantes: um no papel da empresa (a defesa dos contadores), e outro dos auditores (acusação). Cada grupo elegerá um membro para representar o grupo e defender o papel destinado. Cada uma das partes terá 10 minutos para a sua defesa. Após a defesa, haverá 5 minutos para a réplica entre as partes. Em seguida, será aberto para a participação do público (toda a sala ouvinte) que poderá fazer perguntas para ambas as partes. No final, o juiz (pode ser o professor ou convidado) irá declarar a sua sentença.

3 – É importante que o (a) professor (a) faça um fechamento das principais ideias abordadas pelos estudantes.

Opção 2 – Discussão em Grupo

1 – Primeiramente o (a) docente conduz os discentes a estudarem o estudo de caso, a fim de identificar as lacunas apresentadas. Posteriormente, o professor (a) orienta aos discentes a busca por leituras (a exemplo de Resoluções, CPC, Normas) e pesquisas (Artigos) que possam ajudar a resolver o caso.

2 – Após a apresentação do caso para a turma e o estudo feito por eles, os discentes são separados em grupos de quatro a seis estudantes, nos quais cada grupo assume um papel: contador, auditor, CVM e investidor. Desta forma, sugerem-se algumas estratégias de ensino como o *role-play*, júri simulado, mesas redondas e debates. Cabe ao docente, verificar a melhor estratégia de ensino a depender da turma para o melhor aproveitamento do conteúdo. Neste estudo de caso, sugere-se a aplicação do júri simulado.

3 – Assim, na primeira parte (40 minutos) os alunos deverão discutir em grupo e propor soluções para o caso. Na segunda parte (40 minutos), todos os estudantes deverão estar dispostos no formato de círculo para discussão das possíveis soluções que encontraram.

4 – É importante que o (a) professor (a) faça um fechamento das principais ideias abordadas pelos estudantes e apresente as suas considerações para as questões propostas ao final da atividade.

2.5 Questões para Discussão

- 1) Discuta com seu grupo quais empresas do Quadro 1, do caso apresentado, podem ser consideradas como partes relacionadas e por qual motivo.
- 2) Quais características qualitativas da informação contábil foram violadas no caso a partir das empresas controladas e coligadas da Financial Part?
- 3) Identifique e explique o que seria o gerenciamento de resultados e a assimetria de informação a partir das evidências expostas no caso.
- 4) É possível compreender que organizações com transações constituídas por poucas partes relacionadas podem envolver-se em escândalos associados às fraudes contábeis como o caso da Financial Part? Leve em consideração o CPC 36(R3) sobre elaboração dos demonstrativos consolidados e seus conhecimentos contábeis e também seus conhecimentos relacionados à fraude e ética contábil.
- 5) A Financial Part faz parte do setor bancário, mas outros setores também podem possuir irregularidades com partes relacionadas. Cite exemplos dessas irregularidades em outros setores e depois responda: como a contabilidade pode ser usada para diminuir e/ou aumentar a ocorrência das irregularidades com partes relacionadas nos diferentes setores?

2.6 Propostas de Encaminhamento para as Questões

- 1) Com base na participação da Financial Part, as empresas do Quadro 1 do caso apresentado que podem ser consideradas como partes relacionadas são: Banco Financial Part S.A, Souex Administradora de Cartões de Crédito Ltda, Banco Público Federal, Fund Investments S.A, Financial Part Prestadora de Serviços Ltda, VMZ Ltda, Andras Coldi Ltda, Hotel Borges Ltda e Serviçal Ltda. Define-se parte relacionada como sendo o indivíduo ou a organização que está associada com a empresa que está produzindo seus demonstrativos contábeis, ou seja, a companhia que tem como responsabilidade reportar a informação, além de organizações que pertencem a um mesmo agrupamento econômico, controlada, coligada ou de empreendimentos controlados em conjunto (CPC-05 R1, 2010; Matos & Galdi, 2014). Assim, notou-se que muitas empresas associadas à Financial Part não eram, de fato, coligadas ou controladas, já que não havia indícios em notas explicativas de influência significativa em nenhuma das companhias, o qual revela que a empresa, por exemplo, não participava do conselho de administração e não detinha participação nos processos de elaboração das políticas dessas organizações, atributos que caracterizam uma sociedade coligadas (com pelo menos 20% de influência significativa), e tão pouco a organização tinha o poder de eleger a maioria dos diretores dessas empresas, o que se enquadraria na classificação de uma sociedade controlada, corroborando com os estudos de Jian e Wong (2010), que evidenciaram que as transações com partes relacionadas podem ser usadas com o propósito de mascarar os resultados. Cabe destacar que as transações com partes relacionadas são operações regulares no mercado, o problema é quando a corporação utiliza as mesmas para operações contábeis ilícitas diante do volume de transações partilhadas (Mendonça, Machado, Zanolla & Dantas, 2021; Lima, Carmo & Gonçalves, 2022). Mano (2020), em sua revisão sistemática da literatura concluiu que a maior parte dos trabalhos defende que transações associadas às vendas e empréstimos concedidos a partes relacionadas estejam mais correlacionadas positivamente ao risco de manipulação contábil.
- 2) Entende-se que todas as características qualitativas foram violadas pelas controladas e coligadas, tanto as fundamentais como as de melhoria. Segundo o CPC 05 R1 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (2010), as partes relacionadas de uma corporação podem ter impacto no demonstrativo de resultado e no balanço patrimonial da empresa, sendo que, a simples subsistência do relacionamento pode ser razoável no que alude ao impacto das negociações da entidade com as outras partes. O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações úteis para os diversos usuários, ou seja, para investidores, credores existentes e potenciais, entre outros. E para que isso ocorra, a informação precisa ter certos atributos para ser útil. As características qualitativas fundamentais estão associadas a utilidade da informação que são a relevância e a representação fidedigna. Alterar o tratamento contábil com o objetivo de favorecer ou prejudicar, viola essas características. A informação é relevante se for capaz de fazer a diferença em decisões e para isso precisa ter valor preditivo ou confirmatório ou ambos. Assim, a omissão ou reconhecimento antecipado de receitas prejudica a relevância da informação contábil. Não se pode esquecer que a relevância está ligada a materialidade, ou seja, se a divulgação distorcida ou omitida influencia na tomada de decisão. Para possuir representação fidedigna a informação deve ser completa, neutra e livre de erro, e isso não ocorreu no caso estudado. Se a informação foi manipulada, ela não é neutra. A informação deve espelhar devidamente aquilo que se propõe a retratar. Quanto às características de melhoria tem-se: (i) a comparabilidade, que não se confunde com a uniformidade (uma só forma), onde a comparabilidade deve permitir identificar as semelhanças e diferenças entre

- duas ou mais demonstrações contábeis; (ii) a compreensibilidade, em que a informação deve ser entendida pelo usuário, entretanto, mesmo sendo complexa deve ser evidenciada, ou seja, não deve ser excluída por ser de difícil entendimento para alguns usuários; (iii) a verificabilidade, em que a informação é passível de ser constatada pelos diversos usuários; e (iv) a tempestividade, onde Hendriksen e Van Breda (1999, p. 99) lembram que "a informação não pode ser relevante se ela não for oportuna", ou seja, perde a sua capacidade de influenciar os processos decisórios, se houver demora na divulgação. Enfim, se o lançamento contábil é relevante e não foi fielmente representado, todas as outras características ficam também prejudicadas. No que tange às transações com partes relacionadas, Palmrose e Scholz (2004) trazem que a complexidade das transações em combinações de negócios faz com que elas sejam vulneráveis à ocorrência de fraude. Assim sendo, há um risco de fraude em transações entre organizações que pertencem a um mesmo grupo empresarial, principalmente por meio do uso de correções de métodos contábeis, juros a método de compra, correções de estimativas de ágio e despesas com pesquisa e desenvolvimento (Palmrose & Scholz, 2004). Mano (2020), complementa que as normas de transparência e divulgação de transações com parte relacionadas, como o caso da IAS 24, auxiliam para maior qualidade da informação contábil.
- 3) A exemplo dos escândalos ocorridos no mercado, como o caso da Enron em 2001 e o da Parmalat em 2003 (Knupp, 2013), percebe-se que as transações com partes relacionadas podem ser uma maneira de expropriação de patrimônios, gerenciamento de resultados e fraudes, o que prejudica a interpretação das demonstrações financeiras por parte dos usuários que utilizam essas informações para a tomada de decisão. Cabe destacar a diferença existente entre o gerenciamento de resultados e fraude contábil. Enquanto o primeiro não infringe a lei, ou seja, ocorre dentro da legalidade; a fraude contábil ultrapassa os limites legais, quer dizer, é conceituada como crime doloso (Borges & Andrade, 2018). Logo, as evidências apresentadas no caso da Financial Part indicam a existência das fraudes contábeis e não, de fato, práticas de gerenciamento de resultados, que seriam vislumbradas por meio das escolhas contábeis e os *accruals* discricionários com vistas ao aumento, diminuição ou suavização dos resultados. Sendo assim, as transações com partes relacionadas envolvem a discricionariedade dos gestores e uma preocupação para os auditores diante da predisposição de ocorrerem distorções financeiras (Dantas, Souza & Bahia, 2022). O fato é que as fraudes cometidas pelo Banco Financial Part ocasionaram a chamada assimetria de informação. De acordo com Lopes, Silva e Araújo (2021), a assimetria de informação envolve um desequilíbrio nos mercados, visto que as partes envolvidas com o crime detêm mais informações que os outros usuários, sobretudo, os usuários externos que recebem informações contábeis "maquiadas". Conforme Souza (2014), pelo fato da existência do conflito de interesses, pode ocorrer a desapropriação da riqueza dos sócios minoritários pelos majoritários pelo uso de contratos relacionados. Logo, o caso da Financial Part busca ressaltar que as transações com partes relacionadas podem ser utilizadas para a potencialização dos interesses das controladoras, maquiagem dos resultados e ser uma expropriação de recursos dos acionistas minoritários. Nesse sentido, o manuseio ilícito das transações entre partes relacionadas no que alude aos preços de transferência, estaria sendo utilizada com o propósito de transportar bens pretendendo administrar os resultados para agregar maior valor para a organização (Knupp, 2013). Nesse contexto, a B3 apresenta um relatório em 2020 que expõe um conjunto de regras para as transações com partes relacionadas, de forma a garantir que as mesmas não detenham conflitos de interesse. Assim, de acordo com essas políticas, por exemplo: "todas as transações com partes relacionadas, quando identificadas pela Diretoria de Contabilidade e Administração, devem ser aprovadas pela Diretoria Colegiada da Companhia".
- 4) As organizações com transações com poucas partes relacionadas tendem a estarem mais envolvidas em escândalos associados às fraudes contábeis (Hasnan; Abdul Rahman; & Mahenthiran, 2013). Chen, Chien-hsun e Chen (2009) mencionam que pelo fato da complicada regulamentação em que as leis são sustentadas, é gerada uma circunstância em que existe uma ausência no que alude a disposição da eficácia do sistema, a qual há a possibilidade da utilização das transações com partes relacionadas para manipular os ganhos e evidências. Por outro lado, autores como Pozzoli e Venuti (2014) concluíram que as transações com partes relacionadas e os resultados da performance financeira das entidades não estão associados, não existindo indício de causa e efeito e por isso, as transações entre partes relacionadas não seria uma forma de manipular os ganhos. Porém, de acordo com o CPC 36(R3), é a entidade controladora que deve fornecer os demonstrativos consolidados. Mas, o caso demonstra que a Financial Part incluiu companhias classificadas como coligadas sem, de fato, a organização ter uma influência significativa sobre as mesmas e, utilizando, principalmente, a conta de coligadas e controladas para conseguir maquiagem dos seus resultados e, com isso, aprimorar o seu desempenho econômico-financeiro diante da crise de 2008. Ou seja, houve um descumprimento em relação ao que se entende no CPC 36(R3) já que, houve fraude e violação das informações, ferindo a integridade dessas informações nos demonstrativos consolidados. No que refere a facilidade no envolvimento de fraudes contábeis, segundo Hasnan et al. (2013), em-

presas com envolvimento de partes relacionadas são mais fáceis de acontecer fraudes. O que leva ao redobramento de conferências e fiscalizações. O que existiu na Financial Part, além de fraudes, foi também a falha no gerenciamento, isto é, controle jurídico, dado que de acordo com o Vilaça (2012), a falta de conduta honesta e íntegra, que esteja intimidada para aprimorar os resultados da instituição, não estando sujeita a instrumentos de fiscalização e controles internos apropriados, estará facultada a ocorrência de fraudes em seus demonstrativos contábeis, devendo o profissional estar atento para reconhecer fatores de risco, como pode-se citar, as relações comerciais com partes relacionadas. Recentemente, Mano (2020), revela um aumento no interesse de pesquisas relacionadas ao tema de transações entre partes relacionadas e manipulações contábeis. Assim sendo, Mendonça, Machado, Zanolla & Dantas (2021), confirmam a associação positiva entre as transações com partes relacionadas passivas e a probabilidade de ocorrência de fraudes corporativas em bancos brasileiros de capital aberto. Essas transações passivas são denominadas de *propping*, representadas pelo direito econômico que a controladora possui sobre a controlada, em decorrência de uma compra de bens, contratação de serviços e empréstimos, por exemplo. Marques, Macedo e Moreira (2021), apontam que a identificação dos sinais de alerta da fraude contábil não é uma tarefa fácil, tendo em vista que o processo de preparação das informações contábeis possui arbitrariedade, estando sujeito ao julgamento pessoal do contador. Nesse sentido, conforme o código de ética do contador, ainda se destaca que, dentre as responsabilidades éticas, é vedado ao contador orientar o seu empregador contra as Normas Brasileiras de Contabilidade e contra as disposições expressas em lei, bem como iludir ou tentar enganar terceiros, de forma a alterar ou desfigurar informações de documentos, incluindo os meios eletrônicos, assim como não é permitido ao contador fornecer falsas informações ou elaborar demonstrações contábeis não idôneas, exercendo a profissão contábil com negligência, imperícia ou imprudência de modo a violar direitos ou causar prejuízos a outrem. Assim sendo, no presente caso, pode-se perceber que nenhum desses quesitos parecem ter sido respeitados pelo contador Sr. Carlos, que deveria em respeito ao código de ética da sua profissão, se recusar à prática do conluio da Financial Part. Bancos estão presentes em um ambiente regulamentado e complexo, o que pode ser uma oportunidade para comportamentos ilícitos (Mendonça, Machado, Zanolla & Dantas, 2021). As transações com partes relacionadas, segundo Ferreira (2012), podem fazer com que o gestor de uma entidade execute ações consideradas questionáveis por exercer influência sobre os demais dentro do âmbito organizacional. Diante disso, é perceptível que além do setor financeiro, qualquer outro setor pode estar sujeito a irregularidades na conta de partes relacionadas, incluindo o setor público (Mano, 2020). Exemplos disso são: nos setores varejista e atacadista com o aumento da ocorrência de fraudes devido a fatores como a alta rotatividade de pessoal e a entrada de novos concorrentes no mercado, podem ocasionar na adulteração de contas entre partes relacionadas (Matos & Galdi, 2014). Assim, as transações com partes relacionadas podem ser uma ferramenta ágil como forma de reduzir o custo de transação das entidades através de uma administração consciente de preços de transferência, aprimoramento de recursos internos e concorrência em função da organização do processo de produção para alcançar o máximo do uso dos fatores produtivos envolvidos no sistema (Matos & Galdi, 2014). Em consonância com os autores, podemos dizer que a Financial Part buscava através das suas manipulações com a conta de partes relacionadas, obter melhores resultados econômicos e financeiros e, assim, apresentar para o mercado externo uma melhor rentabilidade e melhor liquidez. No que se refere a diminuição das irregularidades envolvendo partes relacionadas, a contabilidade pode ser usada como instrumento de fiscalização das atividades da companhia com o intuito de aumentar a transparência das transações efetuadas. Camargo (2012), menciona que existe uma preocupação nas transações entre partes relacionadas, visto que, tem-se o conflito de interesses que pode dar vantagem injusta e, até de maneira fraudulenta, aos controladores e administradores de certas instituições, sendo preciso à regulação dos mercados de capitais. Em consonância, sabe-se que a menção da finalidade da Contabilidade em regular essas transações, e de forma indireta, impedir a ocorrência de fraudes, sendo bastante útil para propiciar melhores controles e fiscalização no que alude ao tema por sócios e credores que não estejam abrangidos diretamente na administração e aqueles distantes dela, sendo preciso medidas para uma adequada regulação que fomente a transparência nessas transações (Camargo, 2012). Lo, Wong e Firth (2010), ao pesquisarem sobre transações com partes relacionadas mostraram que uma governança corporativa competente é relevante para dificultar a utilização de preços de transferência manipulados envolvendo vendas em transações com partes relacionadas. No que tange ao aumento das irregularidades, tem-se a utilização da contabilidade para maquiagem dos demonstrativos contábeis, seja omitindo informações ou adulterando contas. Ferreira (2012), pesquisou sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas concentrando-se na vertente abusiva dessas transações e suas consequências como, por exemplo, a manipulação dos demonstrativos financeiros. Assim, considera-se a divulgação uma boa ferramenta para prevenção e controle de transações entre

partes relacionadas, assegurando transparência e a propagação dessas transações (Ferreira, 2012). Além do exposto, o controle acionário concentrado no Brasil favorece o conflito de interesses entre os agentes e faz com que favoreça possíveis irregularidades, conforme exposto por Matos e Galdi (2014), o que condiz com as características evidenciadas na Financial Part.

2.7 Sugestão de Bibliografias

Banco Central do Brasil. *Recursos do Sistema Financeiro Nacional*. <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-financeiro-nacional>.

Borges, S. R. P., & Andrade, M. E. M. C. (2018). A opinião de especialistas sobre as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil no setor bancário brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 14 (3). DOI:10.4270/RUC.2018320.

Brasil, Bolsa, Balcão. (2020). *Política com transações com partes relacionadas e demais situações de potencial conflito de interesses*.

Camargo, A. A. S. (2012). *Transações entre partes relacionadas: um desafio regulatório complexo e multidisciplinar*. 259 f. Tese (Doutorado em Direito Comercial). Universidade de São Paulo.

Chen, Y., Chien-Hsun, C., & Chen, W. (2009). The impact of related party transactions on the operational performance of listed companies in China. *Journal of Economic Policy Reform*, 12 (4), 285-297.

Comissão de Valores Mobiliários. (2009). *Processos Sancionadores Administrativos*.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento técnico cpc 05 (r1) - divulgação sobre partes relacionadas, de 03 de setembro de 2010*.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento técnico cpc 36 (r3) – demonstrações consolidadas de 20 de dezembro de 2012*.

Costa, A. A. P., & Wood Júnior, T. (2012). Fraudes corporativas. *Revista de Administração de Empresas*, 52.

Dantas, J. A., Souza, G. G de., Bahia, R. G. V. (2022). Impacto das transações com partes relacionadas na auditoria. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 17 (2), 1-20.

Ferreira, R. R. (2012). *Transações com partes relacionadas*. 42 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Gestão). Faculdade de Direito - Escola de Lisboa.

Hasnan, S., Abdul Rahman, R., & Mahenthiran, S. (2013). Malaysian evidence of management motive, weak governance, and earnings management on fraudulent financial reporting. *Journal of International Accounting Research*, 12 (1), 1-27.

Hendriksen, E., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Jian, M., & Wong, T. J. (2010). Propping through related party transactions. *Review of Accounting Studies*, 15 (1), 70-105.

Knupp, P. S. (2013). *Determinantes no montante das transações entre partes relacionadas das 100 maiores companhias brasileiras de capital aberto*. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina.

Lima, A. C. S., Carmo, C. H. S do. Transações com partes relacionadas: evidências de honorários de auditoria em empresas abertas do mercado brasileiro. *XLVI Encontro da ANPAD- ENANPAD 2022*, on-line, 21-23 set, 2.177-2.576.

Lo, A. W. Y., Wong, R. M. K., & Firth, M. (2010). Can corporate governance deter management from manipulating earnings? Evidence from related-party sales transactions in China. *Journal of Corporate Finance*, 16 (2), 225-235.

Lopes, M. I. O, Silva, M. D. T e, & Araujo, R. A. G. S. (2021). Assimetria da informação: o acesso de conteúdos na perspectiva de usuários. *Percurso Acadêmico*, 11 (22), 16-40.

Mano, P. S. S. (2020). *Transações com partes relacionadas: revisão sistemática de literatura*. 126 f. Dissertação (Mestrado em Auditoria e Fiscalidade). Universidade Católica Portuguesa.

Marques, B. N, Macedo, A. F. P de, & Moreira, C. S. (2019). *Identificação de riscos de fraudes e a diferença de gênero: análise da percepção dos discentes de ciências contábeis*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Martins, E., Diniz, J., & Miranda, G. (2012). *Análise avançada das demonstrações contábeis*. São Paulo: Atlas.

Matos, O. M. S. P., & Galdi, F. C. (2014). O impacto das transações com partes relacionadas na performance operacional das companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 (2), 84-97.

Mendonça, J. C. G., Machado, M. R. R., Zanolla, E., & Dantas, J. A. (2021). Transação com partes relacionada como instrumento de fraudes corporativas em bancos brasileiros. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 32 (3), 195-216.

Murcia, F. D. R., Borba, J. A. & Schiehl, E. (2008). Relevância dos *red flags* na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. *Revista Universo Contábil*, 4 (1), 25-45.

Norma Brasileira de Contabilidade. *Código de ética profissional contábil 01, de 07 de fevereiro de 2019*.

Palmrose, Z. V., & Scholz, S. (2004). The circumstances and legal consequences of non-GAAP reporting: evidence from restatements. *Contemporary Accounting Research*, 21 (1), 139-180.

Pozzoli, M., & Venuti, M. (2014). Related party transactions and financial performance: is there a correlation? Empirical Evidence from Italian Listed Companies. *Open Journal of Accounting*, 3 (1), 28-37.

Santos, S. D., Ferreira, A. F., & Silva, R. G. (2013). Auditoria das demonstrações contábeis: caso Panamericano. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 1 (1).

Souza, J. A. S. (2014). *Transações com partes relacionadas: determinantes e impactos no desempenho das empresas*. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Souza, M. M., Knupp, P. S., & Borba, J. A. Características associadas às transações com partes relacionadas nas empresas de capital aberto brasileiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, 16 (3), 124-137.

Vilaça, L. J. (2012). *Uma proposta de procedimentos para identificar fraudes relevantes nas demonstrações contábeis*. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.